

ENSINO DE HISTÓRIA

TEORIAS, PRÁTICAS E NOVAS ABORDAGENS

VOLUME 4

“O HERÓICO, O LENDÁRIO E O FABULOSO:
FRONTEIRAS TRANSDISCIPLINARES ENTRE
ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E LITERATURA”

Org. Fernando Bagiotto Botton e Renata Cristina da Cunha



ENSINO DE HISTÓRIA

TEORIAS, PRÁTICAS E NOVAS ABORDAGENS

VOLUME 4

“O HERÓICO, O LENDÁRIO E O FABULOSO:
FRONTEIRAS TRANSDISCIPLINARES ENTRE
ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E LITERATURA”

Org. Fernando Bagiotto Botton e Renata Cristina da Cunha



Universidade
Estadual do Piauí



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



CAPES



Recife, 2023

E59 Ensino de história [livro eletrônico] : teorias, práticas e novas abordagens – Volume 4: “O heróico, o lendário e o fabuloso: fronteiras transdisciplinares entre ensino de História, memória e literatura” / Organizadores Fernando Bagiotto Botton, Renata Cristina da Cunha. – Recife, PE: Edupe, 2023. – (Ensino de História; v. 4)

Formato: ePUB

ISBN 978-85-518-5162-3

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. 3. Professores de história – Formação. I. Botton, Fernando Bagiotto. II. Cunha, Renata Cristina da.

CDD 907

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE

Reitora: Profa. Dra. Maria do Socorro de Mendonça Cavalcanti

Vice-reitora: Prof. José Roberto de Souza Cavalcanti

CONSELHO EDITORIAL DA EDITORA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – EDUPE

Membros Internos:

Prof. Dr. Ademir Macedo do Nascimento

Prof. Dr. André Luis da Mota Vilela

Prof. Dr. Belmiro Cavalcanti do Egito Vasconcelos

Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura

Profa. Dra. Danielle Christine Moura dos Santos

Profa. Dra. Emilia Rahnemay Kohlman Rabbani

Prof. Dr. José Jacinto dos Santos Filho

Profa. Dra. Márcia Rejane Oliveira Barros

Carvalho Macedo

Profa. Dra. Maria Luciana de Almeida

Prof. Dr. Mário Ribeiro dos Santos

Prof. Dr. Rodrigo Cappato de Araújo

Profa. Dra. Rosângela Estevão Alves Falcão

Profa. Dra. Sandra Simone Moraes de Araújo

Profa. Dra. Silvânia Núbia Chagas

Profa. Dra. Sinaia Mônica Vitalino de Almeida

Profa. Dra. Virgínia Pereira da Silva de Ávila

Prof. Dr. Waldemar Brandão Neto

Membros Externos:

Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento - Universidade Tiradentes (Brasil)

Profa. Dra. Gabriela Alejandra Vasquez Leyton - Universidad Andres Bello (Chile)

Prof. Dr. Geovanni Gomes Cabral - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Brasil)

Prof. Dr. Gustavo Cunha de Araújo - Universidade Federal do Norte do Tocantins (Brasil)

Prof. Dr. José Zanca - Investigaciones Socio-Históricas Regionales (Argentina)

Profa. Dra. Leticia Virginia Leidens - Universidade Federal Fluminense (Brasil)

Prof. Dr. Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho - Instituto Federal da Bahia (Brasil)

Prof. Dr. Pedro Gil Frade Morouço - Instituto Politécnico de Leiria (Portugal)

Prof. Dr. Rosuel Lima-Pereira - Universidade da Guiana - França Ultramarina (Guiana Francesa)

Profa. Dra. Verónica Emilia Roldán - Università Niccolò Cusano (Itália)

Prof. Dr. Sérgio Filipe Ribeiro Pinto - Universidade Católica Portuguesa (Portugal)

Diretor Científico e Coordenador: Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura

Secretário Executivo: Felipe Ramos da Paixão Pereira Rocha

Assistente Administrativo: Renan Cortez da Costa

Este livro foi submetido à avaliação do Conselho Editorial da Universidade de Pernambuco.



Este livro foi financiado com recursos do PROEB através do convênio N° 904989 / 2020-UPE E CAPES.

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem prévia autorização do autor e da Edupe.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
--------------------	---

EIXO TEMÁTICO:
“TRAMAS DE HEROÍSMO, MEMÓRIA E HISTÓRIA”

LIDERANÇA POLÍTICA E HIERARQUIAS DO PODER: GETÚLIO VARGAS E O PAPEL DA IMPRENSA PARA A FORMAÇÃO DE CHEFES EM PARNAÍBA-PI	17
--	----

Samylla de Sousa Pereira

AS NARRATIVAS DO HEROÍSMO: MEMÓRIA, PODER E HEROÍSMO NOS DISCURSOS SOBRE SIMPLÍCIO DIAS DA SILVA NO DECORRER DO SÉCULO XX	37
---	----

Francineila Lima Miranda

Fernando Bagiotto Botton

NO RASTRO DO SUJEITO: POSSIBILIDADES ANALÍTICAS NA TRAJETÓRIA DE LEONARDO DA SENHORA DAS DORES CASTELLO-BRANCO	59
--	----

Luís Carlos Albano Duarte Sousa (UFPI)

Johnny Santana de Araújo (UFPI)

FELIZ O AQUILES QUE TEM O SEU HOMERO: A ESCRITURÍSTICA DA SAUDADE E A CONSTRUÇÃO DOS “HERÓIS” PARNAIBANOS	85
---	----

Idelmar Gomes Cavalcante Júnior (UESPI)

UMA CARTA PARA O EXÍLIO: ENTRE INJUSTIÇAS E SAUDADES EM 1964 NO ACRE	107
--	-----

Francisca Janaína Silva de Souza (UFAC)

ANÍSIO TEIXEIRA E A DEFESA DO ENSINO PÚBLICO NO BRASIL	125
--	-----

Pâmela Peres Cabreira (Universidade Nova de Lisboa)

EIXO TEMÁTICO:
“DIÁLOGOS NEM TÃO (IN)VISÍVEIS ASSIM
ENTRE HISTÓRIA, LITERATURA E SOCIEDADE”

A POEIRA EMBAIXO DO TAPETE: AS PALAVRAS DE SYLVIA RIVERA	147
<i>Ruan Nunes Silva (UESPI)</i>	
HISTÓRIA E LITERATURA: A ESCRITA DE SI DE CAROLINA MARIA DE JESUS NA SALA DE AULA	165
<i>Rosane Silva Ramires (UFPB)</i>	
APRENDENDO A OLHAR ALÉM: UM DIÁLOGO ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA NO FILME <i>PANTERA NEGRA</i> (2018)	179
<i>Gleicimara Meneses Silva (UESPI)</i>	
<i>Ruan Nunes Silva (UESPI)</i>	
PARA A HISTÓRIA, A RAINHA MALVADA; PARA A LITERATURA, UMA VILÃ NEM TÃO MÁ ASSIM: REGINA MILLS NA SÉRIE <i>ONCE UPON A TIME</i> (2011)	197
<i>Lays Christine Santos de Andrade (UESPI)</i>	
<i>Renata Cristina da Cunha (UESPI/IFPI)</i>	
MODA, IMPRENSA FEMININA E ENSINO DE HISTÓRIA: OS ANOS DE 1914 A 1918 POR MEIO DO JORNAL DAS MOÇAS	215
<i>Letícia Fernochi (UEM)</i>	
NOTAS BIOGRÁFICAS	231

APRESENTAÇÃO

Desde a chamada virada linguística ocorrida na segunda metade do século XX, novas perspectivas de pesquisa e ensino vêm sendo experienciadas, especialmente com a ampliação dos estudos da terceira geração da Escola dos Annales, dos Estudos Culturais, da Nova Esquerda Inglesa, das críticas psicanalíticas, feministas, pós-estruturalistas e pós-coloniais que passaram a compreender a relevância dos elementos simbólicos no ensino e/ou na pesquisa histórica. Enormes querelas – na maior parte das vezes ineficazes – foram realizadas para atestar ou refutar o caráter literário e ensaístico da História. Isso porque, se por um lado, poucos ficaram convencidos de que o princípio básico da História não se baseia na escrita, pelo outro lado, uma menor quantidade de pesquisadores segue convencida de que a história é puramente factual, prescindindo de elementos afetivos, subjetivos e alegóricos. De tais linhas de pensamento tão compartimentadas emerge a urgente e imperiosa necessidade de refletir acerca das interações, intersecções, hibridismos e imbricamentos entre a disciplina histórica, o ensino de História, a Memória e a Literatura.

Diante desse inovador e provocativo campo de estudo, as pesquisas que tomaram como objeto de estudos o heroico, o lendário, o fabuloso, o mitológico, o fantástico e suas representações como objetos de pesquisa histórica têm ganhado forças e se consolidado como uma profícua área de conhecimento hodiernamente, não apenas pelo fato de serem construções simbólicas de uma determinada sociedade, mas também por se constituírem fontes do pensamento e da reflexão em

variados períodos históricos, se configurando como valiosos e potentes elementos culturais para constituir os modos de pensar, sentir e agir de grupos sociais específicos em épocas específicas.

Nesse sentido, esses elementos, que até recentemente eram ignorados e menosprezados, assumem seu protagonismo tanto na pesquisa histórica quanto no ensino de História que, longe de monumentalizar pessoas ou reverberar legados de “grandes homens”, passam a questionar simbolicamente essa constituição ideológica, em um movimento de des(re)construção a fim de desvelar os jogos de poderes, saberes, e verdades que têm sido inventados por meio desses elementos mitológicos, e lendários. Isso porque descortinar esses teatros de verdades heroicizantes significa reler, reinterpretar e rediscutir uma história que sempre tomou uma elite branca, letrada e abastada como únicos representantes de seus povos, domesticando leitores e estudantes que porventura tivessem contato e passassem a admirar essas figuras “exemplares e inspiradoras” a simplesmente aceitarem o pretensamente indubitável fato, ressaltado por Thomas Carlyle, de que a história é movida por grandes homens. Rever as tramas de como a história, a memória e a literatura são e estão aliadas, constituídas, inventadas, aliciadas e, às vezes, até mesmo capturadas pelos discursos de engrandecimento das elites nacionais e estrangeiras significa o desmontar-se de um dispositivo discursivo muito potente, que se perpetuou na discussão historiográfica brasileira por muito tempo, divulgando e, sobretudo, consolidando percepções classistas, machistas, misóginas, racistas e colonizadas nas pesquisas e na história ensinada nas salas de aula de nosso país.

Instigados por esta visão compartimentadas e engessada dessas áreas de conhecimento, especialmente da História e da Literatura, e inspirados por pesquisadores e pesquisadoras que, assim como nós, desejam colaborar com novas reflexões acerca disso, para materializar nossa coletânea contamos com preciosas e férteis contribuições de estudiosos e estudiosas de variadas áreas de pesquisa/ensino,

especialmente das Ciências Humanas, cujo ponto de reflexão partiu dos elementos do heroico, do fantástico, do subjetivo, do metafórico, do mnemônico, do literário e do biográfico em suas práticas profissionais, contemplando tanto a pesquisa quanto à docência.

A fim de contemplar ambos os universos, complexos e específicos, organizamos nossa coletânea em dois eixos temáticos complementares: o primeiro intitulado “Tramas de heroísmo, memória e História” e o segundo “Diálogos nem tão (in)visíveis assim entre História, Literatura e Sociedade”.

O capítulo que abre a primeira sessão, “Liderança política e hierarquias do poder: Getúlio Vargas e o papel da imprensa para a formação de chefes em Parnaíba-PI”, foi escrito por Samylla de Sousa Pereira. No que diz respeito aos mecanismos políticos, discursivos e simbólicos da construção de uma noção propagandística de liderança que se pretende contagiante, estendendo-se pelas mais variadas regionalidades de poder ao focar a personalidade solar de Getúlio Vargas, talvez o mais claro exemplo de constituição pública de heroísmo político já tido na história do Brasil, consideramos o estudo profundamente pedagógico.

Na esteira do primeiro capítulo, o segundo, “As narrativas do heroísmo: Memória, Poder e Heroísmo nos discursos sobre Simplício Dias da Silva no decorrer do século XX”, escrito por Francineila Lima Miranda e Fernando Bagiotto Botton, repercute a construção de uma narrativa heroica para uma personalidade pública que, desde o século XX e XXI, releem aquele homem de elite do oitocentos considerando-o verdadeiro líder, herói e exemplo subjetivo a ser seguido por seus concidadãos. Dessa manipulação de memória constituem-se líderes simbolicamente potentes, seja Getúlio Vargas, seja Simplício Dias.

Na sequência, prosseguindo com esse ar de heroísmos independentista, o capítulo intitulado “No rastro do sujeito: possibilidades analíticas na trajetória de Leonardo da Senhora das Dores Castelo-Branco”, escrito por Luís Carlos Albano Duarte Sousa e Johnny

Santana de Araújo, tem um forte teor heurístico e metodológico que desvenda novas tramas acerca do contexto político oitocentista piauiense a partir de uma perspectiva de análise focada em preceitos contemporâneos, delineando também a constituição de heroísmos a partir da efígie de Castello-Branco, sem esquecer dos demais líderes locais, como o próprio Simplício Dias.

Para desvendar a estrutura dessas tramas de memória, heroísmo e história alinhamos, na sequência, o potente e ensaístico capítulo “Feliz o Aquiles que tem o seu Homero: a escriturística da saudade e a construção dos ‘heróis’ parnaibanos”, escrito por Idelmar Gomes Cavalcante Júnior, não apenas constitui conceitos para desvendar os meandros da invenção do herói do passado, mas que também forja uma verdadeira chave teórica-explicativa para a compreensão e desconstrução de mecanismos discursivos baseados em interesses específicos de poderes-saberes-verdades que estabelecem as formas pelas quais um grupo de intelectuais é capaz de recriar relações de memória e identidade no interior de uma cidade específica como Parnaíba, em um procedimento simbólico que pode ser transposto para qualquer outra municipalidade latino-americana.

Essa conexão da constituição de memórias públicas acerca de personagens de poder também é refletida no capítulo seguinte intitulado “Uma Carta para o Exílio: Entre Injustiças e Saudades em 1964 no Acre”, escrito por Francisca Janaína Silva de Souza, em que a pesquisadora analisa as cartas de José Augusto de Araújo, governador deposito no Acre pela ascensão do regime militar. A proposta deste capítulo torna-se profícua ao abordar as possibilidades didático-pedagógicas da leitura dessas cartas tanto como documentação de época, quanto como elementos absolutamente úteis para abordar a história do período ditatorial no Acre e também no Brasil em sala de aula.

Na esteira dessa perspectiva pedagógica o capítulo “Anísio Teixeira e a defesa do ensino público no Brasil” de Pâmela Peres Cabreira realiza um abrangente panorama biográfico, intelectual e teórico de

Anísio Teixeira, trazendo outras conotações sobre a Escola Nova e as reverberâncias daquilo que podemos compreender como uma trajetória absolutamente exemplar e pioneira, sem necessariamente realizar a ele um culto de heroísmo ou de distinção.

O capítulo que abre o segundo eixo temático deste livro, “Diálogos nem tão (in)visíveis assim entre História, Literatura e Sociedade”, “A poeira embaixo do tapete: as palavras de Sylvia Rivera”, escrito por Ruan Nunes Silva, traz a narrativa de uma mulher trans cuja existência e ativismo político segue invisível e marginalizada pela sociedade hodierna que insiste em negar o direito de ser de pessoas que não se adequam ao seu perfil cisheteronormativo, desprezando seu poder revolucionário e censurando seu direito à fala. Os relatos históricos de Sylvia Rivera reverberam na sociedade contemporânea por meio da literatura, permitindo que não apenas ela, mas todos nós leitores e leitoras possamos “ser poeira”.

Na esteira do primeiro, o segundo capítulo da segunda parte, “História e Literatura: a escrita de si de Carolina Maria de Jesus na sala de aula”, escrito por Rosane Silva Ramires, também traz como protagonista uma escritora cuja produção literária é invisível e marginal porque denuncia, entre outros, a pobreza e a fome infligidas às mulheres, sobretudo às afrodescendentes há séculos em nosso país. Para além dos méritos históricos e literários da proposta investigativa, ela se torna ainda mais potente e basilar em virtude de seu público-alvo: estudantes de História da Educação Básica. Nesse sentido, refletir criticamente acerca das desigualdades sociais, raciais e de gênero vivenciadas cotidianamente por pessoas periféricas é um dos primeiros passos para desconstruirmos as percepções eurocêtricas, patriarcais e normativas que tanto alienam e condicionam a sociedade brasileira há séculos.

Muito embora o título do terceiro capítulo nos remeta a um dos super-heróis mais famosos e admirados do século XXI, o Pantera Negra, assim como os demais protagonistas apresentados até então na

segunda parte de nossa coletânea, as pessoas marginalizadas e invisíveis, o protagonista deste capítulo, “Aprendendo a olhar além: um diálogo entre literatura e história no filme *Pantera Negra* (2018)”, escrito por Gleicimara Meneses Silva e Ruan Nunes Silva, é o vilão, o anti-herói, o rival, o inimigo. Para além da potência do cinema enquanto fonte inspiradora de investigação histórica e literária, o escopo da proposta, o diálogo intertextual entre o objeto histórico-literário, o filme, e os estudos pós-coloniais, merece destaque, sobretudo, pela articulação com o mundo heroico, lendário e fabuloso de nossa coletânea, nos motivando a olhar além, questionando quem, de fato, é o herói que está lutando pelos direitos daqueles povos que foram colonizados, escravizados, subjugados, oprimidos, roubados, mortos e assassinados pelas grandes potências mundiais desde as grandes navegações.

Na esteira do capítulo anterior, “Para a História, a Rainha Malvada; para a Literatura, uma vilã nem tão má assim: Regina Mills na série *Once Upon a Time* (2011)”, escrito por Lays Christine Santos de Andrade e Renata Cristina da Cunha, não apenas inova ao apresentar as séries de streaming como objeto histórico-literário, mas, sobretudo, por ter como protagonista uma das personagens mais famosas dos contos de fadas, mas que não é uma das princesas, pois, como o próprio título revela, é a Rainha Má, talvez a vilã mais famosa dos contos de fadas de todos os tempos. As vilãs são as megeras, mulheres feias e vingativas, infelizes e mal-amadas. Um estereótipo que vem se perpetuando há séculos na/pela sociedade patriarcal, reforçando preconceitos e colaborando com a opressão contra as mulheres. Nesse sentido, o capítulo nos oportuniza apreciar uma vilã que desconstrói o estereótipo histórico-literário das vilãs clássicas por meio de uma Rainha Má amada e amorosa, uma Rainha Má amiga, uma Rainha Má mãe e uma Rainha nem tão má assim.

Por último, mas não menos importante, “Moda, Imprensa Feminina e Ensino de História: os anos de 1914 a 1918 por meio do *Jornal das Moças*”, escrito por Letícia Fernochi, finaliza a segunda parte de

nossa coletânea. O capítulo nos proporciona uma viagem no tempo, articulando História, Literatura e Sociedade, revisitando as revistas femininas, pensando como as indumentárias das mulheres mudaram nesse período, sobretudo, em virtude da primeira guerra mundial, e como isso se relaciona aos Estudos Feministas. Para além dessas questões, a exemplo do capítulo sobre a escritora Carolina Maria de Jesus, merece destaque o enfoque no processo ensino-aprendizagem da História, enquanto disciplina da Educação Básica.

Nesse sentido, acreditamos que, com êxito, pudemos proporcionar um diálogo transdisciplinar, multicultural e multiterritorial entre distintas perspectivas que articulam a prática de pesquisa, a prática docente e a teorização conjunta entre o heroico, o lendário e o fabuloso, a partir de um profícuo diálogo entre História, Literatura e Memória.

Fernando Bagiotto Botton e Renata Cristina da Cunha
(Organizadores)

EIXO TEMÁTICO

**“TRAMAS DE HEROÍSMO,
MEMÓRIA E HISTÓRIA”**

LIDERANÇA POLÍTICA E HIERARQUIAS DO PODER: GETÚLIO VARGAS E O PAPEL DA IMPRENSA PARA A FORMAÇÃO DE CHEFES EM PARNAÍBA-PI

Samylla de Sousa Pereira

O conceito de liderança como uma construção do século XX

O fenômeno da liderança é uma idiosincrasia pertencente ao ideário do século XX, principalmente nos que diz respeito às suas primeiras décadas, constituindo uma perspectiva para se analisar este período por uma ótica que contém questões simbólicas, políticas e sociais (COHEN, 2013). Dessa forma, em finais do século XIX, já se inicia a montagem das teorias que fundamentariam a legitimidade e a ascensão de chefes. Primeiramente, acreditava-se que a prática de qualquer ação de cunho coletivo necessitava ser dirigida por um indivíduo que exercesse seu comando sobre todos, caso o contrário, o caos reinaria soberano. Esta regra deveria ser seguida em várias instâncias tais como fábricas, exércitos, estaleiros, escolas, e também na condução da chefia de um Estado (MAUROIS, 1939).

Logo, os meandros que envolviam a liderança não se limitavam a fabricar líderes em um sentido meramente político, posto que ela se formava em várias instâncias que abrangiam atividades humanas realizadas a partir de grupos. Apesar de ser uma característica crucial para se compreender o século XX, a ideia de chefia não exclui a

ocorrência de relações hierárquicas ou de comando-obediência antes desse período da história. Nesse caso, o ineditismo desse momento dá-se pelo uso do vocabulário, do ideário e de todo um aparato simbólico para se pensar e para se exercer a liderança.

Dessa maneira, países europeus como a França, a Alemanha, e a então União Soviética formaram “[...] um novo discurso sobre o comando, sobre o chefe, sobre a autoridade, sobre o domínio das massas, acompanhando a construção de formas hierárquicas novas em todos os domínios” (COHEN, 2015, p. 963). Todavia, a liderança ultrapassou os limites transnacionais, cruzou o atlântico e se fez presente nas Américas, fixando-se na América do Sul e por extensão no Brasil, como analisaremos mais adiante em nosso trabalho.

No que tange ao controle das massas, trata-se especificamente de uma resposta às necessidades de países como a União Soviética, nações europeias industrializadas e igualmente a economia dos Estados Unidos, que enfrentavam a iminente ameaça dos movimentos sociais de caráter contestatório que ruíram as bases sociais no século XIX. Nessa conjuntura de instabilidade, pensou-se que somente um líder forte seria capaz de ordenar a sociedade.

É nessa esteira que o pensamento do médico, psicólogo e sociólogo francês Gustave Le Bon, em sua obra *Psicologia das multidões* publicada em 1895 foi utilizado para fundamentar o comando e a autoridade dos chefes na primeira metade do século XX. Le Bon acreditava que o dirigente das multidões exercia um trabalho hipnótico determinante para a sua condução, devendo impor sua vontade sobre elas. Consequentemente, as massas formariam uma espécie de rebanho que precisaria da constante supervisão de seu pastor, que seria o condutor encarregado de guiá-las pelo caminho considerado correto (LE BON, 1980). Logo, o líder seria capaz de controlar o poder visceral dos agrupamentos humanos, tomados como volúveis, ameaçadores e irracionais, apaziguando, portanto, seus arrebatamentos de fúria.

Em vista disso, o cenário político e social do século XX implica sociedades inteiras demandando estruturas de chefia nos mais variados domínios sociais. Para tanto, a política em nível nacional, mas também estadual, regional ou mesmo comunitária, foi transpassada pelos valores que a liderança provocou, repercutindo seus ideais em todas essas esferas. Assim, a criação de hierarquias dentro da sociedade, através do uso de simbologias emocionantes, contendo alta capacidade de despertar paixões de cunho político nos indivíduos tem a eficácia de ratificar o poderio daquele que se habilita a ocupar o lugar de chefe de Estado (COHEN, 2015). A fabricação da figura do líder possibilita o aparecimento de outras formas de reflexão para se analisar de maneira mais atenta e cuidadosa questões que orbitam em torno da autoridade, do poder político-social e das relações que foram sendo estabelecidas para a construção dos chefes.

Levando-se em consideração o fato de que a liderança buscava garantir a autoridade e o mando daquele que desempenharia o papel de comandante, a mesma foi fundamentada por intelectuais, a exemplo do já anteriormente citado Gustave Le Bon. Assim, o intelectual André Maurois¹, publicou diversos escritos que tratavam sobre a legitimação da liderança nas primeiras décadas do século XX. Entre as suas obras, o livro *Arte de Viver ou a Pequena Filosofia da Vida* consiste em um manual de conduta individual que em tom de conselho adverte: “O papel das classes dirigentes é dirigir, isto é, mostrar o caminho da honra e do trabalho. Comandar não é um privilégio, é uma honra e é um encargo” (MAUROIS, 1939, p. 156), havendo a equiparação da arte de comandar a uma missão de vida a ser recebida e aceita pelos líderes.

Sobre a existência de predicados reservados unicamente para aqueles considerados líderes, é pertinente lembrar que ainda nessa época acreditava-se que um autêntico chefe também seria portador de outras particularidades únicas que determinariam sua posição

1. Pseudônimo de Émile Solomon Wilhelm Herzog (1885-1967).

hierárquica na escala de poder e autoridade sob os seus liderados. Para além da coragem de agir e da capacidade de conseguir moldar o futuro a seu favor, conforme nos elucidou André Maurois sobre a natureza do chefe, o dirigente deveria possuir “[...] os seguintes traços: força, coragem, magnanimidade, bondade, generosidade, perseverança, retidão de caráter, energia, clarividência, vontade, sabedoria, autoridade” (CAPELATO, 2009, p. 282), congregando de uma só vez todas essas características.

O teor extraordinário das qualidades atribuídas aos líderes faria parte dos pré-requisitos essenciais que plasmariam o caráter de um condutor. Só um genuíno chefe dotado das condições necessárias para sua investidura nessa configuração política e social poderia desvencilhar-se dos desafios impostos pelo caminho, já que segundo esse tipo de discurso, seu destino seria a condução da pátria e de sua população que necessitariam ser guiados pela figura de um líder forte. Partilhando desse ponto de vista no Brasil, Getúlio Vargas e seus ideólogos apropriaram-se do que estava sendo discutido em nível internacional utilizando-se das ideias de chefia para delinear os contornos de sua imagem conforme a lógica regida pelos seus interesses quando alcançou a Presidência da República (BOTTON, 2017), principalmente na fase ditatorial de seu governo conhecida pelo nome de Estado Novo, tornando-se um exemplo de liderança para o país, e cuja influência reverberou especificamente no estado do Piauí, como vislumbraremos a seguir.

O Almanaque da Parnaíba e a legitimação de Vargas como chefe do Brasil

Na empreitada de construir para si a imagem de um líder forte e assim afirmar-se como o chefe supremo da nação brasileira durante o período em que esteve à frente da presidência do país entre os anos de 1930 a 1945, Getúlio Vargas soube utilizar o fenômeno da chefia e

as teorias relativas à liderança em ascensão no século XX para atingir seus propósitos políticos. Para isto, Vargas fez um amplo uso das propagandas políticas empregadas com a finalidade de moldar sua figura e associá-la a qualidades específicas, justamente aquelas demandadas pelos teóricos da chefia como benevolência e coragem. Com efeito, tais qualificações de liderança objetivavam estabelecer estruturas de poder que foram utilizadas para legitimar a autoridade do então Presidente da República, já que tais atributos concatenavam-se às supostas singularidades pertencentes ao ideário dos líderes genuínos.

Da mesma forma, além de chefe nacional, Vargas também foi alçado como o herói que ampararia o Brasil. Dessa maneira, a imagem do político foi minuciosamente forjada para atender às intencionalidades de comando e de poder político-social necessárias para a sua conservação na presidência do país. Com esse intento, criou-se toda uma mitologia em torno de sua persona. Sobre o processo de fabricação dos heróis salvadores a partir da feitura de mitologias políticas, Girardet nos esclarece que: “[...] para toda sociedade, um estudo um pouco atento da imagem de seus heróis salvadores e de seu legendário histórico faria aparecer com evidente nitidez os “modelos de autoridade” inerentes a essa sociedade e característicos dela” (GIRARDET, p. 84, 1987).

Outrossim, para garantir o reconhecimento da imagem de líder salvador e de pai da pátria divulgada pelo presidente, os meios de comunicação disponíveis durante o governo de Getúlio Vargas, como a imprensa ou os programas de rádio, tinham uma função determinante para que o mesmo fosse enxergado como chefe. Consequentemente, na sua fase de governo ditatorial denominada Estado Novo, órgãos estatais como o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) controlavam tudo o que viria a ser veiculado pela mídia. É nesse sentido que:

[...] é valioso atentar para o grande empenho que o Estado Novo dedicou a propaganda do regime. Esclarecer qual a natureza da nova ordem política que se inaugurou em 1937 e qual o papel de seu grande chefe, Getúlio Vargas, tornou-se parte da tarefa de um novo órgão

governamental: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (GOMES, 2005, p. 187).

No entanto, mais do que publicizar o governo por meio das propagandas, havia sido colocado em prática um projeto no qual se garantisse a legitimação e a manutenção do poderio político. É nessa perspectiva que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Por isso, para assegurar o poder e a autoridade proveniente de sua posição, a figura do presidente necessitava ser construída de forma que este fosse retratado de maneira sempre conveniente à manutenção de sua superioridade hierárquica nos discursos periodísticos.

À vista disso, nas primeiras décadas do século passado, Parnaíba se tornou um dos principais pontos comerciais do estado. O crescimento econômico propiciou a formação de “[...] uma elite mais ilustrada, ciosa de investimentos que traduzissem o sentido de pertencimento da cidade ao mundo moderno” (TOURINHO, 2015, p. 49). No momento de apogeu relacionado ao desenvolvimento da cidade foi fundado o *Almanaque da Parnaíba* em 1924 pelo comerciante Benedito dos Santos Lima, uma das mais citadas e acessíveis documentações da época.

A preponderância dessa fonte para a compreensão da história da cidade se justifica pelo fato de que seus inúmeros anúncios publicitários, reportagens, poesias, estatísticas, corografias, artigos científicos e de opinião foram formulados e direcionados pelas/para as elites locais, facilitando não apenas a compreensão da cidade no decorrer dos anos, mas, antes disso, a autocompreensão que tais elites possuíam de si mesmas e de seu papel de coadjuvantes nos destinos econômicos, sociais e políticos da cidade. O anuário alinhou seus valores políticos e sociais aos preceitos daqueles se encontravam no poder durante os anos de seu lançamento. A publicação constituiu, portanto, um lugar privilegiado para a construção de uma discursividade em relação à

liderança, ao poder político e as formas de sustentação de hierarquias na urbe da época.

Ademais, podemos observar diversas recorrências no vasto conteúdo apresentado no anuário. Entre as reincidências ocorridas na publicação, destaca-se a figura de Getúlio Vargas ao longo do período relativo ao Estado Novo. Primeiramente, na edição de 1939 o então Presidente da República aparece sendo mencionado em uma página inteira, ilustrada por uma pequena fotografia de seu busto ao centro. Na pequena nota, o discurso proferido vai ao encontro da ideologia vigente no regime autoritário, haja vista que o texto, ao ovacionar a trajetória do político, chega a afirmar aos seus leitores que:

A figura do Presidente Getúlio Vargas, através de menos de uma década de ebulição social, à frente das grandes responsabilidades da direção da máquina estatal brasileira, atêa-se, progressivamente, no seio da nacionalidade, circundada de um halo resplandecente de prestígio, de confiança e de maior firmeza no prosseguimento do incentivo das novas forças econômicas e sociaes, a cujo impulso, de certo, se evidenciará a grandeza da Pátria (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1939, p. 19).

Se Vargas é colocado como o homem que está segurando as rédeas do comando do país, o anuário nos propõe que somente um autêntico líder seria capaz de conduzir o Brasil pelas sendas do progresso. Com isto, percebe-se o alinhamento editorial do Almanaque da Parnaíba ao governo varguista, gerando uma relação de proximidade que se acen-tuou em edições posteriores. Ainda nessa relação de proximidade entre a publicação piauiense e o governo federal, vemos que no ano seguinte, em 1940, o estreitamento entre ambos se evidenciou, considerando-se que Vargas apareceu ilustrando a capa do Almanaque.

Tal edição é emblemática por apresentar uma fotografia na qual o presidente surge trajando roupas de gala e vestindo a faixa presidencial. Para compor a cena, o mesmo aparece posicionado a frente de uma bandeira nacional em que a palavra “ordem” (do lema “ordem e

progresso” da bandeira brasileira), se encontra visível. Esta palavra é bastante simbólica, visto que o verdadeiro chefe se demonstra como capaz de impor a ordem a tudo que está sob o seu comando, como na teoria da liderança pensada por Maurois (1996). Destarte, a expressão altiva que o presidente transmite na solene fotografia e a alusão ao estado de ordem feito através da bandeira do país exprimem a ideia de respeito ao líder que não somente governa, mas que por meio de sua liderança organizaria o Brasil. A conjunção de todos os elementos incorporados pela imagem acima são uma clara demonstração da autoridade e do poderio político e social que Vargas detinha à época de seu governo.

Destarte, as representações de Getúlio Vargas como líder da nação brasileira difundidas pela imprensa parnaibana não se limitaram somente as páginas do *Almanaque da Parnaíba*. As propagandas relativas as realizações do político podem ser encontradas em outros tipos de publicações da cidade piauiense, como foi o caso de *O Livro do Centenário de Parnaíba* (1945), livro de caráter comemorativo que complementou os ideários propagados pelo anuário. Desse modo, esses discursos circulantes durante o governo de Vargas alicerçaram a construção de sua imagem como *chefe* político e social na região.

O Livro do Centenário de Parnaíba: a tríade da liderança parnaibana

A obra comemorativa intitulada *O Livro do Centenário de Parnaíba*, foi uma iniciativa do comerciante Benedito dos Santos Lima (o já citado fundador e primeiro editor do *Almanaque da Parnaíba*) e do professor e escritor pertencente a uma família considerada da elite local, Benedito Jonas Correia. O escrito foi publicado em 1945 para homenagear o primeiro centenário de emancipação política da urbe, ocorrido no ano anterior, em 1944. Em vista disso, trata-se de um estudo histórico, corográfico, estatístico e social da cidade. Nas palavras de

Benedito Correia em seu prefácio, este chega a afirmar: “Penso, porém seja este livro o primeiro estudo sistematizado que ainda se publicou sobre Parnaíba” (CORREIA; LIMA, 1945, p. 15). Consequentemente, ao se tratar da primeira publicação que sistematizou a história de Parnaíba, o livro contém uma forte simbologia, bastante rica para pensarmos nos discursos que formaram as primeiras narrativas escritas e os primeiros trabalhos de pesquisa empreendidos na região.

Isto posto, acreditamos que o livro de cunho festivo compõe o âmago da ideia de chefia nas publicações que circulavam na localidade na primeira metade do século XX. Ademais, é perceptível a existência de um forte teor de hierarquização política e social relativa ao conteúdo da supracitada obra à época em que esta foi difundida em Parnaíba, razão pela qual denominamos neste trabalho o conjunto que antecede a primeira parte da edição de “a tríade da liderança parnaibana”, na qual há uma verticalização na forma como foram dispostos os políticos tratados como líderes durante o processo de ordenação das páginas.

É na abertura da já mencionada tríade, que *O Livro do Centenário de Parnaíba* realiza sua primeira homenagem intitulada “HOMENAGEM AO CHEFE DA NAÇÃO” (CORREIA; LIMA, 1945, p. 19), escrita com o intuito de exaltar Getúlio Vargas. Portanto, percebe-se que da mesma maneira que o *Almanaque da Parnaíba* de 1940 analisado acima, o escrito de 1945 igualmente se refere ao Presidente da República como “CHEFE” com as letras no formato de caixa alta, enfatizando desse modo sua posição política e social de destaque e influência no cenário nacional.

Após a chamada do título, a homenagem segue adiante ao traçar sucintamente a biografia de Vargas. Perto do fim, o breve texto chega a afirmar que “A 10 de novembro de 1937, institui o Estado Nacional, dando ao país uma Constituição capaz de o salvar das perturbações extremistas: comunismo e integralismo” (CORREIA; LIMA, 1945, p. 20). Desta feita, por conta dessa homenagem a Getúlio, a obra atesta

seu posicionamento de alinhamento político junto ao Estado Novo. Entretanto, esse estreitamento não constitui nenhuma novidade para a região, tendo em vista que um dos autores do livro, Benedito dos Santos Lima, já demonstrava proximidade ao regime de Vargas em seu ofício de editor do *Almanaque da Parnaíba*, como pudemos observar nas análises realizadas no anuário para esta pesquisa.

Além disso, ao final da história de vida do presidente apresentada de forma breve em *O Livro do Centenário de Parnaíba*, observamos que o discurso contido na obra, associa o futuro de Vargas ao futuro do país, posto que “Nos lares pobres, nas oficinas, nas fábricas, nas escolas, e até nos campos de guerra da Itália, o nome do Presidente Vargas é símbolo de confiança no destino do Brasil” (CORREIA; LIMA, 1945, p. 20). Nesse viés, existe a construção de uma mitologia fundamentada no destino do líder para legitimá-lo como chefe. Partindo dessa premissa, tais discursos de cunho associativo, ou seja, que uniam o destino de Vargas aos rumos tomados pelo Brasil, eram recorrentes à época na imprensa oficial, como podemos observar no livro de 1944 escrito por Leopoldo Péres intitulado *Getúlio Vargas: o homem e o chefe*, que nos assevera:

De contínuo vem se falando – e creio fui eu mesmo dos primeiros a registá-lo, - na missão nitidamente inaugural que os imponderáveis do destino parece haverem reservado ao sr. Getúlio Vargas [...]. “Homem providencial do Brasil”, como se me afigurou em 1937, antes de 10 de novembro; “agente de nossa providência histórica”, como o vislumbrou André Carrazzoni, entre vários outros pensadores que emitiram conceito semelhante ou equivalente, o caso é que, em torno à individualidade, realmente extraordinária, do sr. Getúlio Vargas, se criou e se mantém, na alma, no espírito, na consciência popular, a mística de heroísmo, clarividência e predestinação, que lhe asseguram um ascendente olímpico incontestável, e de todo ponto necessário à execução da sua gigantesca tarefa (PÉRES, 1944, p. 23).

Vargas foi considerado o homem destinado a direcionar a nação brasileira, posto que segundo as ideias vigentes no período, anunciava-se

que “[...] os deuses concederam fortuna imensa de antecipar ao próprio destino [...] de plasmar o destino à sua própria imagem, que é a imagem da Pátria uma e imortal” (PÉRES, 1944, p. 23). Essa predestinação, portanto, seria uma das razões que o qualificariam ao preenchimento do cargo de líder máximo. De acordo com esses discursos - em grande medida inspirados pelas ideias de André Maurois (1939) - seu futuro e o futuro do Brasil se fundiram, vindo a se tornar um só. Nessa visão, Vargas foi o político eleito pelo destino e deveria cumprir sua tarefa missionária de comandar o próprio destino do país.

Entretanto, no mesmo ano de publicação da obra de Correia e Lima, Getúlio Vargas foi deposto pelos militares, o que acarretou a queda do Estado Novo (CAPELATO, 2007). Apesar disso, as representações em torno de Vargas e sua associação à imagem de um chefe máximo, influenciaram as publicações da imprensa local escritas durante o seu governo, fato que impulsionou a construção de lideranças políticas e sociais em nível regional. Partindo dessa premissa, as ideias de chefia existentes no âmbito local são reverberadas em *O Livro do Centenário de Parnaíba*, visto que a abertura da tríade da liderança – após as homenagens a Vargas – se apropria desse discurso para a legitimação de seus próprios líderes. Portanto, as teorias que impulsionaram e fundamentaram a construção de chefes políticos e sociais na primeira metade do século XX na região foram refletidas pela imprensa parnaibana, como veremos a seguir.

Imprensa e liderança: o papel dos periódicos para a fabricação de líderes políticos e sociais parnaibanos

Ao longo da primeira metade do século XX Parnaíba não ficou alheia à ideia de constituir lideranças, demandando suas próprias figuras de chefes políticos e sociais não somente na esfera nacional, mas igualmente nas esferas regional e local. Dessa maneira, foi nesse período que a cidade espelhou o que se discutia acerca da liderança nos níveis

nacional e internacional. Tal fenômeno de apropriação e divulgação do ideário político de chefia podia ser observado nas publicações que circulavam na cidade entre as décadas de 1930 a 1945. Dessa maneira, buscaremos observar os entrecruzamentos existentes entre a simbologia política da liderança de Vargas com a política parnaibana, analisando a influência exercida pelo então presidente como um modelo de chefe a ser seguido para a construção de lideranças locais: no Piauí e em Parnaíba.

Novamente, é no *Almanaque da Parnaíba* que encontramos simbólicas publicações que exemplificam a forma como se deu a repercussão das teorias do conceito de chefia na cidade, e a maneira como essas ideias inspiraram o construto das bases que fabricariam a noção de chefia em território parnaibano, ocasionando a legitimação de seus próprios líderes. Quanto a isso, observamos na edição de 1930, páginas que mostram as caricaturas de dois homens seguidas de pequenos textos que validam o poder de liderança de ambos por suas características, sejam elas físicas ou até mesmo pessoais.

Primeiramente, vemos o então presidente da Câmara Legislativa do Estado do Piauí à época, o deputado Epaminondas Castello Branco e os motivos que o tornaram merecedor de estar ocupando uma página inteira do anuário. Assim, entre as principais motivações elencadas para o aparecimento do político, podemos observar o seguinte: “Porque é CHEFE com maiúsculas [...]. Porque, abnegado, procura cercar-se de valores que propugnem pelo progresso da Parnahyba [...]. Porque sabe guiar automóvel ‘Ford’, o único que desbrava os sertões piauihyenses” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1930, p. 7).

Desse modo, alçado ao status de líder por ser considerado CHEFE e por saber conduzir automóveis, o deputado constituiria o tipo de homem nordestino das primeiras décadas do século XX que luta pelos interesses de sua localidade, mas principalmente de suas elites (mais uma vez, lembramos que as publicações do Almanaque eram voltadas para esse público). Ademais, este mesmo homem, apesar de uma

aparente falta de polidez, conseguiria dirigir veículos e consertá-los com facilidade, portanto, era um homem que prezava pelas tradições, mas ao mesmo tempo também se encontrava acessível a possíveis modernizações (ALBUQUERQUE, 2013). Ainda segundo o anuário, o político seria alguém dedicado a empenhar-se para o progresso da cidade, motivo que igualmente o legitimaria como líder perante a sociedade parnaibana.

Nessa esteira, o segundo homem tomado como ilustre a ser retratado na mesma edição de 1930 do *Almanaque da Parnaíba*, trata-se interventor do município à época, Carlos Marães Picanço. Dessa maneira, vemos a caricatura de Picanço, com destaque especial para o seu proeminente bigode e para uma gravata colocada abaixo de sua cabeça. Ao final de sua laudatória descrição, pode-se ler o seguinte: “Porque, não obstante a época ser dos desbarbados e caras-limpas, [Picanço] usa bigode espesso... Aqui está o homem que tem os destinos da Parnahyba nas mãos” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1930, p. 9).

Nessa interessante simbologia parece haver uma correlação argumentativa direta entre a barba do interventor municipal e sua característica de possuir a direção dos destinos coletivos dos habitantes da cidade. Desse modo, atributos físicos relacionados à virilidade como o bigode espesso são utilizados como qualificação de liderança. Tal característica de gênero é recorrente dentre a discursividade da chefia e foi muito ressaltada em líderes nacionais, como Getúlio Vargas e Juan Perón (BOTTON, 2017). Esse caráter é absolutamente compatível com a perspectiva mundial acerca da chefia, já que Yves Cohen afirma que “[...] esses chefes são quase que totalmente homens. Todo esse discurso é dito estritamente no masculino, como se ser chefe fosse um atributo normal da virilidade” (COHEN, 2015, p. 11). Em relação ao seu vestuário, o detalhe da gravata também pode ser interpretado como indicador de varonilidade, além de ser um símbolo utilizado por homens de posição social elevada, isto é, mais do que

uma simples indumentária, o uso da gravata, item geralmente usado acompanhado de terno, pode ser considerado um fator que serve de instrumento para diferenciação das classes sociais (CRANE, 2013), logo, seria um traje adequado para alguém que é considerado digno o suficiente para ser chamado de líder.

Os homens do Estado Novo: Leônidas de Castro Melo e Mirócles Vêras

Além de propagador dos valores da elite parnaibana o *Almanaque da Parnaíba* também foi altamente adaptado aos prenúncios de retransmissão da propaganda estadonovista para o público regional. Não se tratava de estratégia de opção política, no clima de centralização periodística da época a imagem do presidente / ditador era praticamente obrigatória para uma publicação periódica que pretendia seguir com financiamentos e apoio público. É nesse sentido que o Almanaque, assim como a esmagadora maioria dos periódicos da época se alinhavam ao discurso do presidente e seu ufanismo patriótico-nacionalista, de forma a captar as mensagens emitidas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e reverberar seus sentidos à população parnaibana. O mesmo ocorria com a política regional e local, sendo os *chefes* do estado e do município nomeados por decreto praticamente como cargos de confiança, dessa forma compreendemos a permanência política e a recorrência dos periódicos em publicar, homenagear, perfilar, descrever e evidenciar algumas efígies políticas nacionais. Um bom exemplo disso é a recorrência de citações a Leônidas de Castro Melo, interventor federal do Estado do Piauí. Sobre ele, Antonio Melo traça uma breve biografia:

Leônidas de Castro Melo, eleito em 1935, com apoio do interventor Landri Sales, para governador do Estado. Leônidas Melo era médico de formação [...] o que facilitou seu trânsito em vários segmentos sociais do Estado. Esse jovem barrense, simbolizou o ideal de homem, de

cidadão daquele período: oriundo de família de comerciantes, que vivia fora do mundo político, formado no Rio de Janeiro, na melhor faculdade do país, portador de competência inquestionável tanto no estado como fora dele, materializava os principais elementos que a ideologia varguista procurava afirmar como o ideal de cidadão (MELO, 2020, p. 64-65).

Constituído como cidadão modelo para o regime estadonovista, Leônidas Melo era tratado como o chefe político e social que lideraria o Piauí pelas veredas do progresso, do desenvolvimento e do auxílio social – nos mesmos moldes da discursividade varguista. Ainda sobre a legitimação de Melo como líder em Parnaíba pela imprensa, é emblemática a publicação do livro comemorativo já referido anteriormente em nosso trabalho, isto é, *O Livro do Centenário de Parnaíba*, que não se limitou somente a referenciar Vargas como chefe da nação. Dando continuidade ao que denominamos neste trabalho de “tríade da liderança” (abordando a chefia em âmbito nacional, regional e local) iniciada em suas páginas de abertura, o citado livro igualmente referencia Leônidas Melo como chefe regional. Ao seguir com sua escala de liderança, a obra presta sua “Homenagem ao chefe do estado Dr. Leônidas de Castro Melo” (CORREIA; LIMA, 1945, p. 21).

Desse modo, assim como Vargas, Melo é retratado no *Livro do Centenário* por meio de uma fotografia de busto e pequena biografia sobre a sua trajetória. Contudo, pouco tempo após a homenagem que o consagraria como líder regional na cidade litorânea, o interventor federal perderia seu posto político, visto que a época o presidente da república se encontrava pressionado por políticos e militares, fato que culminou no fim do governo ditatorial varguista (FREITAS, 2019). Logo, Leônidas Melo cairia juntamente com o Estado Novo no ano de 1945.

Em relação ao prefeito municipal Mirócles de Campos Vêras, é na sua figura que podemos encontrar o mais acabado exemplo de homem parnaibano socialmente sancionado na época. Desfrutando de destaque político, sucesso econômico, sobrenome tradicional e protagonismo social, Vêras foi colocado como exemplo de liderança pela imprensa

parnaibana, sendo posto em lugar de destaque durante o tempo em que administrou a cidade.

O político se conservou a frente do governo municipal precisamente durante os mesmos anos de exercício do regime estadonovista nacional. Sua vinculação com esse âmbito político de ufanismo e ampliação dos sentidos de liderança eram expressados não só em suas ações e discursos, mas também nas atribuições auferidas pela imprensa da localidade. Como resultado de suas obras enquanto médico, sanitarista, político e integrante das rodas das elites sociais, Véras recebeu homenagens da fundação e direção da Maternidade Dr. Marques Basto e do Leprosário da Fundação São Lázaro, realizações que, de acordo com o jornal *O Norte* “[...] são frutos de sua alta visão de homem público e sobretudo de homem de ciência e fé patriótica” (*O NORTE*, 1940, p. 1). Quanto a isto:

Percebamos que os elementos hierárquicos de poder se ampliam quando o chefe municipal equaciona as demandas científicas do progresso, da cura e da exatidão – pretensamente trazidas por sua pertinência ao campo da medicina – com o elemento espiritual do cristianismo, absolutamente necessário não apenas para que se comprove a retidão moral desse indivíduo, mas que o qualifique no interior dos imperativos de época da compaixão, caridade, benemerência e auxílio aos doentes e necessitados. Essa valoração paradoxalmente católico-científica se fazia extremamente importante para considerar-se tal homem enquanto exímio exemplar de condutor simultaneamente técnico e humano (PEREIRA; BOTTON, 2021, p. 138).

A administração de Mirócles Véras também é lembrada pela realização de festividades relativas à comemoração do primeiro centenário da emancipação de Parnaíba, ocorridas no mês de agosto de 1944 (PASSOS, 1982). Nessa esteira, para fechar a já mencionada tríade da liderança parnaibana, o prefeito Véras é tomado como chefe na publicação relativa ao Livro do Centenário. Logo, se Getúlio é o chefe da

nação brasileira, o prefeito é considerado chefe do município, particularidade que consequentemente o colocaria como líder da população parnaibana. Assim vemos formada junto com Leônidas Melo a tríade da liderança estabelecida nesse período, que se sustentava pela moldura político-hierárquica das modernas teorias do governo e da liderança.

Destarte, as palavras “Homenagem ao chefe do município Dr. Mirócles Campos Vêras” (CORREIA; LIMA, 1945, p. 25), seguida de pequena biografia do mesmo, não se limita a uma inocente homenagem, posto que se trata de legitimá-lo como o homem que guiaria os caminhos que seriam trilhados pela cidade. No entanto, do mesmo modo que o interventor Leônidas Melo, Vêras sairia de seu cargo a frente da prefeitura no mesmo ano de publicação do livro em 1945, quando Vargas foi deposto, fator que comprova o alinhamento que havia entre Mirócles, Leônidas e Getúlio. Desse modo, quando o vértice supremo da tríade se desfaz, os demais ângulos esmorecem.

Considerações finais

Nossa pesquisa compreendeu a liderança como um ideário específico da primeira metade do século XX, embora esta não se limitasse a esfera política, já que demandava a construção de chefias em múltiplas instâncias sociais do período. Suas teorias fundamentaram uma nova forma de se conceber a chefia, na qual somente um líder forte seria capaz de controlar e governar as massas consideradas exasperadas. Tal pensamento não se restringiu aos países europeus e muito menos aos Estados Unidos, já que se tratou de uma cosmologia política que se difundiu pelo planeta, atingindo as práticas e simbologias políticas dos mais distintos lugares do mundo. Portanto, a América do Sul e consequentemente o Brasil, não ficaram a margem da presença desse fenômeno em seus territórios.

Dessa forma, os discursos periodísticos aqui analisados tinham como objetivo a construção da imagem de líderes políticos e sociais

entre os homens considerados admiráveis na sociedade, fosse esta parnaibana, piauiense ou brasileira. Essas publicações, muitas vezes eram ilustradas por emblemáticas imagens, e igualmente recorriam a metáforas muito específicas para se referirem aos comandantes políticos locais. Logo, o uso de simbologias como “o comandante”, ou “chefe” para fazer referência ao poder político e social dos líderes locais em referência direta ao nacional constituem uma característica essencial para legitimá-los como chefes daquilo que estes almejavam governar.

Como consequência, a imprensa local reconhecia e legitimava as autoridades que deveriam ser respeitadas e seguidas, do mesmo modo que definia os motivos legítimos que pretensamente fundamentariam as razões para a existência dessa atmosfera de obediência e reverência. Nesse sentido, desenvolvemos a hipótese de que os discursos formadores das escalas de chefia foram apropriados pela política piauiense e parnaibana na fabricação de suas hierarquias sociais e práticas políticas, fato que acarretou um espelhamento dos valores correlacionados a essas ideias na cidade durante a primeira metade do século XX.

Referências:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)*. São Paulo, Intermeios, 2013.

BOTTON, Fernando Bagiotto. *Liderança política e autoridade paterna: psicologia e masculinidade na construção das personalidades de Vargas e Perón*. Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, Brasil, 2017.

CAPELATO, Maria Helena Rolin. *Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

COHEN, Yves. *Le siècle des chefs. Une histoire transnationale du commandement et de l'autorité (1890-1940)*, Paris, Éditions Amsterdam, 2013.

COHEN, Yves. *Por que chamar o século XX de o século dos chefes?* Revista Sociologia & Antropologia. Rio de Janeiro, v.05.03: 963 – 981, dezembro, 2015.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo. Ed. Cia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MELO, Antonio Maureni Vaz Verçosa de. *Difundir ideais é fortalecer o poder: a recepção do varguismo pelo Piauí 1930 a 1945*. In: SOUSA NETO, Marcelo de; ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo; FONTENELES FILHO, Pedro Pio (Org.). In: *A história sob múltiplos ângulos: trajetórias de pesquisa e escrita*. Teresina: EdUESPI, 2020. p. 59-79. Novo. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-graduação em Comunicação), Teresina-PI, UFPI, 2016.

PASSOS, Caio. *Cada rua – Sua história*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1982.

PEREIRA Samylla de Sousa; BOTTON, Fernando Bagiotto. *Liderança e poder político: o discurso periodístico como construtor de chefes em Parnaíba-PI (1930-1945)*. In: Frederico Osanan Amorim Lima, Sérgio Luiz da Silva Mendes, Francisco Leandro Araújo de Castro (organizadores). *Parnaíba: história, memória, cidade*. Editora Cancioneiro, 2021.

SANDES-FREITAS, Vítor Eduardo Veras de. *Herança e história política no Piauí: das origens à redemocratização*. Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico de História da UECE - Vol. VII, Nº 13 – janeiro -julho, 2019.

TOURINHO, Mary Angélica Costa. *Por dentro da história: mulheres operosas no mundo do comércio em Parnaíba (1930 a 1950)*. Tese de doutorado, Assis-SP, UNESP, 2015.

Fontes:

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba. Editado por Benedicto dos Santos Lima, ano 7, 1930.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba. Editado por Benedicto dos Santos Lima, ano 8, 1931

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba. Editado por Benedicto dos Santos Lima, ano 16, 1939.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba. Editado por Benedicto dos Santos Lima, ano 17, 1940.

CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos (Org.). *O Livro do Centenário de Parnaíba: estudo histórico, corográfico, estatístico e social do município de Parnaíba*. Parnaíba: Gráfica Americana, 1945.

LE BON, Gustave. *Psicologia das multidões*. Trad. Ivone Moura. Delraux. Pensadores, Delraux, 1980.

MAUROIS, André. *Arte de viver: ou a pequena filosofia da vida*. Editora Vecchi, Rio de Janeiro, 1939.

MAUROIS, André. *Diálogos sobre o comando*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

O NORTE. Parnaíba, ano 11, nº 1626, 25 de março de 1940.

PÉRES, LEOPOLDO. *Getúlio Vargas: o homem e o chefe*. Empresa Gráfica "O Cruzeiro" S. A., Rio de Janeiro, 1944.

AS NARRATIVAS DO HEROÍSMO: MEMÓRIA, PODER E HEROÍSMO NOS DISCURSOS SOBRE SIMPLÍCIO DIAS DA SILVA NO DECORRER DO SÉCULO XX

Francineila Lima Miranda

Fernando Bagiotto Botton

Levando em consideração que os discursos não são despidos de intencionalidades, e no intuito de analisar as questões que envolvem uma escrita histórica que se propõe a criar representações de seu território e daqueles nele nascidos, nos propomos a compreender as narrativas constituídas partir do imagético criado sobre Simplício Dias da Silva. Tomado inúmeras vezes como figura determinante para a história do Piauí. Procuramos compreender o impacto das (re)construções simbólicas sobre este grande homem, percebendo-as como uma apropriação do passado histórico que dispõe de interesses macro ou micropolíticos.

Debruçamo-nos sobre a problematização de algumas práticas discursivas pautadas em ideais românticos, que teriam o fito de compreender a história tal qual acontecimento homogêneo e harmônico. Nessa perspectiva compreendemos a imagem pública de Simplício Dias como um constructo histórico-discursivo que possui implicações de poder e gênero, atuando assim na própria configuração formuladora da identidade piauiense. A produção dos discursos histórico-memorialísticos detém o poder de legitimar uma forma específica de

olhar para o passado histórico da região, (re)significando os sentimentos políticos de pertencimento pessoal a tal passado.

Partindo de uma concepção que entende, no sentido foucaultiano (FOUCAULT, 2010a), o poder como uma multiplicidade de correlações de força - de maneira que não haveria uma única instituição detentora de todo o poder, mas sim uma trama que corresponderia aos seus dispositivos em todos os níveis da sociedade de forma mútua - compreendemos nas narrativas histórico-memorialísticas relações de poder que permeiam a história buscando tanto assegurar um discurso já consagrado como refutar aquilo que é percebido como digno de esquecimento. Nessa batalha pela história, os discursos se afastam e se aproximam nos fornecendo uma interessante interpretação daquilo que deve ser lembrado em âmbito local, regional, até atingir o nacional.

Assim, nos propomos a lançar um olhar numa perspectiva política onde, partindo dos discursos heroicizantes, se construiu as imagens de um “grande homem” e herói pátrio, o qual a relevância garante a representação em sua configuração mais eminente do estereótipo constituído para enobrecer a imagem de elites políticas enquanto representações de homens viris, autores de grandes feitos heroicos. A análise do discurso evoca a necessidade de reflexão acerca de entender de onde partem esses discursos, que nada mais são que um saber produzido e legitimado no intuito de rememorar a história de maneira específica. Nesse sentido, atentamos à afirmação de Michel Foucault em sua *Ordem do Discurso*:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, 2014, p. 46).

Ao pensarmos a análise do discurso, numa perspectiva foucaultiana, percebemos a complexidade dos elementos que constituem uma prática enunciativa em razão da afirmação ou reafirmação de uma verdade histórica. Essas narrativas não deixam de contribuir para a criação de uma memória, e por terem linguagem e acesso facilitado atingem seu objetivo de influenciar o público leitor, fomentando as discussões acerca das diversas maneiras de se produzir saberes históricos e emoções/identificações políticas.

Posto isto, nos é caro compreender as configurações pelas quais a elite letrada de Parnaíba evoca sua história de maneira pública, levando em consideração as obras de autores que se ocuparam da escrita sobre o passado da cidade, ainda que faltosos do rigor metodológico da história. Essa leitura é deveras interessante não apenas para a reflexão acerca da sociedade regional do interior do Piauí, mas também como reflexão didática, já que permite compreender novas leituras sobre a cidade na constituição de um campo históricos/historiográficos/didático/político no interior da cidade.

O peso da coroa: Simplício Dias como precursor de grandes homens no Livro do Centenário da Paraíba.

Durante o século XX a escrita da história com base na figura de grandes homens, herdada da tradição oitocentista, se mostrou uma poderosa ferramenta de produção da memória nacional e regional. Essa aproximação entre a figura estoica de um líder, engajado em um projeto político cujas consequências, inevitavelmente, atingem as massas – estas, compreendidas como, meras expectadoras de tais processos – acaba por, não inocentemente, embaçar os limites entre a vida pessoal do líder e a história da própria nação. O estudo da personalidade de um grande homem e a produção de sua biografia se tornam então um projeto de produção da história oficial, autoatribuído de grande responsabilidade, visto que, se coloca na missão de transmitir ao

mundo a grandiosidade de um chefe extraordinário, cujo destino não poderia significar nada diferente do sucesso alcançado em seu fim, devido a uma trajetória igualmente exemplar, iniciada geralmente em sua infância, parecendo assim predestinado aos eventos ocorridos em sua vida.

A criação de uma narrativa apologética à figura de grandes homens perpassa as produções literárias em Parnaíba no século XX. Os literatos e memorialistas parnaibanos evidenciaram os feitos heroicos daqueles que consideravam exímios líderes, destacando suas biografias e comemorando datas cívicas. À exemplo deste tipo de produção podemos observar a publicação de uma obra, que tem caráter comemorativo, intitulada *Livro do Centenário da Parnaíba: estudo histórico, corográfico, estatístico e social do município de Parnaíba*, organizado por Benedicto Jonas Correia e Benedicto dos Santos Lima, publicado em 1945. Na produção os autores se propõem a homenagear Parnaíba no centésimo ano de seu reconhecimento como cidade. Apresentando um estudo sistematizado, o livro aborda aspectos históricos, geográficos, econômicos e culturais, tendo caráter descritivo, parece intentar reunir os principais pontos sobre o município, buscando elaborar uma narrativa íntegra e acurada. Segundo Fernando Botton

Esses são os elementos que tornam essa fonte histórica bastante rica e singular, trata-se de uma compilação de diversas tipologias de documentações estrategicamente organizadas e sequenciadas por uma elite econômica local que por meio dessa espécie de *espelho do Próspero* buscava constituir uma narrativa sobre a cidade e, por conseguinte, sob a distribuição hierárquica dos poderes locais, não abrindo mão de aliar-se à enunciação política predominante no período. Desta forma podemos considerar que, por seu intuito ufanista e (auto)enaltecedor, tal documento é absolutamente rico e autossuficiente no sentido simbólico-discursivo, especialmente se quisermos compreender as concepções, valores e perspectivas que as elites políticas e econômicas projetavam para a cidade da época (BOTTON, 2022, p. 220).

Tal narrativa é embasada por vultos que a enobrecem, contendo homenagens àqueles que são considerados líderes inquestionáveis. O Livro do Centenário evoca com emoção patriótica as figuras de Getúlio Vargas, destacado como “chefe da nação”, o interventor federal no Piauí Leônidas de Castro Melo, carrega o título de “chefe do Estado” e o então prefeito de Parnaíba, Mirócles Campos Veras, presumivelmente recebe o título de “chefe do município”. De acordo com a historiadora Samylla de Sousa Pereira

[...] é perceptível a existência de um forte teor de hierarquização política e social relativa ao conteúdo da supracitada obra à época em que esta foi difundida em Parnaíba, razão pela qual denominamos neste trabalho o conjunto que antecede a primeira parte da edição de “a tríade da liderança parnaibana”, na qual há uma verticalização na forma como foram dispostos os políticos tratados como líderes durante o processo de ordenação das páginas (PEREIRA, 2021, p. 15).

Neste interim, percebemos como a figura de chefia influencia as narrativas, que se preocupam em explicitar a necessidade de um condutor para uma sociedade, pois se considerava que esta precisaria de orientação. Tal como para Yves Cohen (2013), compreendemos essa articulação como uma característica muito presente no século XX, onde a figura essencialmente masculina (dotada de autoridade) exerce o papel inevitável do chefe que guia a massa rumo ao triunfo. A representação da chefia moldada como inerente a estes homens revela a tentativa de aproximação entre eles, a fim de compor um corpo único entre os esforços nacional, estadual e municipal, idealizando a união do empenho daqueles que carregam o fardo de orientar o destino da nação, cada um a seu lugar na hierarquia, mas sempre em prol do que seria a melhor forma de conduzir o povo brasileiro.

Ultrapassando a tentativa de validar a grandiosidade da obra somente através do exemplo do líder nacional, os autores do livro comemorativo trazem a título de “Data Máxima da História do Piauí” o 19 de outubro

de 1822, dia em que – segundo a historiografia ufanista regional – os separatistas parnaibanos, liderados pelo então Coronel de Milícias, Simplício Dias da Silva, gritaram a independência do Piauí se aliando ao processo incitado pela decisão de Don Pedro I em tornar o Brasil um império independente. Nesse sentido que se avoluma o peso discursivo desse personagem reconstruído historicamente enquanto herói pátrio. Evocar a efigie de Simplício Dias nesse caso reforça o jogo de poder intrincado num discurso formulado para validar a imponência política da cidade de Parnaíba e, por conseguinte, a importância do livro que comemora o centenário da cidade, bem como suas elites produtoras e homenageadas. Assim podemos observar o arranjo imagético, simbólico e discursivo que constitui a imagem de um pretense herói nacional. Na supracitada publicação o Coronel é descrito como “a mais expressiva figura da história parnaibana – na política, no comércio e na lenda” (CORREIA; LIMA, 1945, p. 41) para Botton

A concatenação desses três elementos (públicos, privados e metafísicos) são articuladores simbólicos muito potentes, uma vez que intercalam no mesmo homem a desenvoltura política que haveria de espelhar nos governantes daquela época junto do êxito comercial que haveria de ressoar das elites parnaibanas [...] (BOTTON, 2022, p. 227).

Desta forma é possível perceber como os seletos adjetivos utilizados para a reinterpretação da imagem pública de Simplício Dias fundamentam sua personalidade nos ideais sócio-políticos da elite letrada da época. Simplício, tal como o 19 de outubro, é destacado como o pináculo da história do Piauí, essa interpretação corrobora com a formulação da história através do vulto de grandes homens, além de reafirmar os valores de uma elite interessada em arquitetar as ligações entre passado e presente, onde não haveria rupturas no que seria representado como uma história épica. A abordagem utilizada por Correia e Lima nos revela a complexidade dialética entre nacional-local e passado-presente, resultando em significantes que através das homenagens prestadas às representações

de grandes homens engrandecem a história de Parnaíba, e consequentemente a elite política empenhada na produção das narrativas engrandecedoras.

As associações produzidas pelo diálogo entre as figuras de Getúlio Vargas, Leônidas de Castro Melo, Mirócles Campos Veras e Simplício Dias não são incomuns nos discursos heroicizantes formulados pelos literatos parnaibanos no século XX. De acordo com Botton “Essa atribuição de chefia aos três é, desde já, uma escolha simbólica dos editores do Livro do Centenário refletindo a própria narrativa política da época que tentava alinhar e legar continuidade de prestígio e protagonismo político às distintas esferas espaciais de poder” (BOTTON, 2021, p. 5). As produções que visavam rememorar a história de Parnaíba a fim de reavivar seus valores cívicos partem da personalidade de Simplício Dias para evocar uma linha do tempo que conduz a continuidade de uma linhagem de grandes homens, ligados não pelo sangue, mas por uma herança primordial, nascida na figura estoica do Coronel da Parnaíba. Destarte, Simplício Dias da Silva teria o papel fundamental de representar um marco inicial da futura geração de líderes parnaibanos, construindo uma narrativa homogênea e atraente, que envolve o público regional, estimulando então o sentimento de pertencimento ao brio inerente a uma história repleta de chefes varonis. Dada toda essa construção política e historiográfica, a partir daqui, direcionaremos nossa análise à persona de Simplício Dias e à composição dos discursos histórico-memorialísticos formulados em torno sua lembrança nos anos de 1980 e 2000.

O resgate do passado na escrita dos literatos parnaibanos na segunda metade do século XX

Ao longo do século XX a personalidade de Simplício Dias da Silva foi um objeto bastante discutido em produções que contemplam a história do Piauí e o movimento emancipacionista pela independência do Brasil. Sua incontestável influencia sobre a vida política parnaibana,

em meados do século XIX, levantaram inúmeras discussões acerca de um passado repleto de movimentações políticas emancipatórias em um Brasil ainda ligado a coroa portuguesa e abarrotado de jogos de poder intrincados no movimento da independência do Brasil. Além disso, as produções historiográficas que buscavam compreender o Piauí colonial em seus arranjos socioculturais, ou mesmo as pesquisas sobre o desenvolvimento do comércio em Parnaíba acabaram por se deparar com a influência dos Dias da Silva, tamanha era sua proeminência política e econômica no Piauí oitocentista.

A construção da história de Parnaíba encontra na história da família Dias da Silva muitos pontos em comum, assim podemos observar sua influencia na fala da historiadora Junia Motta Antonaccio Napoleão do Rego

Os Dias da Silva foram os charqueadores da Vila de São João da Parnaíba que apresentam maior visibilidade na historiografia local. Tal expressão definiu-se pelo tamanho de sua fortuna, pelos prédios que deixaram construídos, e pelo papel que tiveram na vida política associado à alardeada vida faustuosa que levaram, cujas histórias ficaram na memória dos moradores, impondo-se à historia local. (REGO, 2013, p. 140)

Ao refletirmos a complexidade do movimento de produção da memória, levando em consideração que as tramas da história se formulam para além das produções historiográficas, compreendemos que os dispositivos da memória atravessam as produções científicas sofrendo um complexo movimento de construção heterogêneo, intrincado e subjetivo. Assim compreendemos que a memória é construída a partir dos discursos produzidos ao longo do tempo. Jô Gondar afirma que a memória “[...] não nos conduz a reconstituir o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões que nós fazemos, que fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados” (GONDAR, 2005, p. 17). Desta forma, nos é caro perceber como as

narrativas delimitam o que consideram que deve ser memorável e aquilo que pretensamente seria digno de esquecimento. Os critérios para essa seleção são fundamentados especialmente por questões políticas que organizam hierarquias sociais e morais.

Direcionando nosso olhar para uma escrita pública da história, reconhecemos a potencialidade das narrativas memorialísticas construídas sobre o passado de Parnaíba, arquitetadas preponderantemente por literatos que viviam na cidade nas últimas décadas do século XX e nas décadas iniciais do século XXI. Compreendemos que “A história pública tem importância real e urgente, dada a crescente popularidade das representações do passado nos dias de hoje” (LIDDINGTON, 2011, p. 50). É importante destacar como se dá a produção dessa narrativa pública, pois o discurso literato produzido a partir dos anos 1980 é comprometido com a construção de um quadro de memória muito específico da história parnaibana, selecionando ao seu rigor eventos faustosos, ordenando-os cronologicamente, a fim de obter uma história homogênea, feita por vencedores e engajada num movimento consistente rumo ao que consideravam ser a melhor versão da cidade de Parnaíba.

Ao ultrapassar os limites da escrita conduzida pelo crivo da História, é possível perceber um movimento de produção discursiva realizada por literatos e memorialistas parnaibanos que se ocuparam de registrar, à sua maneira e através de seu prisma único, uma visão da história que muito fala sobre a realidade em que viviam e como buscavam revigorar valores por eles considerados importantes. Através da imagem de Simplício Dias buscaram significar e resignificar a memória com a perceptível intencionalidade de representarem seus valores políticos por meio da escrita da história.

Sendo passada por momentos de otimismo devido à ascensão econômica e modernização de Parnaíba nas primeiras décadas do século XX, a produção literária parnaibana portava como força fundamental a produção do *Almanaque da Parnaíba*, segundo Idelmar

Cavalcante Júnior “[...] o Almanaque da Parnaíba se constituiu desde os seus primeiros números como uma literatura missionária, engajada particularmente em prol do desenvolvimento da cidade” (CAVALCANTE JÚNIOR, 2015, p.113). Desta forma, a escrita tinha como função principal ordenar e relatar o sucesso vivido pela cidade em seus anos de modernização, formulando um sentimento positivo em relação às mudanças vividas na cidade, a exemplo da construção da estrada de ferro de Parnaíba. A confecção do *Livro do Centenário da Parnaíba*, em 1945 propunha justamente a materialização da grandiosidade de Parnaíba através da produção de um discurso homogêneo, que ligava os aspectos econômicos, sociais e políticos, formulando em uníssono a voz do seletivo grupo de intelectuais responsáveis por escrever Parnaíba.

O historiador e pesquisador Idelmar Gomes Cavalcante Júnior utiliza o termo *escriturística da saudade* para se referir às produções do grupo de literatos que construíram uma narrativa preocupada em escrever saudosamente sobre os grandes acontecimentos da história parnaibana na segunda metade do século XX, facultando assim, uma maneira de lembrar dos fatos de forma muito particular. Essa construção narrativa manteve seu caráter monumental, exaltando com demasiado pundonor a cidade de Parnaíba e seus grandes homens, mas dessa vez carregada de saudosismo e com o intuito de rememorar um passado brilhante, protagonizado por figuras estoicas e eventos grandiosos. Desta forma, construiu-se um discurso regulado pelas experiências de seus autores, que professavam sua fala a partir de seu ambiente privilegiado, mantendo uma escrita engajada em revigorar uma Parnaíba histórica e magnificente.

A exaltação do afeto pela cidade se une a uma demonstração de orgulho cívico diante dos acontecimentos do passado, dando destaque a seus autores. Assim a tentativa de consolidar uma história única, organizada a partir de um passado brilhante, procura (re)significar os

problemas vividos no presente dos intelectuais. Como destaca Cavalcante Júnior

Os literatos, portanto, demonstram toda a sua insatisfação com o tempo, são reativos a ele e aos seus efeitos. Desejam impedir que o fluxo temporal afaste da memória e do cotidiano dos parnaibanos, as glórias do passado e por isso seus textos propõem a atualização permanente das memórias desse passado glorioso, criando uma espécie de tempo perpétuo (CAVALCANTE JÚNIOR, 2015, p.117).

Para tal, através da construção do imagético de Simplício Dias enquanto representante seminal da história de Parnaíba, alguns signos fundamentam a constituição de um pretense herói nacional, que contém em si o próprio significativo do acontecimento e passa a representar nele mesmo um monumento para a história de Parnaíba. O resgate dessa história monumental pautada em ideais românticos, que se propõe a reformular a memória da cidade enquanto acontecimento homogêneo e harmônico, não por acaso, encontra em Simplício Dias da Silva uma possibilidade viável de aproximação com esse exuberante passado a ser resgatado.

Dentro das obras *Cada Rua – Sua História* (1982) de Caio Passos e *Parnaíba, minha terra* (1987) Maria da Penha Fonte e Silva – ambas produzidas na década de 1980 – e *Personalidades atuantes da história de Parnaíba ontem e hoje (s/d)*¹ de Aldenora Mendes Moreira e *O Espaço e o Tempo* (2002) de Maria Elita Santos de Araújo, produzidas na primeira década do século XXI, analisamos pequenos textos biográficos que visam destacar a importância de Simplício para a história do Piauí². Neste

1. A obra de Aldenora Mendes Moreira se caracteriza como uma importante contribuição para a continuidade da escrita saudosista. Sua obra não relata o ano de publicação, todavia segundo o blog Diário online by Dilma Ponte, o lançamento do livro se deu no ano de 2011, indo de encontro ao nosso recorte temporal.

2. É importante destacar que estes intelectuais compunham a Academia Parnaibana de Letras, sendo ocupantes de algumas das “Cadeiras” destinadas aos estudiosos parnaibanos que contribuem com a instituição.

mesmo recorte, analisamos as duas biografias escritas pelo professor José Nelson de Carvalho Pires³, que se dedicou a escrever sobre a vida do Coronel da Parnaíba, intituladas, respectivamente, *Simplicio Dias da Silva: resumo de sua vida e luta pela independência do Piauí, ainda seu grande amor* (2007) e *Simplicio Dias da Silva: seu nascimento até sua morte* (2008).

Assim devemos lembrar: a fundamentação da memória simpliciana.

Simplicio Dias da Silva é evocado nas narrativas memorialistas majoritariamente em forma de pequenas biografias, frequentemente no início das obras, seguindo o ideal de ordem cronológica da História aos moldes oitocentistas, já que o coronel de milícias seria um modelo primordial do progresso parnaibano. A escolha do gênero biográfico é um importante aspecto a ser observado, já que este tipo de texto pretende organizar a vida do biografado em fatos ordenados e congruentes, dando sentido a vivência de seu protagonista a fim de tornar alinhada sua trajetória e suas realizações. Como afirma Pierre Bourdieu

Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo (BOURDIEU, 1998, p. 184).

A singularidade discursiva desse tipo de escrita destaca elementos da construção de um discurso ordenador, substancialmente dedicado à escrita da história através da vida do biografado. Os recursos linguísticos utilizados no corpo do texto das biografias intentam transmitir naturalidade, visando à interpretação dos acontecimentos a partir de um viés despretensioso, despertando assim a sensação de que a trajetória de Simplicio Dias, desde seu nascimento até sua morte, se fez em convergência com os

3. Sócio benemérito do Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba (IHGGP).

eventos históricos vividos pelo mesmo, dando sentido a uma vida descrita como revolucionária e engajada, cada passo do coronel de milícias parece transparecer o próprio espírito da história parnaibana, já que “A biografia organiza um sentido, ou melhor, cria um”. (RODRIGUES, 2016, p.161). O orgulho em escrever sobre Simplício não passa despercebido, tal como podemos perceber no seguinte trecho de Aldenora Mendes Moreira

Biografar Simplício Dias da Silva é, sem dúvida, uma grande honra, uma grande satisfação, por ser ele uma personalidade ímpar, marcante, uma das figuras de maior relevo, padrão de honra e dignidade da terra parnaibana; jovem inteligente, dedicou-se muito cedo à vida política e social da Vila, considerado o maior vulto da história Parnaibana, notabilizou-se pelos relevantes serviços que prestou a Parnaíba e ao Piauí; Simplício Dias é a figura exponencial da história de Parnaíba e, porque não dizer, do Piauí? (MOREIRA, s/d, p.19).

A argumentação da autora ao justificar sua deferência se baseia em preceitos que fundamentam a memória de Simplício através de adjetivos enobrecedores, tal adjetivação dá sentido ao ato de compreendê-lo como representante valoroso para a memória parnaibana. Referido como “[...] expoente máximo da história de Parnaíba” (MOREIRA, s/d, p.18), Simplício é representado dentro dos discursos dos literatos como protagonista da história da cidade. Os estudos na Europa, sua riqueza e influência política são pontuados como justificativas para o sucesso de seus esforços pelo movimento de independência do Brasil.

A suposta amizade entre Simplício Dias da Silva e Dom Pedro I é continuamente evidenciada no intuito de autenticar a relevância do parnaibano. Para este fim o memorialista José Nelson de Carvalho Pires⁴ destaca que Simplício “Ao retornar para o BRASIL, na tempo-

4. O memorialista tem como característica de seus textos o hábito de escrever em caixa alta tudo aquilo que ele considera importante que seja destacado, desta forma, decidimos manter sua formatação original a fim de tornar nossa análise mais aprofundada, compreendendo a atitude do autor como um elemento discursivo importante para a compreensão de seu texto.

rada pela EUROPA adquiriu e conheceu outro tipo de CULTURA, respeito ao direito a liberdade, e tornou-se amigo pessoal de DOM PEDRO.” [maiúsculas do autor] (PIRES, 2007, p.14). Os elementos constituintes dos ideais libertários e sua aproximação com o príncipe regente reafirmam a nobreza de Simplício Dias diante de uma história de vida monumental, típica de um grande vulto da história. Destarte, a afirmação de Simplício como um homem político por natureza e sua proximidade com a coroa portuguesa é seguidamente enfatizado:

Simplicio Dias, jovem inteligente, demonstrou, desde muito cedo, inclinação para as lutas democráticas, estudou em Portugal - Coimbra frequentando as festas e recepções de gala do Paço Imperial - era “O nobre fidalgo, meu jovem colono brasileiro, meu amigo” como lhe tratava - a rainha D. Maria I, que, em 1796, deu-lhe a Carta de Brasão D’Armas e Foro de Fidalgo Cavalheiro da Casa Real e o Hábito da Ordem de Cristo, em que professou, sendo mais tarde, agraciado com a Imperial Ordem do Cruzeiro e promovido a Coronel de Cavalaria de Milícia, pelo Imperador D. Pedro I (MOREIRA, s/d, p.19).

Sua descendência também não passa despercebida, sendo pai de Simplício o português Domingos Dias da Silva. O rico empresário das charqueadas é destacado como modelo de autoridade e opulência de sua época, enaltecendo o discurso patriarcal que permeia subjetivamente a escrita desses literatos. Em sua obra, Caio Passos propõe de antemão à escrita sobre Simplício uma breve contextualização sobre seu gerador: “Para focalizarmos a personalidade de Simplício Dias da Silva, é óbvio que rebusquemos um pouco a história de Domingos Dias da Silva, o seu genitor, homem de opulenta fortuna” (PASSOS, 1982, p.323). Deste modo, o sucesso de Domingos justifica o sucesso de Simplício, atribuindo sentido à crença de que o teria herdado de seu pai, tal como afirma Passos: “Simplício Dias da Silva [...] seria o sucessor de seu pai e a figura máxima da História da Parnaíba” (PASSOS, 1982, p.325). Todavia, Simplício traz um novo significado para

a resplandecência agregada à figura de Domingos Dias da Silva, assim, além da riqueza e do refinamento, o Coronel de Milícias cultivava também o espírito revolucionário e a “[...] vocação para carreira das armas” (PIRES, 2008, p. 22).

Todas essas construções discursivas baseadas nos signos do pai provedor, do homem abastado e do herói engajado recriam em Simplício a pretendida identidade do povo parnaibano perfilhada pelos literatos. A este respeito compreendemos a identidade como um constructo-histórico discursivo produzido com o intuito de atribuir sentido a um sentimento de orgulho regional. Tal manifestação utiliza como ferramenta a imagem pública de Simplício Dias como um potencial artefato ocasionador de afinidade entre sua personalidade – compreendida como fidedigna representação dos interesses macro e micropolíticos da elite letrada de Parnaíba – e a população, atuando na própria configuração formuladora da identidade parnaibana.

Em vista disso, podemos perceber como a produção dos discursos histórico-memorialísticos tem o poder de legitimar uma forma específica de olhar para o passado histórico de Parnaíba e (re)significar os sentimentos políticos de pertencimento pessoal a tal passado. Segundo a historiadora Iara Conceição Guerra de Miranda Moura “Em relação ao Estado do Piauí, os discursos identitários apontam para um retorno às origens, principalmente no que diz respeito às ações dos antepassados que trazem orgulho ao povo piauiense” (MOURA, 2018, p. 08). É justamente através de seus escritos que os literatos constroem uma narrativa que privilegia os grandes homens como atores principais das movimentações políticas piauienses pela Independência do Brasil, centralizando na figura de Simplício o exemplo parnaibano máximo de sucesso e dedicação à pátria. Nesse sentido podemos perceber que

Os memorialistas constroem uma narrativa fantástica, que une ao espírito da época o imaginário popular e a memória histórica de Parnaíba, exaltando alguns acontecimentos em detrimento de outros. Eles

constroem uma identidade para a população e criam novos imaginários populares a partir daqueles que já existiam (NASCIMENTO, 2015, p.19).

A intencionalidade de representação de uma história ufanista e sem rupturas é frequentemente destacada, como podemos observar na fala de Aldenora Mendes Moreira ao enfatizar “Com esse trabalho, queremos resgatar a lembrança dos vultos do passado... e, em relevo destacar as personalidades de nossa cidade, as quais retratam uma Parnaíba histórica e de grandes feitos patrióticos” (MOREIRA, s/d, p.10). A autora enfatiza seu desejo de fazer ser vista essa versão da história onde Parnaíba detém o lugar de destaque, e utiliza como ferramenta principal a tentativa de resgate da “lembrança” de grandes homens, como Simplício Dias, que seria a fiel representação e averiguação da magnificência da cidade. Já Maria da Penha Fonte e Silva, ao homenagear a cidade expressa com orgulho a pretensa ausência de derrotas da cidade, fundamentando-se em uma escrita da história contada pelo viés dos vencedores:

Cidade Nobre invicta, altaneira!

Terra de Simplício Dias -

Princesa de Igarapu

Parabéns terra querida pelo teu progresso, pelas duas tradições históricas, culturais e religiosas (SILVA, 1987, p. 37).

Ao analisarmos a construção do trecho, podemos perceber elementos constructo-discursivos formulados a fim de reivindicar um passado glorioso, livre de derrotas, e logo destacar a personalidade primordial, responsável por deixar como herança o ato de vencer, valorizando por fim à história – esta, por sua vez, teria como incumbência sustentar o discurso cívico –, seus costumes e seu triunfo. A autora faz uso de uma expressão comum dentro do ideal de rememoração da história através dos vultos do passado ao condicionar a cidade como

posse de Simplício enfatizando-a como “Terra de Simplício Dias”, faceta utilizada também por Caio Passos ao se referir a Parnaíba como “[...] terra simpliciana” (PASSOS, 1982, p. 4). O destaque a esse sentimento de pertencimento enfatiza a ligação entre aqueles que fazem parte da cidade e seu principal vulto, aproximando os leitores da ideia de progresso e soberania.

O sentimento de dever cívico parnaibano se mostra um elemento basilar neste tipo de narrativa, sendo a todo tempo retomado como razão pela qual a escrita da história de Parnaíba e o orgulho pela figura de grandes homens, como Simplício Dias, se fazem necessárias para a manutenção de um ideal patriótico. A proposta de alguns memorialistas se mostra engajada no reavivamento desses valores morais e cívicos, que segundo eles teriam se perdido ao longo do tempo. José Nelson de Carvalho Pires enfaticamente afirma

CIVISMO é o trabalho consciente e esclarecido do cidadão no seio da comunidade, através do cumprimento de seus deveres, de cidadania, e o seu esforço em contribuir para o engrandecimento de sua PÁTRIA. É a permanente vigilância para que se consiga a obediência às LEIS, preservação da ORDEM, defesa da MORAL, e dos BONS COSTUMES, incentivo e estímulo aos JOVENS, para o desenvolvimento de sua PERSONALIDADE SÁDIA. [maiúsculas do autor] (PIRES, 2007, p. 9).

A juventude ocupa a preocupação do memorialista, que lamenta a falta de estudo sobre a figura de Simplício nas escolas parnaibanas, apontando que em sua obra tinha o intento de “[...] tentar mostrar aos parnaibanos, a parte moral, cívica e corajosa de um parnaibano que LAMENTAVELMENTE, nas escolas de nossa cidade, pouco se comenta ou fala, pelo fato de ser PRATA DA CASA, ou seja, SANTO DE CASA NÃO FAZ MILAGRE. [maiúsculas do autor] (PIRES, 2007, p.7). Ao demonstrar o interesse na presença de tais aspectos na escola, podemos reconhecer o apelo educacional diante do que a narrativa saudosa sobre Parnaíba espera de sua população. O reconhecimento

de valores morais e cívicos concomitantemente com o enaltecimento de grandes nomes da cidade retomariam um aspecto importante da história segundo os ideais do seletto grupo de intelectuais que buscaram (re)escreve-la. Dentro da escolha dos temas e personalidades destacadas nas narrativas memorialistas existe o jogo poder⁵ que delimita o que está dentro ou fora do recorte de lembranças pretendido pelo discurso saudosista.

Para tal, há necessidade de um complexo e dialógico movimento de interações e significações que perpassam aspectos do passado e do presente. Nesse movimento é possível reconhecer os desejos e interesses políticos dos produtores da narrativa que destaca o imagético de Simplício Dias, espelhando em seu vulto adjetivações dedicadas à cidade. Sua personalidade protagoniza esse recorte assumindo um papel epopeico de herói e proporcionando uma narrativa legendária.

Considerações finais

A partir da análise de obras que se comprometeram em rememorar saudosamente a história de Parnaíba e seu herói, podemos constatar que os discursos produzidos durante a década de 1980, deixaram como legado a continuidade dessa dicursividade, que está presente logo na primeira década do século XX. Os literatos e memorialistas ligados à Academia Parnaibana de Letras e ao Instituto Histórico, Genealógico e Geográfico de Parnaíba (IHGGP) compõem uma expressiva argumentação em torno da representação imagético-discursiva de Simplício Dias da Silva, se aproximando em suas abordagens e significações sobre o passado da cidade e a relevância de Simplício para a memória parnaibana.

5. Aqui reconhecemos as várias formas que o poder pode exercer sobre as mais diversas relações. Seguindo o pensamento de Foucault (1979), compreendemos que as relações de poder se formulam de distintas formas, a partir de contextos diversos, podendo assim ultrapassar os movimentos macropolíticos e permear as relações sociais cotidianas.

A narrativa marcada por ideais de uma história heroicizante oitocentista e orientada por valores morais, políticos e sociais se mescla a um popular tom de prosa, tentando disseminar-se a fim de expressar os ideais de seus autores. Tais ideais partem de inquietações e problemáticas do presente dos intelectuais, que ao olhar para o passado fundamentam seu discurso como um manifesto da memória contemporânea. Dessa maneira, a elite letrada que toma para si, a função de reescrever a história da cidade aos moldes de um heroísmo carlyleano, identifica em sua sociedade a queda de suas tradições concomitante ao esquecimento de seus ídolos (ANDRADE, 2006).

Como já refletimos em outras ocasiões (BOTTON, ET. ALI., 2018), a temática do heroísmo e das relações locais entre memória e política também podem ser muito bem trabalhadas pelo professor de história, seja em sala de aula, seja para público amplo. Embora esse não seja a tonalidade do presente artigo, ressaltamos que atualmente há uma preocupação corrente com a ampliação do ensino de história regional nos currículos de ensino fundamental e médio, especialmente no tocante às novas inserções da BNCC e seus desdobramentos regionais. Frente a tal preocupação nossa pesquisa abre diversos caminhos para ampliarmos a consciência social, cidadã e política dos alunos frente às suas elites do passado e do presente. Portanto, sublinhamos essa brevíssima reflexão pedagógica como um ponto de chegada e, simultaneamente um ponto de partida, para que futuramente possamos abordar tais temáticas enquanto objeto de pesquisa, prática e intervenção pedagógica, ampliando ainda mais os desdobramentos ético-políticos das reflexões aqui realizadas.

Referências

ANDRADE, Débora El-Jaick. Escrita da História e Política no Século XIX: Thomas Carlyle e o Culto aos Heróis. In: História e Perspectivas, Uberlândia: EdUFU, 2006, 211-246

BOTTON, Fernando Bagiotto. Escalas de poder: masculinidades, política e progresso no nordeste brasileiro dos anos 1940. *Revista Diálogos*, v. 26, n. 1, p. 219-235, 15 abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/55953> Acesso 15/08/2022

BOTTON, Fernando Bagiotto. Liderança política e autoridade paterna: psicologia e masculinidade na construção das personalidades de Vargas e Perón. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

BOTTON, Fernando Bagiotto; MIRANDA, F. L. A memória do Homem da Parnaíba: heroísmo e virilidade de Simplício Dias nas biografias de José Nelson de Carvalho Pires. In: *A história sob múltiplos ângulos: trajetórias de pesquisa e escrita – Volume 1* / Marcelo de Sousa Neto, Antonia Valtéria Melo Alvarenga, Pedro Pio Fontineles Filho (organizadores). - Teresina: EdUESPI, 2020.

BOTTON, Fernando Bagiotto (Et. Ali.). Interfaces do herói nos quadrinhos brasileiros: questões didáticas e políticas. *Práxis Educativa*, v. 14, n. 1, p. 163–180, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/11240>. Acesso em: 15/08/2022.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 183-191.

CAVALCANTE JÚNIOR. Idelmar Gomes. A ESCRITURÍSTICA DE UMA SAUDADE PARNAIBANA: História, tempo e espaço na cidade de Parnaíba-PI. In: LIMA, Frederico Osana Amorim. CAVALCANTE JÚNIOR. Idelmar Gomes; LIMA, Frederico Osana Amorim. (Org.). *PARNAÍBA: Ver, sentir e dizer*. Parnaíba: Sieart, 2013, pp. 111-126

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. A Batalha do Jenipapo e seus heróis: símbolos de uma piauiensidade. *Contraponto*, v. 7, n. 2, p. 7-14, 2018.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. -- 24. ed. -- São Paulo : Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade vol. 1 – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2010^a.

LIDDINGTON, Jill. História Pública e Consciência Histórica In ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. O. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p.31-52.

NASCIMENTO, Maykon Cesar Silva Do. Simplício Dias: entre a ficção e o fato na produção memorialística parnaibana da década de 1980. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em História) - Faculdade Internacional do Delta. Parnaíba – Pi, 2015.

Obras e publicações. Academia Parnaibana de Letras, s/d. Disponível em: <https://academiaparnaibanadeletras.wordpress.com/obras-e-publicacoes/> Acesso em: 01, fevereiro de 2022.

PEREIRA, Samylla de Sousa. Do chefe com maiúsculas à tríade da liderança: a construção de líderes políticos nas páginas da imprensa piauiense (1930-1945). Artigo Científico apresentado à Universidade Estadual do Piauí (Licenciatura Plena em História). Parnaíba, Piauí. 2021.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba, Piauí. – Teresina: EDUFPI, 2013.

RODRIGUES, Karla Cristine. Biografia de Tibúrcio Ferreira de Sousa: Sobre as comemorações do centenário de nascimento. In: MAUAD, Ana Maria ; CASTRO, Clarissa Costa Mainardi Miguel de; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. 2º Simpósio Internacional de História Pública - Perspectivas da História Pública no Brasil. 2014. Niterói, 2016.

Fontes

ARAÚJO, Maria Elita Santos de. Parnaíba - **O Espaço e o Tempo**. Paraíba Piauí: Ed 2002.

CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos (Org.). O Livro do Centenário de Parnaíba: estudo histórico, corográfico, estatístico e social do município de Parnaíba. Parnaíba: Gráfica Americana, 1945.

MOREIRA, Aldenora Mendes. Personalidades atuantes da história de Parnaíba ontem e hoje. Edição da autora, Parnaíba, s/d.

PASSOS, Caio. Cada Rua – Sua História. 1982.

PIRES, José Nelson de Carvalho. Simplício Dias da Silva: resumo de sua vida e luta pela independência do Piauí. Ainda o seu grande amor. Parnaíba, 2007.

PIRES, José Nelson de Carvalho. Simplício Dias da Silva: seu nascimento até sua morte. Parnaíba: Sieart, 2008.

SILVA, Maria da Penha Fonte e. Parnaíba, minha terra. Edição da autora, Parnaíba, 1987.

NO RASTRO DO SUJEITO: POSSIBILIDADES ANALÍTICAS NA TRAJETÓRIA DE LEONARDO DA SENHORA DAS DORES CASTELLO-BRANCO

Luís Carlos Albano Duarte Sousa (UFPI)

Johny Santana de Araújo (UFPI)

As novas abordagens e perspectivas metodológicas fomentadas pelo estudo de trajetórias proporcionam cada vez mais aos historiadores(as) um melhor aproveitamento das fontes no sentido de ampliar seus horizontes a partir das experiências individuais e coletivas. Através do uso dos mais diversos documentos que dão conta destas vivências e acompanham a existência destes sujeitos, podemos alcançar o grau de relação entre os conceitos teóricos de determinada época e a realidade vivida. Nesse sentido, buscamos demonstrar neste artigo os usos e possibilidades de fontes judiciais, correspondências particulares e fontes literárias a partir de um estudo de caso: a trajetória de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco.

Esta pesquisa surgiu do curioso interesse nas obras literárias e científicas escritas por esse sujeito com toda a complexidade de um estudo de caso que ocupou diferentes fronteiras históricas, já que passou do período colonial ao Brasil independente. Leonardo foi um intérprete de todos os espaços que ocupou, participando ativamente de momentos como a Independência do Brasil e a Confederação do Equador, além de ter escrito inferências políticas sobre Brasil e Portugal. Mas são as fontes a seu respeito e sua própria produção escrita

que dão conta da sua valiosa contribuição para a historiografia e para a formação do Estado nacional, do pensamento político e de uma ciência genuinamente brasileiros.

Nascido em 1789 na Fazenda Taboca, Vila da Parnaíba, Leonardo demonstrou desde cedo fascínio pelo pensamento científico e pelas artes, tendo ele mesmo escrito diversos poemas científicos sobre temas como mecânica. Além disso, o ativismo político manifestou-se igualmente cedo, especialmente quando se juntou ao influente comerciante Simplício Dias e ao juiz-de-fora da Parnaíba, João Cândido de Deus e Silva, para proclamarem a adesão do Piauí à Independência do Brasil em Parnaíba, desafiando a capital Oeiras e suas tropas arregimentadas que já contavam com o apoio do major português João José da Cunha Fidié. Leonardo ocupou uma Parnaíba profundamente conectada em trânsitos comerciais nacionais e internacionais, motivados pela criação de gado *vacum* e cavalar, e pelo porto marítimo que escoava toda a produção do sertão das imediações (DUARTE SOUSA, 2018, p. 40).

Esta perspectiva globalizada¹ – ou mundializada – do século XIX é motivadora também de uma noção de história conectada,² que dá conta de perceber este trânsito intenso no qual sujeitos como Leonardo estavam inseridos. O desenvolvimento deste campo na historiografia passou a valorizar questões locais na construção das estruturas que se construíram desde as grandes navegações.

1. No sentido de reconhecer o trânsito de sujeitos, ideias e mercadorias entre os continentes, fomentando interações e negociações entre culturas diversas através, principalmente, do Atlântico. Cf. FAN, Fa-Ti. “The global turn in the history of Science”. *East Asian Science, Technology and Society: an international journal*. v. 6, p. 249-258, 2012.

2. A perspectiva de história conectada leva em consideração os intercâmbios culturais, proporcionados pela expansão levada a cabo desde as grandes navegações, onde elementos se cruzam, conectam e misturam a depender do tipo de aproximação. Entre outros, cf. RAJ, Kapil. “Conexões, cruzamentos, circulações: a passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX”. *Cultura*, vol. 24, 2007. GRUZINSKI, Serge. “O historiador, o macaco e a centaura: a ‘história cultural’ no novo milênio”. *Estudos Avançados*. V. 17, n. 49, pp. 321-342, 2003.

A partir disto, como aponta Siqueira (2006), superou-se visões cristalizadas como a do antagonismo entre Brasil e Portugal, e da continuidade de estruturas coloniais, que por vezes engessavam o uso das fontes. Por isso podemos hoje partir da visão de um Brasil como parte integrante do Império português, não apenas na questão da coincidência ou não dos interesses entre colônia e metrópole, ou centro e periferia, mas sobretudo nas reconfigurações constantes e dinâmicas a nível local, valorizando as especificidades que conseguem demonstrar como este universo colonial era assimilado na realidade.

Desde o início do século XX, muitos foram os esforços na construção de uma identidade brasileira forjada a partir da experiência colonizadora de Portugal.³ Tais esforços marcaram profundamente a produção historiográfica subsequente, no sentido de direcionar os olhares para a dicotomia entre Brasil e Portugal. Há, contudo, um grande empenho recente para que se considere “o geral e o específico” de cada experiência, em cada região, em cada localidade que, em conjunto, formam a trama de experiências e decisões políticas que desembocaram no período que aqui trabalhamos. A profusão do uso de fontes que este movimento suscitou garantiu o êxito de novas abordagens que visavam justamente uma construção do macro através do micro, alternando também as percepções de regularidades e contradições de todo o sistema colonial (SIQUEIRA, 2006, p. 91).

Esta guinada historiográfica trouxe à tona diversas variáveis imprescindíveis para o estudo do movimento separatista, em específico, e seus desdobramentos a longo prazo, no decorrer do século

3. Definimos aqui como marco historiográfico a obra de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo*, que formou verdadeiro “paradigma pradiano”, escola que influenciou boa parte das análises subsequentes, e que certamente tem sua grande contribuição para a historiografia brasileira. Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colômbia. São Paulo: Brasiliense, 1987.

XIX. As relações locais com Lisboa, a resistência ou o apoio das populações livres e escravizadas, o grau de militarização, o nível de disseminação das ideias ilustradas, o entrosamento ou não com as elites do Rio de Janeiro, tudo isto passou a pesar e gerar perspectivas inovadoras, não só do período da Independência. Este exercício metodológico deixou, como questão teórica, a noção de que o estudo de política não se limita ao campo restrito da formação das leis, ou da oficialidade do Estado, mas também nas atitudes culturais, e nas experiências de mercadejar e até de festejar, ou seja, que se deve valorizar experiências de indivíduos e grupos em suas identidades (SIQUEIRA, 2006, p. 85).

A valorização do elemento local nas fontes, em novas abordagens, não é um aspecto exclusivo da historiografia mais recente. Em sua análise sobre a composição da “moeda colonial”, Ilmar Rohloff de Matos [1985]/(2017) já expunha suas faces e agentes, seus interesses e contradições, no processo de consolidação dos “Saquaremas” como mantenedores de uma série de monopólios já existentes no seio do Império brasileiro, na porção Sul. Também se construíram críticas no sentido de questionar se a inserção destes poderes locais no Estado português não poderia ter garantido certo apoio às políticas metropolitanas, como defendeu Kenneth Maxwell [1977]/(2005) ao investigar a trama de interesses locais e as tensões entre estes e a Metrópole nas Minas Gerais de finais do século XVIII. Inspirações importantes para o esforço historiográfico em preencher as lacunas geradas pelas análises estruturalistas.⁴

Apanhando a deixa das tensões políticas do Sul, a porção Norte do Brasil exigiu também um exame cauteloso, já que em seu próprio

4. A partir da década de 1980 pode-se notar a tendência historiográfica em se contrapor às abordagens estruturalistas na interpretação da História do Brasil. De forma mais recente, destacamos por exemplo a obra de Fragoso e Gouvêa (2010), *Na trama das redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Na sua introdução, os autores desenham o debate historiográfico.

seio carregava tamanhas diferenças locais que por vezes ignorava os limites das fronteiras políticas interprovinciais, obrigando as análises a adentrarem as escalas regionais de influência. Era importante perceber como atuaram as camadas dominantes locais em eventos como a Independência, mas também era essencial empreender a participação de ilustrados amadores como Leonardo Castello-Branco, das populações livres, dos homens pobres e escravizados, e suas respectivas estratégias e espaços ocupados. Aos poucos, as fontes permitiram perceber que a sociedade colonial não existia apenas para manter o Antigo Regime, mas inventava suas formas de negociação (SIQUEIRA, 2006, p. 92).

O desprestígio das versões lineares e mecanicistas do marxismo teve, neste campo, efeito salutar, no sentido em que o universo dos fatos políticos passava a ser pensado como objeto dotado de luz própria. Ao mesmo tempo, as relações entre a esfera da vida material e as da dinâmica política deixavam de ser concebidas como dadas, para ser encaradas como problemas de investigação, a serem tratados no plano da pesquisa documental e da singularidade das experiências históricas (COSTA apud SIQUEIRA, 2006, p. 94).

Tudo isto aponta para o ponto em que estamos atualmente na historiografia sobre a Independência e, conseqüentemente, seus desdobramentos. Mas nosso objetivo aqui não é um trabalho de revisão bibliográfica, e sim de apresentação das possibilidades guardadas nas fontes de um estudo de caso. Apresentaremos, pois, as fontes sobre Leonardo Castello-Branco, utilizadas em nossa pesquisa como fio condutor até o Piauí oitocentista, suas complexidades e contradições. A saber, dividiremos os tópicos em ordem cronológica e organizaremos as principais fontes em cada um deles: primeiro, fontes judiciais; em seguida, correspondências públicas e particulares; por último, as próprias obras de autoria de Leonardo. Vejamos as testemunhas que sobreviveram às intempéries do tempo.

1. “TESTEMUNHA JURADA AOS SANTOS EVANGELHOS”⁵

Leonardo Castello-Branco foi um dos principais construtores da independência em solo piauiense. Logo nas primeiras movimentações, tratou de juntar-se ao coronel Simplício Dias e ao juiz João Cândido de Deus e Silva, líderes do movimento separatista na região da vila da Parnaíba, no litoral do Piauí. Quando estes perceberam que não tinham forças suficientes para enfrentarem o exército do Governador das Armas, o major português João José da Cunha Fidié, fugiram para a província do Ceará em busca de auxílio. Mas no regresso ao Piauí, já em 1823, Leonardo seguiu para o Maranhão tentando difundir sua Proclamação, na qual conclamava os irmãos piauienses e maranhenses a aderirem à causa da independência. Foi preso ao chegar na vila maranhense de São Bernardo do Brejo dos Anapurus e remetido à capital, São Luís, de onde partiu para a Ca-deia do Limoeiro, em Lisboa.

Sujeitos interessantes que deram voz à independência no Piauí, e que ainda merecem iniciativas mais profundas na historiografia. Leonardo, ilustrado amador, sujeito inquieto em seus empreendimentos filosóficos e científicos, talvez caracterize uma nobreza piauiense capaz de dedicar-se apenas às atividades intelectuais, de maneira autônoma, muito pela influência exercida pela família Castelo Branco no norte da província. Simplício Dias, um dos maiores comerciantes da Vila da Parnaíba, agente de importantes redes de contato via Atlântico, por onde escoava sua produção ligada ao gado. João Cândido, funcionário da Coroa que se recusou a devassar os acontecimentos incendiários que aceleraram a proclamação de independência, intelectual que ajudou a disseminar as ideias que justificaram as lutas. Muitas vozes de outros sujeitos ainda podem encontrar espaço na

5. Os títulos aqui colocados entre aspas indicam trechos retirados das fontes. No caso deste tópico, trata-se de uma fórmula comum na devassa inclusa no processo criminal aberto contra Leonardo Castello-Branco.

História através das extensas redes que estes sujeitos teceram, e é isso que buscamos ao nos aproximarmos deles.

Os manuscritos que compõem os autos do processo da prisão de Leonardo, acusado pela junta do governo do Maranhão pelo crime de “lesa-nação”, estão disponíveis em formato digital no sítio eletrônico do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de Lisboa, e foram transcritos por ocasião desta pesquisa. Reúnem vinte e oito documentos anexos, além dos papéis ordinários e da devassa em que foram inquiridos testemunhas e o próprio réu. A maioria destes documentos formava o “corpo de delito”⁶ contra Leonardo, já que eram papéis que o incriminavam e foram apreendidos no ato de sua prisão, dentre eles diversas correspondências particulares e proclamações “incendiárias”. A leitura deste processo é uma viagem que evidencia, nas suas fórmulas, as múltiplas hierarquias burocráticas e os diversos atores, com diversas possibilidades em suas entrelinhas.

O uso de processos criminais como fontes históricas engloba a compreensão das relações estabelecidas no domínio dos procedimentos judiciais, mas também envolve as noções de crime, processo, legislação, testemunha e sentença próprias de determinada sociedade. Além disso, se possível, não deve ser separada do que acontecia no campo da opinião pública, permitindo a reconstituição das trajetórias presentes nos processos, inclusive nas entrelinhas (BARROS, 2012). Leonardo foi tratado em seu processo como um dos mais perigosos facciosos e dissidentes do Piauí, muito embora tenha sido preso antes mesmo da Batalha do Jenipapo, sendo secretário da Divisão Auxiliadora do Piauí independente. Não por acaso, na imprensa maranhense era tratado da mesma forma, ressaltando que seu perigo advinha de sua capacidade de “sedução” com suas proclamações incendiárias.⁷

6. Fazendo uso dos termos encontrados nos documentos.

7. O número 178 do *Conciliador*, publicado em Março de 1823, contém o ofício da Vila de São Bernardo informando a prisão de Leonardo, adjetivado de “demagogo” e “chefe dos revolucionários dissidentes”. Os envolvidos na sua prisão e condução até São Luís foram promovidos, como noticiado no número 183 do mesmo periódico, publicado em Abril de 1823.

Tal correspondência entre a instância judicial e a opinião pública nos leva a perceber ainda mais o caráter dialógico destas fontes, no sentido de comportarem, dentro de si, “vozes sociais diversas”, contendo também muitos detalhes e conexões que podem, por vezes, passarem despercebidos. Por isso, é imprescindível atentarmos para a própria estrutura constitutiva processos criminais, já que o próprio ato de compreender a fala do outro pode conter também uma tentativa de manipulação através da parcialidade, que deve ser entendida e historicizada tanto quanto os demais elementos processuais (BARROS, 2012). Leonardo foi alvo de um processo ainda mais complexo, na medida em que se deu exatamente num período de transição, quando o Brasil se redefinia rompendo os laços com Portugal. Sua devassa foi instruída na província do Maranhão, ainda fortemente ligada ao governo português, e por isso mesmo interessada em deter qualquer ameaça que levasse seus habitantes a aderirem à independência, mas foi solto por indulto concedido pelo rei de Portugal a crimes de opinião política.

A complexidade do processo deve-se ainda, no caso da América portuguesa, às incoerências e frestas das normas das Ordenações, transportadas à colônia e, por isso mesmo, constantemente adaptadas à realidade local, considerando a distância entre os centros regulamentadores e os choques hierárquicos do sistema burocrático. “Nesse ambiente não é de se espantar que o sistema de normas identificado com o Antigo Regime fosse constantemente reinventado e assim devidamente fraturado” (FRAGOSO; GOUVÊA *in* FRAGOSO; GOUVÊA, 2010, p. 16). Some-se a isto, o fato de que as reinvenções estavam fortemente potencializadas nas vésperas do rompimento definitivo com Portugal, fazendo com que Maranhão e demais províncias que permaneciam fiéis tomassem as últimas decisões submissas a Lisboa, na incerteza de que fossem sequer recebidas, o que pode ser demonstrado pela pressa imbricada no processo de Leonardo.

De fato, aqui estão contidos sujeitos que fizeram parte de redes distintas de vivências pessoais e coletivas, entrelaçadas no ambiente

colonial, que foram consolidadas sob forte influência do mundo português. É mister compreender isso, já que as nuances e opacidades típicas de um documento feito sob relações de poder e repressão tão fortes geram também uma espécie de “polifonia” que traz consigo interesses, implícitos ou explícitos, dos sujeitos envolvidos.

As redes são aqui percebidas como *networks* de relacionamentos, constituídos a partir das ações e das relações vivenciadas entre diversos indivíduos com acesso a informações e recursos diferenciados entre si. Essas diferenças potencializavam a possibilidade de sua imbricação, tirando-se assim partido das fraturas que cotidianamente eram identificadas nos diversos cenários sociais que compunham o império português. [...] um império constituído por homens e mulheres que se movimentavam pelos diversos espaços, dando forma e sentido ao mundo português na Época Moderna. Indivíduos que integravam grupos que integravam sociedades de modo dialético e dinâmico, conectando as partes que formavam esse conjunto imperial. [...] uma infinidade de diferentes indivíduos que tinham conhecimento das conexões existentes entre os vários espaços e as pessoas que neles se movimentavam. Indivíduos vinculados por diferentes tipos de laços, compartilhando determinados fins e estratégias, potencializando, desse modo, seus recursos individuais, bem como os dos grupos dos quais faziam parte (FRAGOSO; GOUVÊA *in* FRAGOSO; GOUVÊA, 2010, p. 23).

Estavam, por assim dizer, situados num contexto fortemente português, ainda que conectados mundialmente, mesmo aqueles que procuravam se desvencilhar da “herança”, “construindo” um Império do Brasil (MATTOS, 2005). O próprio Leonardo, acusado de faccioso, declarou na devassa ter sido alferes do Segundo Regimento de Cavalaria da Província do Piauí, por carta patente de Sua Majestade D. João VI. Mas são justamente estas contradições que se mostram como campo propício para se buscar as estratégias que estes indivíduos utilizaram para alcançarem seus objetivos pessoais e coletivos. Desta forma, da mesma maneira que Leonardo buscava evidenciar

na sua escrita e nos seus gestos a legalidade, eficiência e necessidade da independência do Brasil, a província do Maranhão, representada pelos seus agentes, tinha também interesses particulares que rechaçavam tais possibilidades e exigiam a prisão de quem as propagasse. Por vezes, a própria Junta de Governo da província do Piauí oficiou argumentando as vantagens de permanecer ligada à Lisboa.⁸

No nosso caso específico, o escrivão dos Feitos da Fazenda e escrivão interino do Crime, José Marcelino Mendes dos Reis, colheu depoimento de nove testemunhas, dentre os quais um major que vivia de seus soldos, um tenente e dois soldados que viviam de suas lavou- ras, quatro lavradores e um negociante. Os depoimentos não sugeriram nenhuma contradição e todas as testemunhas juraram os mes- mos fatos, com pequenos acréscimos de diferença: Leonardo havia se juntado aos dissidentes do Ceará; um índio e um negro escravizado de seu pai haviam sido presos portando proclamações suas; depois foi ele mesmo preso quando tentou persuadir o comandante e o des- tacamento no Brejo, de onde foi encaminhado para o comandante geral Severino Alves de Carvalho, que o transferiu para São Luís do Maranhão. Apenas alguns dos que escoltaram Leonardo até a capital acrescentaram que o mesmo se jactava por ser preso e ultrajado em razão da independência, tendo afirmado que o povo podia escolher o rei que quisesse, e que por isso o partido da independência iria preva- lecer, cedo ou tarde.

As testemunhas acrescentaram ao processo aquilo que dificilmente chegaria até nós, se não fosse esse registro, ainda que na intenção de potencializar sua culpa. A transcrição de conversações garantiu, assim, a salvaguarda de elementos que escapavam aos discursos escritos por

8. Na *Cronologia* elaborada por Pereira da Costa, um compêndio de fontes históricas sobre a província do Piauí em diferentes períodos históricos, há um ofício endereçado ao general Labatut onde se argumenta a vantagem de manter vínculos com Lisboa, que estava mais próxima que o Rio de Janeiro. Cf. PEREIRA DA COSTA, F. A. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010, pp. 107-9.

Leonardo em suas proclamações ou missivas particulares, mas que ocupavam lugar central na construção de seus pensamentos, traduzidos nos seus atos. Sua crença na causa da independência, seu orgulho em sofrer a prisão por este propósito, seu medo de sofrer retaliações, tudo isso esteve presente nas entrelinhas oficiais deste documento. Por outro lado, evidenciou-se também a preocupação do governo maranhense em manter preso um dos líderes separatistas tão próximo aos seus companheiros, o que justifica a celeridade em buscar amparo nas leis, ordenações e alvarás para se formar a devassa e enviar o réu o mais rápido possível para Lisboa, mesmo estando o Desembargador Ouvidor Geral do Crime em “férias divinas”. Assim se evidencia o caráter mais concreto de um documento oficial: foi escrito por homens que comportavam tradições e intenções, pessoais ou coletivas.

Os processos criminais são fundamentalmente fontes oficiais, produzidas pela Justiça, a partir de um evento específico: o crime e seu percurso nas instituições policiais e judiciárias. Por conta disso, é fundamental que os processos sejam tomados também como “mecanismos de controle social”, marcados necessariamente pela linguagem jurídica e pela intermediação do escrivão. [...] é impossível analisar processos criminais sem refletir sobre as atividades e crenças dos “profissionais do sistema jurídico-policia”, [...] que decidiam o que devia constar nos autos, de acordo com as regras legais preestabelecidas nos códigos penais (GRINBERG *in* PINSKY; LUCA, 2009, p. 126-127).

Neste sentido, o que se busca continuamente na leitura e análise do processo contra Leonardo é o reflexo do pensamento destes atores envolvidos, a função de cada um desses agentes discursivos, numa relação dialógica entre o contexto da produção dessa fonte histórica e a conjuntura à qual ela se refere. Muito embora aqui estejamos tratando deste primeiro contexto, onde a fonte ganha sua estrutura, não podemos desconectá-la da realidade em que está inserida. E assim podemos chegar ao pensamento político de Leonardo, que por

sua vez está imbricado também numa relação entre ação e prática, não podendo ser compreendido fora dela. O ato de colocar-se como líder do movimento de independência poderia bastar para o estudo de sua trajetória, mas os enunciados contidos nas conversas e escritos apreendidos e anexados aos autos de prisão de Leonardo dão conta da profundidade do contexto mais amplo onde construía seu pensamento político, suas convicções, base da sua ação revolucionária.

Sob uma perspectiva de história conectada, é extremamente interessante fazer um jogo dialógico entre o contexto macro histórico e as especificidades micro históricas. Por isso, há que se lembrar que, na trama das hierarquias, a Coroa portuguesa era ainda o elemento centralizador, que puxava para si as contendas e divergências que se desenrolavam em um Império tão vasto e diverso (GOUVEIA *in* FRAGOSO; GOUVEIA, 2010, p. 181). Leonardo foi, então, enviado preso para Lisboa, onde permaneceu na cadeia do Limoeiro até sua súplica de liberdade ser atendida por Dom João IV, que concedeu indulgência aos crimes por opiniões políticas. Neste contexto mais amplo, estavam a independência forjada em arranjos políticos, as novas diretrizes políticas que se firmavam e todo o funcionamento da máquina que há um bom tempo já tinha deixado de ser colonial.

2. “DEUS GARDE A VOSSA MERCÊ”

Uma boa maneira de conseguir articular macro e micro história é utilizando correspondências privadas na reconstrução de determinados eventos. As missivas são fontes que possibilitam um encontro mais profundo com os sujeitos analisados, desvelando por vezes até segredos que dificilmente encontrariam outro meio para sobreviverem ao tempo, exatamente por não serem produzidos para este objetivo. Leonardo Castello-Branco teve suas cartas não só apreendidas como anexadas ao seu processo de prisão, já que delatavam muitos de seus pensamentos políticos e serviam de corpo de delito, incriminando

também os demais sujeitos envolvidos, fossem destinatários ou remetentes. Isto num período onde o correio era interceptado por ambos os “partidos”, na luta pela independência, e neste contexto a importância da correspondência definia os rumos dos acontecimentos.

A correspondência comporta troca de ideias, elaboração de projetos, sela pactos, expõe polêmicas, fixa rupturas. Pode-se detectar por meio dela as intrincadas redes de relações sociais que reúnem os seus autores. Isto é particularmente importante para o caso dos intelectuais, pois envolve sua rede profissional, onde ocorrem trocas de livros, opiniões, sentimentos diversos e firmam-se estratégias de atuação entre os pares. Por essa riqueza, a correspondência dos intelectuais renomados sempre foi valorizada e, mais recentemente, também a dos menos destacados, consideradas relevantes para o entendimento da circulação de ideias e dos homens nos espaços literários (MALATIAN *in* PINSKY; LUCA, 2009, p. 208).

Ao todo, oito cartas, um bilhete e alguns apontamentos anexos deram conta de informar contatos e conexões entre alguns dos sujeitos que pensaram a independência no Piauí, como o próprio João Cândido de Deus e Silva, que permaneceu na vila cearense da Granja durante todo o período, mas também entre Leonardo e populares de seu convívio, com quem insistiu na adesão à independência. Esta circulação, para além de nos levar ao campo da história das ideias, tem fundamental importância na correlação entre os acontecimentos a nível global e o local. É interessante perceber nestes escritos as vozes que ressoam além daqueles que deram mão à grafia, captando mesmo as múltiplas influências presentes nos pensamentos que ganharam papel, reconhecendo de onde partiram, mas também a capacidade de agência daqueles que os comunicam.

Historiadores indianos têm insistido na percepção da circularidade dos conhecimentos como forma de apreender suas conseqüentes conexões e cruzamentos, em detrimento de uma visão que privilegia as influências do continente Europeu como única racionalidade

possível, relegando ao status de a-científico os demais fluxos de saberes.⁹ O sujeito que ora analisamos viveu numa sociedade fomentada pelos ideais modernos europeus, com intenso trânsito cultural, e onde os saberes eram institucionalizados através das ciências a fim de serem utilizados pelos Estados nacionais que começavam a se consolidar. Foi exatamente este trânsito que possibilitou a circulação de ideias que deram base para a independência no Piauí, da mesma forma que a ciência foi utilizada pelo Estado nacional, que começou a se formar depois, como forma de legitimação (DUARTE SOUSA, 2018). Assim, a correspondência presente no processo de prisão de Leonardo dá conta não só do plano local dentro do contexto de separação entre Brasil e Portugal, mas também das redes de conexões e circulação de ideias às quais a província do Piauí estava ligada.

A mobilização de disciplinas como a história, a sociologia, a economia, a filosofia e a antropologia, contribuiu para dar a conhecer a natureza negociada, contingente e local dos enunciados e dos objetos que constituem a ciência moderna. Os estudos recentes revelam assim que estes enunciados, objetos e práticas só se deslocam do seu lugar de invenção, e portanto só se universalizam, à custa de acomodações que consistem em reconfigurar os novos objetos ou procedimentos científicos e o corpo social em que se inserem. [...] À noção passiva de difusão, assim como acontece para outras atividades culturais e materiais humanas, sucederam as noções mais ativas, de recepções, de representações e de apropriações historicamente situadas (RAJ, 2007, p. 155).

Dessa forma, percebemos as influências do continente europeu nas mais diversas sedições que eclodiram no Brasil até o ápice do movimento separatista, principalmente o prestígio que o pensamento

9. Dentre eles, destacamos os artigos de Kapil Raj, onde percebemos a presença da perspectiva de circulação dos conhecimentos múltiplos, deslocando a produção intelectual para círculos à parte dos centros e valorizando, assim, a participação das periferias conectadas e cruzadas. Cf. RAJ, Kapil. “Conexões, cruzamentos, circulações: a passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX”. *Cultura*, vol. 24, 2007.

britânico ganhou no campo da política brasileira (LYNCH, 2020). Mas esta circulação de ideias não deve ser entendida fora da realidade local e sem as interferências desta, na medida em que os interesses particulares dos sujeitos envolvidos na independência também ocupavam papel essencial. Isto para não adentrarmos a circulação de ideias que acontecia entre as próprias periferias, à revelia do centro que, aqui, era representado por Lisboa. Por isso Leonardo escreveu sobre pacto social, sobre direitos das gentes e direito individual, além de apontamentos sobre direito de propriedade e sobre o crime de lesa-nação. Também argumentou que não havia perjurado a Constituição, já que a mesma era condicionada ao cumprimento do pacto social, referendado pelo rei, e este não havia sido cumprido na sua opinião.

Tudo isso com um vocabulário bastante adaptado, mas também com um forte sabor do que era experimentado no Reino Unido, num liberalismo que fazia frente aos horrores da Revolução Francesa, dos quais as elites políticas queriam se afastar (LYNCH, 2020). Vale lembrar que a primeira referência de Europa para o pensamento político brasileiro era Portugal (FAORO, 1987), cujo reformismo ilustrado já havia adaptado o iluminismo ibérico aos padrões do autoritarismo e da religiosidade. Não por acaso, Leonardo escreveu sua primeira obra refutando um autor francês que questionou as verdades cristãs, e publicou-a em Lisboa criticando a tradução que tinha permitido que a obra francesa chegasse aos falantes do português d'aquém e d'além mar.¹⁰

Inquirido uma vez por cada carta, Leonardo respondeu que todas haviam sido escritas de sua própria letra e punho. Tratava-se de um convite a seu primo, o cadete Jerônimo do Rego Castello-Branco, que aparentemente se mantinha fiel à constituição das Cortes portuguesas, onde pontuava os malefícios do despotismo que deveria ser

10. Trata-se da obra *Poema filosófico O ímpio confundido, ou Refutação a Pigault Le Brun*, publicada em 1837.

sacrificado no “altar da deusa” da “independência brasílica”. Outra, dirigida ao capitão Valério Alves de Sousa, informava a prisão de um índio ajudante seu, que era contrária ao direito das gentes já que o índio era apenas um enviado, e avisava das notícias que havia recebido por cartas ou pelo periódico “Conciliador” do Maranhão. Fazia saber ainda sobre as ações dos separatistas em Campo Maior e Piracuruca, afirmando que tudo era feito com respeito ao “sagrado direito individual”, referindo-se à propriedade privada. No mais, amigos de Vila Viçosa, no Ceará, enviavam votos de bom êxito, e o próprio João Cândido, juiz-de-fora de Parnaíba e que lá se encontrava, escreveu estimando rápidos progressos e aconselhando a criação de um governo temporário em Piracuruca ou Campo Maior, a fim de colocar em confusão o inimigo e animar os amantes da independência.

Mas, dentre essas, talvez o documento mais interessante seja uma carta de Leonardo dirigida ao tenente coronel Joaquim de Souza Martins, da qual infelizmente se perdeu algumas partes, onde discorreu extensivamente sobre pontos importantes da independência no Piauí. Nela, principiou dando conta das operações militares ocorridas em Campo Maior e informou sobre prisões feitas por Leonardo, contra um padre, dois europeus e um brasileiro, afirmando que para esse procedimento havia sido recomendado desde a província do Ceará. Continuou explicando que fez prevalecer a justiça e os direitos individuais dos réus, aconselhando, como membro do governo provisório independente, a soltura dos mesmos sob fiança e apreensão de seus bens. Além disso, avisou que havia escrito para autoridades de Caxias, na província do Maranhão, argumentando que não dessem espaço para as leituras e notícias veiculadas pelo padre Tezinho no periódico maranhense “O Conciliador”, patrocinado pelo partido “anti-brasílico”. No mais, repetiu que não era seu desejo, mas que a resistência à independência pela província do Maranhão exigia o uso de forças mais severas.

Um borrão que acompanhava esta carta demonstra de onde saiam as ideias que baseavam as ações de Leonardo. Segundo ele, mesmo no meio da confusão própria de um conflito de proporção nacional, foi necessário escrever alguns “ensaios de direito natural” que servissem de fio condutor no “labirinto” em que se via, que para suas “fracas luzes” era um “verdadeiro caos”. A primeira afirmação era de que a propriedade privada é um direito sagrado e inviolável, até por não haver “homem algum [...] que dela duvide”, mas que acima disto estava o direito à vida. Aqui havia um ponto delicado: não se podia tomar nenhum bem, muito menos a vida de outrem, a não ser por defesa de nossa própria vida ou dos nossos direitos. No caso, este direito seria o de aderir à independência, que por sua vez justificava o sequestro dos bens dos subjugados para ressarcir os danos públicos por não terem aderido ao movimento separatista, ou ainda a sua morte em batalhas.

No entanto, no ensaio havia a preocupação em se constituir autoridades independentes para julgar estes casos, já que, segundo o próprio Leonardo, acusações “tumultuosas” ou fruto de “paixões particulares” seria uma vergonha para o Brasil. Havia também a defesa de garantias básicas, como a de não levar ninguém a lugares remotos, pois nenhuma “nação culta jamais negou aos culpados a produzirem sua defesa”, nem mesmo nos casos de lesa-nação, a não ser que a presença do acusado seja motivo de insegurança. Curiosamente, este mesmo argumento foi utilizado na sua prisão: a Junta do Governo do Maranhão alegou a instabilidade provocada por sua presença, próxima aos seus correligionários, para enviá-lo a Lisboa. Muitas outras considerações foram colocadas a partir das particularidades dos conflitos que ele mesmo presenciou, e por muitas vezes intermediou na resolução, como nos casos de herança ou de bens que pertenciam às mulheres, quando somente os maridos eram considerados culpados.

Isto nos leva a crer que estas ideias que estavam em circulação, neste caso notadamente vindas do continente europeu, não chegavam aqui sem as devidas acomodações e adaptações, sendo participadas

inclusive pelas populações autóctones e à margem da sociedade, como no caso dos índios ajudantes de Leonardo, dos escravizados de seu pai e dos mais de mil negros escravizados do coronel Simplício Dias.¹¹ As “maneiras de raciocinar”, mesmo assim, estavam longe de serem exclusividade europeia (RAJ, 2007, p.176), mas frutos de todas as conexões que haviam impulsionado, desde o século XV, as mais diversas revoluções nas formas de pensar e de existir.

Nesta “perspectiva circulatória”, onde privilegia-se o encontro e a interação em detrimento dos destaques culturais assimétricos e dicotômicos (RAJ, 2015, p. 173), fica clara a participação ativa de sujeitos como Leonardo no processo de independência a partir do intercâmbio cultural em que estava inserido, que inclusive pode ter sido responsável pelo seu engajamento no campo da literatura científica, onde deixou publicadas algumas obras poéticas interessantes. Este período que compreende o movimento de independência no Piauí foi bastante marcado por deslocamento de sujeitos e comércio, ou seja, pelo conhecimento em movimento, que muito embora conhecesse fronteiras e regiões, transcendia as “zonas de concentração”, e que estava intimamente relacionado à construção dos saberes modernos (FAN, 2012). Leonardo soube aproveitar essa relação e engendrou redes de contatos que o levaram ao campo da ciência institucionalizada, a exemplo da publicação de um artigo seu na revista “O Auxiliador da Indústria Nacional”.

3. “EIS AQUI A VERDADE, MEUS QUERIDOS IRMÃOS”

Leonardo Castello-Branco não chegou a acompanhar o desenrolar dos acontecimentos da independência. Enquanto esteve em Lisboa, recebeu

11. Pereira da Costa escreveu que Tollenare, comerciante francês que veio ao Brasil comprar algodão e acabou testemunhando a Revolução Pernambucana, registrou em suas “Notas dominicais” importante relato sobre Simplício Dias, destacando seus mil e oitocentos escravos e seu “luxo asiático”. Cf. PEREIRA DA COSTA, F. A. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010, p. 239.

apoio de brasileiros lá residentes (Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, deputado às cortes pelo Piauí, e o coronel maranhense Horácio José Teixeira, que se interessaram pelos presos políticos do Brasil)¹² e fez promessa de mudar seu nome quando ganhasse liberdade, tornando-se Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco. Soube fazer uma escrita de si, ancorada em figuras de linguagem e sentimento patriótico, e os elementos presentes em seus escritos por ocasião da independência do Piauí reverberaram por toda a sua trajetória. De volta ao Brasil, participou ainda da Confederação do Equador, no Pernambuco, em 1824, sendo novamente preso. A partir daí, iniciou uma série de viagens, com destaque para Lisboa, em busca de conhecimentos.

Um documento bastante revelador de sua trajetória, e principal prova que sustentou sua prisão, é a “Proclamação” que conclamava os piauienses a aderirem e participarem da independência. As proclamações, como escritos efêmeros em forma de discursos, foram relativamente comuns no período separatista em solo piauiense, mas poucos se destacaram pelo grau de intelectualidade presente na escrita de Leonardo. Circulavam por todos os espaços, inclusive as que eram expressamente proibidas, como no caso da enviada pelo general Pedro Labatut, da qual Leonardo portava uma cópia tirada em Oeiras. Assim, para além da forma do discurso em si, faz-se necessário uma análise daquilo que o cerca, suas possibilidades, seu contexto histórico; em que relações sociais, políticas, culturais e econômicas fora produzido; quais suas ligações ou limitações, e quais condições foram necessárias para atingir seu objetivo (ALBUQUERQUE JÚNIOR *in* PINSKY; LUCA, 2009, p. 236).

Os discursos e pronunciamentos aparecem, então, como forma de intervenção, de participação nas decisões que levaram a história a um dado desfecho. Os discursos são tomados como parte de uma deliberação que

12. Segundo o relato presente na *Cronologia* de Pereira da Costa. Cf. PEREIRA DA COSTA, F. A. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010, p. 144.

é, muitas vezes, inspirada por deuses e oráculos ou que faz cumprir um destino previamente tramado pelos deuses para um dado povo em um dado momento. Os discursos também podem ser vistos como algo que decide o próprio destino do personagem que fala, pois este, não só através de seus atos, mas através de suas palavras, garante para si um futuro de glória, de ignomínia ou de esquecimento. Seu nome ficará gravado na memória dos seus, terá fama ou infâmia dependendo, não apenas do que fez, mas do por que fez, das causas de sua ação, explicitadas nos seus pronunciamentos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR *in* PINSKY; LUCA, 2009, p. 228-29).

Num tom notadamente pedagógico, comum ao humanismo ilustrado presente no pensamento português,¹³ Leonardo se apresentava enquanto patricio que pretendia unicamente se dedicar ao bem presente e futuro dos irmãos que habitassem as margens do rio Parnaíba, questionando até quando as “malignas e espessas nuvens” iriam ofuscar as suas “luzes”. O documento tinha certo tom dramático, presente também nas suas obras subsequentes, quando afirmava que seu coração estava dilacerado por ver piauienses seguindo o partido dos europeus, em detrimento da honra e do patriotismo “brasilienses”. Dava conta da força militar angariada pelos separatistas, o que é passível de questionamentos, pois sabemos que as milícias que vinham do Ceará não tinham o mesmo preparo das forças arregimentadas pelo major português Fidié. Além disso, como em outros escritos seus, ameaçava aqueles que se fizessem resistentes, argumentando que a força se sobreporia à falta de boa vontade, se necessário.

Dentro da lógica de circulação, a proclamação informava ainda sobre a presença de periódicos e notícias do Maranhão na província do

13. O título deste tópico é uma referência a estes discursos que pretendiam esclarecer pela “verdade”, presente nas fontes aqui analisadas. Sobre o caráter pedagógico do humanismo português, Cf. SILVA, Ana Rosa Clochet da. “Ilustração, história e ecletismo: considerações sobre a forma eclética de se aprender com a história no século XVIII”. *História da Historiografia*. Ouro Preto, UFOP, n. 4, Março/2010, pp. 75-87.

Piauí, mas afirmando a falta de força política de Portugal para manter o Brasil sob seu jugo. Indo além, questionava mesmo se a dependência em relação a Lisboa era superior ao livre comércio liberal “de todas as nações”, que só a independência garantiria, ao contrário dos privilégios exclusivistas europeus. Terminava em tom patriótico, endossando vivas ao imperador constitucional dom Pedro, à independência e à santa religião. Conseguiu, assim, resumir os principais pontos que o levaram a defender a separação política de Portugal, com a possibilidade de que tenha apreendido as principais demandas que levaram também o Piauí a se sublevar, já que tocava na questão do comércio. Por isso, os escritos de Leonardo podem ser entendidos como um acontecimento em si, “um evento que merece ser interrogado enquanto tal” (ALBUQUERQUE JÚNIOR *in* PINSKY; LUCA, 2009, p. 237).

Como intérprete dos espaços que ocupou, Leonardo não se restringiu a esses impressos “efêmeros”, tendo publicado outras obras em Lisboa e no Rio de Janeiro. Além disso, seus contatos na capital portuguesa renderam a publicação de uma “Memória acerca das abelhas do Piauí” nas páginas da revista “O Auxiliador da Indústria Nacional”, pertencente à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, de onde foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838. Aqui, suas publicações, que hoje utilizamos como fonte histórica, indicavam que já estava inserido nos círculos científicos fomentados pelo Império do Brasil e seus agentes, enquanto formulador de hipóteses para utilização da natureza e, futuramente, de mecânica. Ao discorrer sobre a domesticação de abelhas, Leonardo inseria a lógica utilitarista no contexto piauiense, adaptando ao plano local as técnicas vindas da Europa.

Sua primeira publicação foi um poema dividido em três cantos, publicado em 1837, com uma média de dois mil versos em cada canto, intitulado “*Poema filosófico O ímpio confundido, ou Refutação a Pigault Le Brun, em que se demonstra inegavelmente pela filosofia, e pela história, a existência de Deus, e a verdade da religião católica. Seu autor Leonardo da*

Senhora das Dores Castello-Branco, brasileiro piauiense". Nela, sua religiosidade ganhou destaque através de sua hierofania,¹⁴ demonstrando também a influência da monarquia católica sobre seu pensamento, e revelou a própria visão de mundo do autor, numa época em que a natureza firmou sua aliança com a ciência para uma leitura simbólica do "livro-mundo".

O conjunto da obra de Leonardo representa uma fonte importantíssima para se pensar a circulação de ideias e saberes no contexto do Piauí oitocentista. Além disso, ao tomarmos sua trajetória como fio condutor para se analisar política e ciência, somos colocados em contato com outros sujeitos igualmente interessantes, como é o caso de Simplicio Dias e outros. Apesar de não explanarmos aqui as histórias contidas nestas fontes, esperamos que fique a ideia de um sujeito curioso e inquieto, que muito embora não tenha ocupado os círculos formais, deixou rastros formidáveis de um pensamento autônomo, capaz de tratar muito além da reprodução, fazendo suas próprias adaptações dos temas que estavam em voga na época e que circulavam nos espaços que ocupou.

Previno-vos, talvez em meu desproveito, que eu não estudei em Aulas: até não sei nenhuma língua estrangeira: apesar disto julgo poder jactar-me, que sei mecânica, e astronomia teoricamente; e em cujos ramos de ciências, principalmente n'este último, tenho feito consideráveis reformas, e inovações. Isto vos parecerá incrível, e com razão: mas refleti, que a mecânica consiste no conhecimento das Leis da Natureza, que não são convenções humanas. Quem recebeu d'ela o dom de as escutar, e entender, só fica ignorando os termos técnicos para se fazer entender dos outros homens; pois estes termos, e só eles, lhes devem a origem. Mas pude encontrar em autores portugueses, quem me fizesse saber, se não todos, ao menos parte d'estes termos (CASTELLO-BRANCO, 1856, p. 3).

14. Manifestação do sagrado. Cf. ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Seus escritos, acreditamos, devem ser analisados em toda a sua particularidade, não buscando padrão classificatório. Analisar o sujeito Leonardo como um sujeito inquieto que ocupou diversos espaços e transitou em fronteiras distintas significa reconhecer todas as possibilidades de leitura, capazes de encontrar novidades nestas fontes que já são utilizadas pela historiografia. A especificidade das fontes aqui indicadas não reside somente no que diz respeito à originalidade do sujeito ao qual elas pertencem, mas exatamente nas novas abordagens possíveis ao processo criminal, às cartas e às obras literárias. Uma perspectiva conectada é capaz de apreender, nestes documentos, os mais interessantes cruzamentos e mestiçagens,¹⁵ observando a dinâmica destes sujeitos do século XIX.

Através desse exercício metodológico esperamos ajudar a despertar novas questões, que nunca cessam de pulsar. Compartilhar o que está sendo trabalhado nesta pesquisa também é uma forma de sair um pouco do objeto para ter uma visão mais ampla, e assim conseguir não a exaustão, mas a plenitude do uso das fontes. Ainda há muito que se fazer, para além da cristalização desses sujeitos sob o signo da heroicidade, que acaba por relegá-los à superficialidade historiográfica. A trajetória de Leonardo Castello-Branco, pela sua dinamicidade, foi como que um fio condutor nesta pesquisa, emaranhando-se também com as trajetórias de Simplício Dias, João Cândido e tantos outros dignos de uma análise mais aprofundada. Ainda estamos no trabalho de puxar esses fios, na expectativa de encontramos, cada vez mais, um Piauí oitocentista dinâmico e profundamente conectado, dentro do processo de mundialização aqui comentado.

15. Cf. GRUZISNKI, Serge. *A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José Costa D'assunção. "O tratamento historiográfico de fontes dialógicas". *Expedições: Teoria da História & Historiografia*. Morrinhos, a. 3, n. 4, Julho/2012, pp. 9-37.

DUARTE SOUSA, Luís Carlos Albano. "Eis aqui a verdade, meus queridos irmãos!": circulação de ideias, revolução e ciência na trajetória de Leonardo da Senhora das Dores Castello-Branco (1800-1856). 2018. TCC (graduação) – Curso de História, Universidade Federal do Piauí, Picos.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FAN, Fa-Ti. "The global turn in the history of Science". *East Asian Science, Technology and Society: an international journal*. v. 6, p. 249-258, 2012.

FAORO, R. "Existe um pensamento político brasileiro?". *Estudos avançados*. São Paulo, v. 1, n. 1, 1987, p. 9-58.

FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GRUZISNKI, Serge. *A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GRUZINSKI, Serge. "O historiador, o macaco e a centaura: a 'história cultural' no novo milênio". *Estudos Avançados*. V. 17, n. 49, pp. 321-342, 2003.

LYNCH, C. E. C. "Absolutismo político e liberalismo econômico: o reformismo ilustrado de José da Silva Lisboa (1800-1821)". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, a. 181, (483), mai./ago. 2020, p. 47-74.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política". *Almanack braziliense*. São Paulo, n. 01, Maio/2005.

PEREIRA DA COSTA, F. A. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010

PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de. (orgs.). *O Historiador e suas fontes*. 1. Ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

RAJ, Kapil. "Conexões, cruzamentos, circulações: a passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX". *Cultura*, vol. 24, 2007.

RAJ, Kapil. “Além do Pós-colonialismo... e Pós-positivismo: Circulação e a História Global da Ciência”. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 13, Dezembro/2015, pp. 164-175.

SILVA, Ana Rosa Clolet da. “Ilustração, história e ecletismo: considerações sobre a forma eclética de se aprender com a história no século XVIII”. *História da Historiografia*. Ouro Preto, UFOP, n. 4, Março/2010, pp. 75-87.

SIQUEIRA, Lucília. O ponto em que estamos na historiografia sobre o período de rompimento entre Brasil e Portugal. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 03, Maio/2006. Universidade de São Paulo, pp. 81-104.

FELIZ O AQUILES QUE TEM O SEU HOMERO: A ESCRITURÍSTICA DA SAUDADE E A CONSTRUÇÃO DOS “HERÓIS” PARNAIBANOS

Idelmar Gomes Cavalcante Júnior (UESPI)

RESUMO: Neste artigo, analisamos uma prática discursiva tradicionalista, mostrando de que forma ela é operacional na criação de heróis parnaibanos. Não se questiona o conceito “herói”, mas uma memória histórica enferma que necessita de um recurso linguístico que lhe satisfaça a necessidade de se conectar com um passado pretensamente glorioso, povoado pela aristocracia de homens notáveis. Para isso, o texto dialoga com autores que refletem sobre a relação entre a memória e a identidade, como Joël Candau e Paul Ricoeur. Procuramos, portanto, compreender de que forma uma fração da intelectualidade parnaibana tentou lidar com a estagnação econômica e a crise identitária que se estabeleceu a partir do pós-Segunda Guerra em Parnaíba em decorrência do colapso de seu comércio exterior.

Palavras-chave: Escriturística da saudade. Parnaíba. Memória. Identidade. Heróis.

Em 2015 surgiu um conceito que poderia colaborar com o meio acadêmico ou com qualquer interessado pelo passado, para se pensar a história e a memória coletiva da cidade de Parnaíba. Refiro-me ao conceito de *escriturística da saudade* (CAVALCANTE JÚNIOR, 2015), uma prática discursiva reativa ao tempo e a seus efeitos, na medida em que o tempo poderia afastar certos grupos sociais influentes de

suas “glórias do passado”. Quando isso acontece, normalmente, coletiviza-se uma crise existencial, como se toda a sociedade tivesse que sofrer pela perda de bens materiais ou simbólicos dos quais apenas uma minoria efetivamente usufruiu. E assim, uma cidade pode se perceber estagnada depois de ter experimentado um notável período de progresso, via de regra, associado a um processo de *modernização*, como aquele vivido por Parnaíba entre as décadas de 1920 e 1940.

Com glórias cada vez mais distantes, uma *escriturística da saudade* busca impedir que o fluxo temporal faça-as cair no esquecimento e por isso essa prática propõem a atualização permanente das memórias desse passado que mereceria ser eternizado, criando uma espécie de tempo mágico, um imperativo para o futuro. A *escriturística da saudade*, portanto, se conecta ao regime de historicidade que faz as pessoas buscarem no passado um exemplo a seguir, um motivo para continuar (HARTOG, 2013).

Para a *escriturística da saudade* o passado é a verdade. O presente, desqualificado, é uma caricatura que precisa ser superada, um tempo inautêntico premido pela melancolia. Segundo Paul Ricoeur: “[...] diferentemente do luto, no qual é o universo que parece empobrecido e vazio, na melancolia é o próprio ego que está propriamente desolado: ele cai vítima da própria desvalorização, da própria acusação, da própria condenação, do próprio rebaixamento” (RICOEUR, 2007, p.86).

Na melancolia é o próprio *sentimento de si* que fica fragilizado, no luto não. O luto é o resultado de uma revolta que surge porque um “objeto amado deixou de existir, passando a exigir que toda a libido renuncie ao vínculo que a liga àquele objeto” (RICOEUR, 2007, p.86), mas é uma reação passageira, pois o enlutado não se sente diminuído, na medida em que “quando o trabalho de luto se conclui, o ego fica outra vez livre e desinibido” (RICOEUR, 2007, p.86). Paul Ricoeur, por essa razão, considera o trabalho de luto, libertador. Por outro lado, considera que “depressão e ansiedade (ou medo) tornam-se sintomas marcantes da melancolia” (RICOEUR, 2007, p.88).

A *escriturística da saudade* pode ser considerada uma reação ao que Paul Ricoeur chama de “memória histórica enferma”, uma memória que está permanentemente obrigada a se confrontar com perdas (RICOEUR, 2007, p.93). Perdas que levam à melancolia e ao enfraquecimento do sentimento de si, da identidade. E como se trata de uma questão identitária, a *escriturística da saudade* acaba buscando soluções na memória, porque só ela pode oferecer a ilusão de uma identidade fixa apesar dos efeitos do tempo, pois por meio dela, “o que passou não está definitivamente inacessível, pois é possível fazê-lo reviver graças à lembrança. Pela retrospectiva o homem aprende a suportar a duração: juntando os pedaços do que foi numa nova imagem que poderá talvez ajudá-lo a encarar sua vida presente” (CANDAU, 2012, p.15).

Para Michael Pollak, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”, considerando que a identidade é a “imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (POLLAK, 1992, p.204).

Consideramos, portanto, que a memória pode funcionar como fonte para a identidade, tanto individual, quanto coletiva, como atesta Candau (2012, p.16-17) e que a *escriturística da saudade* luta pela permanência de um ser que deseja continuar igual a si mesmo diante da passagem do tempo. É o que Michael Pollak chama de “continuidade dentro do tempo”, um dos três elementos que ele considera essenciais para a construção de uma identidade. Os outros são a “unidade física”, que pressupõe fronteiras que podem ser caracterizadas pelo corpo de uma pessoa ou pelo pertencimento a um grupo

e o *sentimento de coerência*, que unificaria, com sentido, os diferentes elementos formadores de um indivíduo ou grupo (POLLAK, 1992, p.204). A “continuidade dentro do tempo”, por sua vez se refere aos sentidos físico, moral e psicológico.

Em sociedade, os seres humanos precisam ter um *futuro*, “estabelecer-se como garantia de si mesmo *como futuro*” (NIETZSCHE, 2009, p.65), por isso desenvolveram uma vontade ativa de guardar impressões, apreender o acontecimento necessário, antecipar-se ao possível no tempo com segurança. Foi preciso, pois, criar a *responsabilidade* (NIETZSCHE, 2009, p.65). E esta seria algo vazio se a promessa de ontem caísse no esquecimento.

Por isso, viver em sociedade implica uma coesão que depende também da adesão a uma determinada memória capaz de oferecer modelos, uma constância. Homens e mulheres que compartilham uma mesma memória se identificam entre si, são constantes e reconhecem compromissos com o seu passado e com os seus “semelhantes”. São seres *contínuos dentro do tempo* no sentido físico, moral e psicológico. Aquele que não adere deliberadamente deve ser culpabilizado e coagido, uma reação que passa necessariamente pela manipulação dos “detentores do poder”, afinal, o que seria a “memória coletiva”?

Para alguns estudiosos a ideia de uma identidade cultural ou coletiva é uma impossibilidade se estiverem se referindo a grupos em sua totalidade. Da mesma forma, é possível encontrar quem identifique na ideia de “memória coletiva” algo bastante problemático, como atesta Joël Candau:

Idealmente, a metáfora “memória coletiva” aplicada a um determinado grupo seria totalmente pertinente se todos os membros do grupo fossem capazes de compartilhar integralmente um número determinado de representações relativas ao passado que lhes teriam sido previamente comunicadas de acordo com as modalidades variáveis, mas socialmente determinadas e culturalmente regradas [...]. Entretanto, é difícil aceitar essa ideia, pois de um lado ela é empiricamente impossível e de outro

é insustentável sob o ponto de vista teórico, já que encobre uma tripla confusão: a primeira, entre as lembranças manifestadas (objetivadas) e as lembranças tais como são memorizadas; a segunda, entre a metamemória¹ e a memória coletiva; e a última, entre o ato de memória² e o conteúdo desse ato. (CANDAU, 2012, p.31-32)

Para o estudioso, não existiria um compartilhamento natural de lembranças. Mesmo se referindo a um mesmo acontecimento, indivíduos evocariam suas lembranças de forma diferente uns dos outros “levando em consideração as escolhas que cada cérebro pode fazer no grande número de combinações da totalidade de sequencias” (CANDAU, 2012, p.36). “Memórias compartilhadas”, portanto, seria somente uma metáfora que se manifestaria em nomes como “memória coletiva” ou “memória familiar”, conclui Candau. Por essa razão, ele admite a memória coletiva como uma representação, “uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (CANDAU, 2012, p.24).

E a quem caberia executar as “escolhas memoriais” que compõem a memória coletiva? Com certeza, não as classes populares. Estas, historicamente, têm muita dificuldade de produzir arquivos em “primeira pessoa”. Seja por carência educacional ou por falta de meios materiais, elas só contam basicamente com a oralidade para preservar suas lembranças e por isso, na constituição de uma memória coletiva mais ampla acabam sendo “vencidas” por uma *economia escriturística* instituída, segundo Michel de Certeau, quando um conhecimento erudito se torna hegemônico e isola o povo e suas tradições baseadas

1. Para Joël Candau, a metamemória é uma representação criada para a faculdade da memória. É o conhecimento que um indivíduo tem de sua própria memória e o que diz dela. “A metamemória é, portanto, uma memória reivindicada, ostensiva” (CANDAU, 2012, p.23).

2. Ato de memória é a memória apresentada como um fato, no caso, o *fato de se lembrar*, que pode se manifestar nas comemorações, construção de museus, narrativas... (CANDAU, 2012, p.35).

na oralidade (CERTEAU, 1994, p.222). A *escriturística da saudade*, aliás, é tributária do conceito de *economia escriturística*.

Assim, são os detentores tradicionais dos poderes políticos e econômicos ou grupos sociais a eles vinculados que acabam projetando seus valores sobre a memória coletiva e, no caso da *escriturística da saudade*, o fazem com a intenção de tentar salvar o legado de seus antepassados, pois a constituição da identidade de uma sociedade dividida em classes, afinal, não pode ser deixada ao sabor do acaso. Deve ser confiada a uma tarefa. Só assim homens e mulheres podem honrar compromissos (mesmo que não tenham feito diretamente nenhum) que possam garantir a permanência de um grupo no tempo e no espaço. Isso acontece na constituição de toda identidade coletiva; da identidade nacional ao sentimento de adesão a qualquer proposta institucional.

A *escriturística da saudade* busca legitimar a autoridade de uma ordem há muito estabelecida, que sob melancolia nenhuma deve sucumbir. Em Parnaíba, buscou-se legitimar a obra de uma burguesia comercial que entre as décadas de vinte e quarenta do século passado conseguiu promover importantes transformações na cidade. O horizonte de expectativa dos parnaibanos que puderam usufruir dos frutos da modernidade, na época, sofreu um irresistível alargamento. O futuro para essas pessoas passou a ser percebido como uma possibilidade permanentemente renovada e não mais como um lento processo de revisão ou permanência de experiências já vivenciadas.

Este período de grande confiança, no entanto, só se estenderia até o final da Segunda Guerra, quando o comércio exterior que Parnaíba mantinha começou a sofrer um duro revés. Os discursos otimistas dos primeiros anos do século XX gradativamente deram lugar a um tom mais pessimista e crítico diante da estagnação econômica que ameaçava apagar as marcas de uma cidade progressista e vanguardista. A intelectualidade local, então, se lançou ao desafio de confirmar a

grandeza parnaibana por meio da preservação da memória da cidade de seus tempos de exuberância (CAVALCANTE JÚNIOR, 2015).

Há um sugestivo deslocamento da noção de tempo aqui. Como o parnaibano começou a conviver com vários tipos de perda e perdas cada vez mais dolorosas com o passar dos anos, o futurismo (HARTOG, 2013) que teria impelido os empreendedores parnaibanos para frente no auge do otimismo econômico em sua cidade, perdeu sentido e foi substituído por um “tempo tradicionalista”.

Sentindo a melancolia dos novos dias, uma fração importante da intelectualidade de Parnaíba, a partir da segunda metade dos anos 1940, percebeu que, sendo a linguagem o campo de batalha onde a história encontra o seu desenlace, era necessário mudar a estratégia e passou para uma posição defensiva. Não era mais o momento de fazer a sua vanguarda avançar sobre horizontes de expectativa, mas garantir as conquistas do passado, mesmo que apenas no imaginário. Por isso, o tempo a ser considerado não seria mais um futuro outrora tão desejado, seria o passado. E o espaço a ser destacado, aquele que melhor poderia representar a cidade sitiada pelo tempo devorador: o seu perímetro central, aquele constituído pelo Porto das Barcas, Estação Ferroviária, pela Rua Dr. João Pessoa (atual Avenida Presidente Getúlio Vargas) e a Praça da Graça, ou seja, a síntese da cidade desejada e construída pela classe dominante parnaibana, constituída basicamente por comerciantes e profissionais liberais, uma burguesia que imprimiu nessa área da cidade a sua própria imagem. Não por acaso, tudo aí nos lembra daquela antiga burguesia e seus negócios. O Porto, a Estação, os prédios das antigas casas comerciais, os casarões com suas fachadas de estilo europeu...

Então os tradicionalistas buscaram operar com os signos familiares da Parnaíba que viveu o progresso e torná-los cada vez mais familiares à sociedade do presente num apelo nostálgico que força os parnaibanos a viverem da saudade e não de uma expectativa de transformação. Os signos da modernidade parnaibana, então convertidos

a objetos convencionais, são fixados numa memória paralisante que tenta em vão lutar contra os impulsos que a própria modernidade desencadeou³. Enquanto Karl Marx e Friedrich Engels, no *Manifesto Comunista*, decretam que “Tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas” (MARX; ENGELS, 2008, p. 13-14), os tradicionalistas parnaibanos assumem a luta para fazerem o desmanchado se materializar novamente e o profanado voltar a ser sagrado.

Neste sentido, é útil pensar na perspectiva de Joël Candau, quando ele afirma que a “‘memória coletiva’ é uma *representação*, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (CANDAU, 2012, p. 24). A memória aqui é um processo social que se constitui a partir de uma dialética entre discursos excessivamente repetidos e atualizados, e o silêncio de uma presença que se insinua nos interstícios do esquecimento. Ela não implica uma adesão afetiva ou natural.

Para Michael Pollak é preciso enfrentar a questão da disputa entre memórias, o que torna a criação de memórias coletivas algo problemático. Foi isso que escreveu, prestigiando a análise das memórias subterrâneas de excluídos, marginalizados e minorias, em contraposição às chamadas “memórias oficiais”. Essa abordagem “acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional” (POLLAK, 1989, p.4).

E foi nessa perspectiva que procuramos levar em consideração os conceitos de *memória organizadora*, de Joël Candau (CANDAU, 2012) e de *usos e abusos da memória natural*⁴, de Paul Ricoeur (RICOEUR, 2007, p.83).

3. Sobre os tradicionalistas e o seu tempo, ler o texto *Tempo, a fera que engole tudo* (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008).

4. São eles a *memória impedida, memória obrigada e a memória manipulada* (RICOEUR, 2007, p.83).

2007). A *memória organizadora* dá suporte à *memória coletiva* e faz isso oferecendo critérios às memórias individuais, um padrão a seguir. Só assim pode existir uma “memória oficial parnaibana”, com os seus marcos fundadores, seus acontecimentos grandiosos e seus heróis. Afirmar isso é dizer que a “memória coletiva” do parnaibano não é um baú de tesouros depositados democraticamente, ao longo do tempo, por todos os cidadãos da cidade e por razões afetivas; é uma memória exercitada, manipulada pelos sistemas de autoridade. Como teoriza Ricoeur: “Uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum (RICOEUR, 2007, p.98).

As conquistas do passado da burguesia parnaibana dos anos 1920-1940 não ficaram restritas às memórias dos herdeiros diretos desse legado. Elas se impuseram sobre outras memórias que ganharam menor ou quase nenhuma projeção, como se não existissem contradições sociais e as lutas entre classes. É a ideologia enquanto fator de integração social se impondo como guardião de uma identidade fragilizada (RICOEUR, 2007, p. 95-96).

Com o tempo, estabeleceu-se uma hierarquia entre os acontecimentos que constituíram a história parnaibana, a partir da qual foi criado um *campo do memorável*⁵, forçando alguns acontecimentos e personagens “de menor expressão” em direção ao esquecimento ou a gravitarem em torno de acontecimentos ou personagens “consagrados”, numa narrativa que definiu a identidade parnaibana dentro de um regime de verdade segundo o qual “os filhos de Parnaíba” devem se perceber como herdeiros de um passado iluminado,

5. Ambiência na qual fica delimitado aquilo que deve ser memorável, tornando-se, portanto, digno de se fixar na memória, em detrimento de outros acontecimentos que acabam esquecidos ou marginalizados. Para um aprofundamento sobre esta noção, ver Candau (2012, p. 94-95).

povoado por uma elite esclarecida e próspera. Todos seriam herdeiros do aristocrata Simplício Dias e poderiam sentir orgulho por ele ter recebido convite do próprio D. Pedro I para assumir o cargo de Presidente da Província do Piauí em 1823, após as lutas locais pela independência.

Nos tempos passados, alguns grupos sociais parnaibanos encontrariam um remédio para a sua melancolia. A história se torna o espaço da redenção, onde seria possível distanciar-se desse presente incômodo e entrar em comunhão com os “homens notáveis” do passado. A eles só é associado o progresso da cidade, a sua estagnação não. A *escriturística da saudade* pouco se dispôs a criticar esses ilustres personagens, vistos normalmente como responsáveis apenas pelas virtudes parnaibanas. Esse olhar condescendente dos intelectuais tradicionalistas pode ser evidenciado no *Almanaque da Parnaíba*. Uma publicação que parecia sempre disposta a legitimar e enaltecer os governantes. “Exemplo claro desse ‘pragmatismo’ diante do poder é que muitas vezes no próprio *Almanaque* se encontravam matérias elogiosas a grupos em disputa. A ‘Revolução de 30’, por exemplo, foi bem recebida [...] embora um ano antes o governo deposto tenha sido cumprimentado pelo periódico” (SILVA, 2013, p. 84).

Falta, portanto, à *escriturística da saudade* uma atitude crítica, uma reflexão que questione o porquê do declínio econômico de Parnaíba, para além dos interesses imediatos, sobretudo os afetivos, de uma importante parcela de sua intelectualidade, aquela voltada para a defesa das tradições. Sobra, por outro lado, um interesse pelo que é “monumental”, por uma história apologética que se satisfaz em apontar uma trajetória evolutiva que teria sido iniciada em algum lugar do passado e que, uma vez interrompida, deveria ser retomada para que Parnaíba continuasse aquilo que seria sua evolução natural. Recordar os seus “heróis” e seus grandes feitos responsáveis por essa trajetória seria uma tentativa de recolocar a cidade na história, marchando até a sua realização plena.

Alcançamos aqui o “nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação” (RICOEUR, 2007, p. 98). E neste ponto acreditamos que a *escriturística da saudade* pode assumir o “trabalho da configuração narrativa” citado por Paul Ricoeur. É ele que torna possível a ideologização da memória. “A configuração narrativa contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo que os contornos da própria ação” (RICOEUR, 2007, p.98).

O exercício da dominação, portanto, não se limita a coerção física, como entende Ricoeur. “Até o tirano precisa de um retórico, de um sofista, para transformar em discurso sua empreitada de sedução e intimidação” (RICOEUR, 2007, p. 98). Então, quando falamos da criação dos heróis do passado parnaibano, devemos necessariamente levar em conta a ideologização da memória e de como uma determinada historiografia foi se enraizando na “memória coletiva”⁶ parnaibana. Uma historiografia marcada fundamentalmente pela *escriturística da saudade* e que muitas vezes é considerada “positivista”.

Essa historiografia criou uma narrativa conciliatória que tende a mostrar uma Parnaíba sempre harmônica e progressista. Afirma o historiador Leandro de Castro sobre a produção de memórias após o regime militar: “Em minha pesquisa pude compreender que se buscou, no âmbito local, produzir uma certa memória apaziguadora e simplificadora nos anos finais do regime [militar]” (CASTRO, 2022, p.30). Em outra página, afirma ainda que enunciados de produções locais, tais como o *Almanaque da Parnaíba* nos anos 1950, produziram “uma quantidade significativa de textos em torno dessa cidade enquanto um local ‘ordeiro’ e ‘pacífico’” (CASTRO, 2022, p.73).

Trata-se de uma tentativa, ainda que difusa e não deliberada, de criar uma memória que demonstre que todos os parnaibanos sempre

6. Paul Ricoeur considera que a memória coletiva pode ser o “solo de enraizamento da historiografia” (RICOEUR, 2007, p. 83).

caminharam numa mesma direção, liderados por “homens elevados”. Essa tentativa frequentemente encontra seu desenlace dentro de uma percepção aristocrática de mundo na medida em que por trás das “ideias modernas” que foram alimentadas pelas elites parnaibanas a partir da primeira metade do século XX, estariam o respeito pela “idade” e o princípio de que homens extraordinários tenham deveres apenas para com os seus iguais, como defendia Nietzsche (2008, p.188).

Os heróis eleitos pela *escriturística da saudade* representam uma burguesia parnaibana conservadora, que prefere a monotonia de ciclos econômicos evolutivos à vertigem de aventuras revolucionárias. E neste caso ela não estaria só. Seria o caso de pensar, junto com Marshall Berman, que a própria burguesia ocidental, desde o século XIX, procurou insistentemente conter a energia transformadora que ela própria ajudou a liberar na luta contra os últimos vestígios do feudalismo (BERMAN, 1986).

Herdeira de um passado revolucionário cada vez mais distante, a burguesia abdicou de seu caráter revolucionário para governar, ao mesmo tempo em que precisava evitar que a classe operária herdasse a energia transformadora que um dia lhe pertenceu. Teria se tornado também bastante cuidadosa ao celebrar os seus feitos, pois, proclamando no presente a necessidade de *ordem e progresso*, deveria honrar o seu passado, recalçando a percepção de que “tudo que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 1986).

Por isso a escolha dos heróis burgueses não pode ser uma tarefa relegada ao acaso. Os heróis são construídos com critério, como afirma o historiador José Murilo de Carvalho, (CARVALHO, 1990). Para suprir a necessidade do “culto aos heróis”, os heróis nacionais, segundo Carvalho, não podem ter traços negativos e precisam ser inspiradores e unificadores. Foi o que aconteceu com Tiradentes. Ele foi escolhido para representar a República porque, entre outros atributos, era republicano, aceitou seu destino com altivez e de forma pacífica, e seu nome encontrou apelo popular (CARVALHO, 1990).

Assim, a figura de todo herói, enquanto produto de uma construção, exige necessariamente que se pense naqueles que garantem a sua glorificação e elogio. Um não existe sem o outro e juntos são um dispositivo que serve para cimentar a coesão social, como poderia atestar Candau ao se referir à Grécia antiga (2012, p.46). A epopeia teve um papel fundamental para a manutenção de uma “memória comum dos heróis-defuntos” que estabeleceu uma relação “entre a comunidade dos vivos e o indivíduo morto”, uma relação que faz da glória imortal dos heróis a bússola para a afirmação da própria identidade dos helenos. Pensemos, então, em que medida um “herói” ganha a eternidade pelos seus feitos ou pelos feitos de quem dele falou. Em outras palavras: de onde vem a *fama* dos “heróis”?

Aleida Assmann, em seu livro *Espaços da recordação*, nos traz uma estória muito interessante para tal reflexão. Trata-se da narrativa segundo a qual Alexandre, o Grande, teria derramado lágrimas sobre a lápide de Aquiles. Não seria estranha tal imagem diante da envergadura do herói-morto à sua frente. Aquiles cortejou a eternidade com os seus grandes feitos e fez juz à *fama*⁷ e Alexandre teria tão somente honrado um grande e admirado herói.

No entanto, não teria sido esse, exatamente, o motivo pelo qual Alexandre verteu lágrimas. O lamento dele não era pelos feitos de Aquiles, mas porque o herói-morto havia sido celebrado por alguém como Homero. “Assim, Alexandre Magno chora não por Aquiles, mas por ele próprio, pois seus feitos não encontraram Homero algum” (ASSMANN, 2011, p.47). A anedota evoca assim não a glória do herói, mas a do poeta.

Para o humanista Gerolamo Cardano, citado por Aleida Assmann, três seriam as condições para se alcançar a fama: “grandes feitos, sua documentação e sua rememoração na posteridade” (ASSMANN,

7. A *fama* é a memorização cheia de glórias, que “cada um pode conquistar para si mesmo, em certa medida, no tempo de sua própria vida” (ASSMANN, 2011, p.37).

2011, p.43). Como se apresentam interligadas entre si, essas três condições nos remetem a centralidade em que se encontram aqueles que são encarregados de criar arquivos e escrever sobre o passado. Sem eles, os “grandes feitos” certamente seriam esquecidos ou não teriam se tornado “grandes”.

Essas condições podem compor uma memória coletiva, levando-se em conta que esse tipo de memória normalmente é submetida a um processo de “organização”. “Uma memória verdadeiramente compartilhada se constrói e reforça deliberadamente por triagens, acréscimos e eliminações feitas sobre as heranças” (CANDAU, 2012, p.47). E disso pode depender a própria identidade. Joel Candau destaca, com referências a Patrick J. Geary, a importância que comunidades textuais de monges e escribas podem ter para a constituição de uma identidade na medida em que elas podem forjar uma memória coletiva a partir de uma memória compartilhada por homens de destaque, pela manipulação de suas correspondências, fazendo com que um conteúdo que era restrito se torne uma memória compartilhada com potencial para contribuir com uma dada construção de identidade (CANDAU, 2012, p. 47).

Desta forma, se Parnaíba vivia uma estagnação econômica e uma crise de identidade, a *escriturística da saudade* foi a estratégia preferencial de alguns intelectuais e literatos a partir da segunda metade do século XX para uma reação. Com essa prática discursiva seria possível acionar símbolos que resolvessem pelo menos a questão identitária, símbolos na figura do “herói”; afinal, como afirma José Murilo de Carvalho, heróis são símbolos poderosos e uma base bastante adequada para a identificação coletiva e, como tal, são também úteis para legitimarem regimes políticos junto aos cidadãos (CARVALHO, 1990).

E quem mais precisa de um herói do que uma vítima? Paul Ricoeur também teoriza sobre a pretensão dos contemporâneos de se identificarem com uma “postura da vítima”. Afirma ele: “Essa postura gera um privilégio exorbitante, que põe o resto do mundo em

posição de devedor de promissórias” (RICOEUR, 2007, p.99). O estatuto da vítima conferiria, neste caso, à Parnaíba, a condição de credora. Acredita-se que a cidade fez jus a algo que lhe foi tirado e os parnaibanos por isso esperariam ansiosos pelo dia em que seu “prêmio” fosse enfim recebido. Se a cidade grita por justiça, seu grito seria moralmente superior porque é a proclamação do “injustiçado”.

Segundo o historiador Iweltman Mendes, por exemplo, Parnaíba entre os anos 1930 e 1945, viveu seu apogeu econômico e

[...] “progredir sempre” parecia ser uma verdade inquestionável e que nada poderia deter a onda de otimismo e desenvolvimento que, assim como “o rio que te envolve e que te embala”, à Parnaíba daquele período era reservado um destino certo: o de cidade mais progressista do Nordeste. No entanto, diversos fatores internos e externos, contribuíram para refrear o desenvolvimento e adiar o sonho de progresso e bem estar e de transformar em realidade “a glória excelsa em teu povir”. (MENDES, 2007, p.110)

Diderot Mavignier, outro estudioso da história parnaibana, já é bem mais específico sobre os males cometidos contra Parnaíba e sobre quem os cometeu. Na sua obra *No Piauí, na terra dos Tremembés* podemos reunir algumas citações neste sentido:

Em 1882, os parnaibanos dirigem-se em carta aos poderes da Província, reclamando o descaso com a sua cidade por parte do governo provincial. Nesta carta, os parnaibanos falam da “guerra fratricida que o bairrismo dos habitantes de Teresina, temendo a transferência da capital para aqui, lhe tem posto em prática”. (MAVIGNIER, 2005, p.122)

Por ser o centro econômico do Piauí, Parnaíba era alvo da alfândega, que recolhia os impostos dos empresários parnaibanos e os remetia para capital, sem quase nenhum retorno para a cidade. (MAVIGNIER, 2005, p.126)

Em 1962, Parnaíba moveu-se em campanha a favor da integridade de seu município e contra o projeto que visava o desmembramento dos

territórios de Bom Princípio e Morros da Mariana [...] Sem estudo, em caráter de urgência e sem consulta as populações envolvidas, a Assembleia Legislativa do Piauí preparava um golpe político contra uma cidade progressista, progresso esse que sempre gerou invejas e incompreensões, como se isso não representasse o enriquecimento do próprio Estado e do País. Com muita luta, os parnaibanos venceram e Parnaíba manteve essa integridade territorial. Mas, seriam derrotados mais tarde, com os desmembramentos de 1994 e 1998, gerando prejuízo incalculável para o município [...]. (MAVIGNIER, 2005, p.131-132)

Na condição de “representante dos injustiçados”, pode-se reagir com justa indignação já que o outro é um “devedor de promissórias”. A história torna-se a ambiência onde o acerto de contas é possível em um presente adverso. Se, por exemplo, pensarmos o interminável debate sobre qual data seria mais relevante nas lutas pela independência no Piauí, o 19 de outubro (proclamação em Parnaíba), o 24 de janeiro (proclamação em Oeiras) ou o 13 de março (Batalha do Jenipapo), Mavignier procura defender os eventos do dia 19 de outubro de 1822, não apenas desconsiderando as suas contradições, já devidamente apontadas por outros estudos importantes⁸, como também encontrando meios para, no seu discurso, minimizar a importância daquilo que se celebra nas outras duas datas, bem como enunciar a importância dos próprios parnaibanos mesmo nos eventos ocorridos no 24 de janeiro e 13 de março.

Sobre o 19 de outubro afirma que diante da imobilidade da então capital Oeiras, Simplício Dias da Silva assumiu o comando militar de Parnaíba, acompanhado por patriotas, e exigiu que o Senado da Câmara reconhecesse os decretos de Dom Pedro I. E conclui: “Estava aceso o estopim da explosão que acordaria o Piauí e as Províncias do Norte para as lutas em prol da liberdade do Brasil” (MAVIGNIER,

8. Como é o caso de *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*, de Monsenhor Chaves (CHAVES, 1998).

2005, p.87). Os heróis parnaibanos seriam responsáveis não apenas pelo destino do Piauí, mas também pelo que veio a acontecer com outras províncias.

Sobre a proclamação da independência em Oeiras, no dia 24 de janeiro de 1823, afirma que a sua principal liderança, Manuel de Sousa Martins, foi oportunista e que só aderiu a causa porque sabia que a independência era irreversível. Faz também questão de destacar que um parnaibano, o capitão Bernardo Antônio Saraiva, foi decisivo como apoio aos separatistas oeirenses. Além disso, nota-se que Simplicio Dias estava acompanhado por “patriotas”, segundo Mavignier, enquanto Manuel de Sousa Martins, por “parentes e amigos” (MAVIGNIER, 2005, p.94). Mas uma forma sutil de desqualificar as intenções do “outro”.

Sobre a Batalha do Jenipapo, Mavignier até admite sua importância como um fato histórico. “No dia 13 de março, esses brasileiros escrevem mais uma das marcantes páginas da História do Brasil no Piauí [...] no confronto com as tropas de Fidié, deram suas vidas pela liberdade de nosso país” (MAVIGNIER, 2005, p.97). Mas não aponta nenhum “herói” da batalha, além dos *parnaibanos* que teriam arregimentado combatentes cearenses. E logo Mavignier tergiversa e a batalha desaparece do seu discurso. Prefere citar o parnaibano João Cândido e elogiar as piauienses, pois elas enviaram seus homens para a guerra e vendiam suas joias para a obtenção de munições. “A mulher piauiense mostrou, nessa ocasião, a grande fortaleza, o ânimo varonil de lendárias heroínas” (MAVIGNIER, 2005, p.97).

Em meio à melancolia dos parnaibanos, a *escriturística da saudade*, portanto, busca fazê-los se reconciliarem com as suas origens. Ela estabelece um modo particular de narrar o passado, que potencializa uma determinada identidade, a do parnaibano heroico, progressista e economicamente próspero. Mas o que ela não deixa se manifestar é que a necessidade de se enfatizar uma pretensa essência do parnaibano já é um atestado de que a identidade parnaibana está em crise, pois

como afirma Kathryn Woodward, citando K. Mercer: “a identidade só se torna um problema quando está em crise, quando algo que se supõe ser fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (WOODWARD, 2014, p.20).

A *escriturística da saudade* parnaibana pratica a ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade como forma de garantir a coesão de sua comunidade imaginada. Para entender isso, pensemos o modo como Stuart Hall se refere ao sentimento nacional. Para dar sentido à nação, uma “comunidade imaginada” por excelência, a narrativa utilizada deve demonstrar que uma pretensa essência do caráter nacional estaria preservada apesar do tempo. Disse Margaret Thatcher durante a Guerra das Malvinas: “Pensavam que nós não poderíamos mais fazer as grandes coisas que uma vez havíamos feito... que a Grã-Bretanha não era mais a nação que tinha construído o império e dominado um quarto do mundo... Bem, eles estavam errados... A Grã-Bretanha não mudou” (HALL, 2005, p.53-54).

Neste caso o conteúdo conservador da *escriturística da saudade*, entre outras estratégias discursivas, parece um apelo por uma aristocracia perdida. Alguém parece sempre proclamar: “Pensavam que não éramos mais aquilo que um dia fomos... estavam errados”. Mas a realidade acaba se impondo, mostrando que todas essas proclamações significam, na verdade, um ausente. Sobre isso, é útil pensar que esse desejo, “essa tendência para o aristocrático é fundamentalmente diferente das necessidades de uma alma aristocrática, é mesmo um sintoma eloquente perigoso da sua carência” (NIETZSCHE, 2008, p.205).

Nascido e criado em um meio frequentado por importantes intelectuais parnaibanos, entre as décadas de 1940 e 1950, o dramaturgo Benjamim Santos, em uma peça dos anos 1960, intitulada *A besta confusa*, ironizou o quanto a identidade parnaibana parece ter sido influenciada por uma leitura aristocrática do passado. Alguns personagens acreditam ser descendentes dos fenícios. Um deles diz: “Se o Capitão fosse ao menos um parnaibano como nós! Mas que nada. Ele

não tem o sangue fenício que corre em nossas veias. Não tem a herança cartaginesa, essa grande marca da raça parnaibana”. Ao que o outro responde: “Tenha cuidado, meu caro. Apesar de nossa alta superioridade devemos condenar o racismo”.

A tese segundo a qual os fenícios teriam passado pelo Piauí entrando pela embocadura do rio Parnaíba foi defendida pelo austríaco Ludwig Schwennhagen e encontrou no Piauí entusiastas em várias cidades, sobretudo no meio norte piauiense. Esta tese, que carece de evidências cientificamente consistentes, representa uma negação da cultura paleolítica que efetivamente existiu, em favor de uma fantástica ancestralidade “mais nobre” dos piauienses. O escritor teresinense Enéas Barros, por exemplo, parece minimizar a capacidade dos homens e mulheres do paleolítico: “Há algumas pinturas rupestres em Sete Cidades que se reportam ao estilo fenício, com detalhes que não teriam sido feitos por indígenas, mas por povos do Mediterrâneo, e também as formações rochosas que lembram totens”⁹.

Assim, entre desejados exploradores da antiguidade e parnaibanos de existência e feitos comprovados empiricamente, a *escriturística da saudade* parnaibana segue nas últimas décadas criando os seus heróis em busca de uma “aristocracia perdida”, como um dos remédios possíveis para sua melancolia. Mantê-la na memória coletiva parnaibana tornou-se uma espécie de evasão para que o presente possa se religar às pretensas glórias do passado.

Trata-se daquelas situações, segundo Paul Ricoeur, em que a lembrança não surge como uma evocação espontânea como deveria ser, conforme dizia Aristóteles em seu tempo. Aqui surge o “dever de memória”. O parnaibano a todo momento parece escutar o imperativo “você se lembrará” que substitui a espontaneidade da lembrança por um dever, porque aí existe uma questão de justiça acima de tudo. “É a

9. <https://causosassustadoresdopiaui.wordpress.com/2017/06/17/entrevista-com-enenas-barros-escritor-piauiense-fala-sobre-o-conjunto-de-sua-obra/>

justiça que, ao extrair das lembranças traumatizadas seu valor exemplar, transforma a memória em projeto; e é esse mesmo projeto de justiça que dá ao dever de memória a forma do futuro e do imperativo” (RICOEUR, 2007, p.101). Seria, pois, plenamente justificável falar dos heróis do passado pelo que eles fizeram pela cidade.

Mas um *dever de memória* não se cumpre do nada, espontaneamente. Seu cumprimento normalmente ocorre em nome do tradicionalismo que ainda anima algumas instituições culturais na cidade de Parnaíba. Não esqueçamos de Michel de Certeau quando este afirma que “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 2011, p.47). Disso se alimenta a *escriturística da saudade*. Ela é um bem ou um mal? Esse trabalho não julga. E dentro da Universidade, cercados por novas teorias e metodologias, os pesquisadores estariam afastados de sua influência?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Tempo, a fera que engole tudo: a visão tropicalista do nordeste. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008, p.164-181.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Francisco José Leandro A. de. *1964: memórias e culturas políticas no Piauí*. Teresina: Cancineiro, 2022.

CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes. A *escriturística* de uma saudade parnaibana: história, tempo e espaço na cidade de Parnaíba-PI. In: LIMA, Frederico Osanan Amorim; CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes. (orgs.). *Parnaíba: ver, sentir, dizer*. Teresina: Edufpi, 2015.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 9. ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHAVES, Monsenhor. *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: introdução a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-RJ, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAVIGNIER, Diderot dos Santos. *No Piauí, na terra dos tremembés*. Parnaíba: Sieart, 2005.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. *Parnaíba: educação e sociedade*. Parnaíba: Sieart, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. *Para além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____. *A genealogia da moral*. 3. ed. São Paulo: Editora Escala, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 1-15, 1992.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Josenias dos Santos. Almanack da Parnahyba: política, sociedade e cultura em revista. In: LIMA, Frederico Osanan Amorim; SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de. (orgs.). *Parnaíba: a cidade que nos habita*. Parnaíba: Sieart, 2013.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (org.)*. Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 07-72.

UMA CARTA PARA O EXÍLIO: ENTRE INJUSTIÇAS E SAUDADES EM 1964 NO ACRE

Francisca Janaína Silva de Souza (UFAC)

A Ditadura Civil Militar, tema este ainda tão presente em nossa sociedade, que permeia os debates políticos dos dias atuais e no ensino de história do Brasil, sendo um dos temas mais pesquisados e que recentemente ganhou mais destaque com a formação da comissão da verdade que levanta os motivos dos desaparecimentos de presos políticos, e busca mostrar como o sistema instaurado pelos militares foi repressor e apoiador das torturas para estabelecer o predomínio sobre a sociedade.

O cenário em 1964 no Brasil e no Acre atravessava o seu mais difícil momento, o presidente do Brasil João Goulart (PTB) renunciou à presidência em 1964 por imposição dos militares que o acusavam entre outras coisas de corrupto, subversivo e comunista, e no Acre não foi diferente, o mais novo governador eleito, José Augusto de Araújo (PTB), no mais recente estado da nação há apenas dois anos desde sua emancipação política em 1962, assina sua carta de renúncia manipulada pelos militares. Naquele fatídico acontecimento, onde o então governador José Augusto, “Em pouco menos de um ano e meio administrando o Estado, [...] nunca conseguiu governar tranquilamente e exercer a plenitude do seu mandato e programa de governo através de seu grupo político”, (SILVA; BERNARDO 2021, p.67) renunciava aparentemente ao Acre por vontade própria, mas era visível a imposição dos militares na figura do “capitão da 4ª Companhia do

Exército, tendo à frente o capitão Edgard Pedreira de Cerqueira Filho, que obrigou o governador a entregar sua carta de renúncia para ser votada na Assembléia Legislativa e, logo após, esse militar assume o executivo estadual” (SILVA apud SILVA; 2012. p. 92). O ex-governador ainda enfrenta um processo com a acusação dentre outras coisas de “modificação de forma de govêrno, levando o Brasil ao regime comunista”¹⁰, esta denúncia era uma tentativa por parte dos militares de legitimar as diversas arbitrariedades que justificavam as deposições e cassações diante dos grupos que o apoiavam e da população que viviam com medo de comunistas.

Em 2004 o acervo de cartas doado pela família de José Augusto ao Museu da Universidade Federal do Acre com o nome de registro “Fundo Documental de José Augusto de Araújo” como forma de preservar através dos relatos pessoais as cartas, lembranças e denúncias de um período turbulento para o Acre e especial para a família do primeiro governador eleito democraticamente e logo destituído do poder. Mesmo distante dos familiares, José Augusto, esposa e filho não perderam contato com os parentes e amigos “fiéis” que deixaram ao partir para o exílio e eram constantes as trocas de certas entre eles. As cartas eram íntimas onde testemunhos e apoio chegavam até a família certamente não com muita facilidade, já havia o medo de que os vigilantes da ditadura pudessem interceptá-las e transformarem em alvos de mais investigações, mas os remetentes eram amigos que sabiam até o endereço da família Araújo no Rio de Janeiro ou mandavam por outros amigos que iam em viagem à cidade conforme análise do teor das cartas recebidas pela família, estas correspondências eram sempre motivadas pelas saudades e relatos das situações políticas presentes no estado onde atestava a violência sofrida por muitos brasileiros que tiveram suas identidades restringidas e suas liberdades aprisionadas

10. Parte do processo oriundo da Procuradoria Geral do Estado do Acre, Tribunal de justiça do Acre (1964- 1969).

ao perder sua condição de cidadão livre, e por isso julgo fundamental a análise dedicada a esta carta em específico mesmo com o perigo de incorrer em alguns erro de análise, porém, que envolve e nos envolve nas memórias de momentos conturbados e a direciona para fazer conexão com a categoria textual carta como análise de correspondência e seus efeitos produzidos enquanto memória de um período terrivelmente opressor e desconexo com os ditames democráticos.

Com o acesso às cartas procurei em meu fazer docente trabalhar com trocas de carta fotocopiadas do período exposto entre os alunos no intuito de entenderem e interpretar os processos que envolvem sentimentos, e aproxima-os do passado de nossa sociedade a partir de memórias narradas por atores que neste trabalho se tornam fundamentais para a narrativa do período, e em especial nesta correspondência onde as personagens são mulheres que estão inseridas num mundo dominado por homens, a mensagem sobre a condução política do país expressa insatisfação e nos possibilita compreender este papel tão oportuno da personagem/remetente. Sobre meu interesse pelas correspondências se deu por uma busca pessoal que envolve a análise das subjetividades humanas e inteligibilidade ao escrever cartas, certamente pautadas de interesses pessoais e que de certa forma alivia o distanciamento, o outro interesse é pela situação política da época e principalmente pela própria ideia do que se compreende como carta na perspectiva da História Cultural que permeia a memória, para SANTOS:

[...] estudar cartas, na perspectiva da História Cultural, se afigurou como possibilidade apropriada para a ampliação de saberes sobre esse objeto que é tão pessoal, mas também cultural e de conhecimento, uma vez que a História Cultural comporta estudos realizados com grupos particulares, em locais e períodos específicos, abrindo-se para um processo de Inter construção entre as histórias dos sujeitos e da História, que deixa de ser vista como uma sucessão linear e uniforme de acontecimentos, mas pela complexa rede de atores nela envolvidos. (2010, p.55)

Ao nos depararmos com as memórias familiares escolhi entre várias cartas uma que demonstra bem o período conturbado e pautado nas perseguições iniciais do regime militar no Acre além apresentar uma narrativa que expressava ressentimento oriundo da dor de não poder modificar o atual estado a que todos estavam sujeitos. A correspondência escolhida foi enviada de Rio Branco – Ac para Maria Lúcia, esposa do governador deposto José Augusto, ao Rio de Janeiro - RJ em 15 de junho 1964, logo após a saída da família do Acre e por coincidência período em que o Acre comemorava dois anos de elevação à categoria de Estado da nação, era a carta de sua prima Iatir que respondia a uma correspondência enviada de Maria Lúcia anteriormente. Na carta é evidente vários elementos presentes em sua escrita, a tristeza com a situação política do Acre e a preocupação com a família Araújo deixando claro o quanto o momento era ruim para todos que viviam numa espécie de aprisionamento político sem liberdade para expressar os verdadeiros sentimentos. Está presente também a lembrança de quando o Acre fora Território Federal e o povo que ainda não conhecia os benefícios do desligamento da “Tutela Federal”, e neste sentido, a autora da carta demonstrava bastante conhecimento e consciência do que estava posto na sociedade, sempre apresentando um descontentamento do atual estado de exceção a que estavam inseridos, e ainda fica claro na carta que ela fazia parte uma pequena parcela da população acreana alfabetizada e mais que isso, envolvida na área da educação o que não fica claro se era professora ou técnica, a forma como escrevia com coerência, pontuação e concordância adequada a gramática dos anos 60, está muito presente em sua escrita e ao relatar o cargo que exercia na educação no governo de Rondônia que ao que parece também estava distante do Acre enquanto eram resolvida sua situação, estes relatos transformou a leitura numa narrativa histórica que coloca no centro a denúncia sobre o atual momento do estado e a visível deterioração da democracia no fatídico período. Apresentarei a carta na íntegra do acervo documental José Augusto que está sob a guarda no Museu da UFAC. Decidi diante

do relato contundente da remetente analisar a carta que contém 4 (quatro) páginas e que também será apresentada em quatro partes para que seja feita inferências a partir do relato, e que possa contextualizá-la diante dos acontecimentos que vão se sucedendo e encontrando de certa forma respostas mesmo que não seja as melhores para melhor entender como aquele momento estava marcado pela forte tristeza de não poder nada fazer para modificá-lo ou amenizá-lo:

Saudações

Rio Branco, 15 de junho de 1964.

Estimada Maria Lúcia

Respondendo hoje à sua amável cartinha em mão de Marlene e muito satisfeitos ficamos em saber que José Augusto está passando bem, graças a Deus, tudo o que desejamos é que tenham saúde e força moral para resistir a tão tempestuosos embates das surpresas inarredáveis da vida.

E é preciso uma resistência muito grande para sofrer por si e pelos amigos que se viram enredados nas angústias das desditas que se abateram sobre eles e vocês.

É necessário que se pense que o homem é como um emissário que viaja pela existência, em trabalhos determinados pelo seu Pai. Só assim a mente não ficará conturbada, não perderá o equilíbrio da razão e prosseguirá sempre, mesmo sacudida pela dor (...) ¹¹

Esta é a primeira parte da carta que apresenta já no seu prólogo satisfação de saber da saúde de José Augusto e uma reflexão sobre a situação angustiante em que vivem todos, o relato memorialístico

11. JA137 – 15/06/1964. Carta de quatro folhas enviada para Maria Lúcia, por uma prima de José Augusto. Nesta carta ela fala da sua alegria e contentamento pela boa saúde de José Augusto e deseja felicidades a todos. A carta está digitada de acordo como no original onde se preserva a escrita ortográfica do período referido à carta.

é muito claro além da característica de uma carta epistolar onde o signatário “faz de suas próprias palavras no texto que escreve [...] dá dicas, adverte, ensina, em troca lhe chegam as palavras de louvor, concordância, ou divergência, ou até mesmo o silêncio...” (SANTOS, 2010, p. 58) portanto, a construção do último parágrafo demonstra a necessidade de seguir caminho mesmo com o sofrimento que enfrentavam após três meses de início desse processo repressor que já demonstrava que não permaneceria por pouco tempo, durou 21 anos.

Após a deposição do governo democrático no Acre, agora era enfrentado uma transição de poderes, onde todos os que apoiavam o antigo governo sofreram alguma sanção entre elas demissões, prisões e os famosos enquadramentos, e a carta revela num tom até conformado, mas deixando transparecer que haverá justiça por tudo que está acontecendo. Nas entrelinhas ficam evidenciados o que não poderiam escrever em uma carta que poderia ser desviada, já que o governo agora militar era perseguidor, isto é, uma narrativa discursiva do que aconteceu “significá-lo repetindo sem cessar *aconteceu*, sem que esta asserção possa jamais ser outra coisa do que o avesso significado de toda narração histórica” (CERTEAU, 2011, p.35) presente na escrita como um alento a situação que por hora não encontravam solução imediata. Neste sentido, seguindo a análise de Certeau sobre a presença da historiografia o que pode se acentuar sobre “um real perdido (passado)” já que fica silenciado o motivo de estarem nesta situação que é o golpe militar, portanto, “parece que, não se podendo mais atribuir às palavras uma relação efetiva com as coisas que designam, elas se tornam tanto mais aptas para formular sentidos quanto menos limitadas são por uma adesão real”. (CERTEAU, 2011, p.35). De fato, podemos inferir que diante da situação orquestrada não é possível conciliar a dor com o fato de que agora o que pairava na sociedade produzindo sentidos reais era o do conformismo, mas não aceitação da situação real.

A Difícil Notícia da Prisão

nossa boa amiga Marlene, desde ante-ontem padece e se debate em dolorosas interrogações. Quando já desarmara o espírito e se dispunham a fazer a viagem de volta, o dr. Daniel foi recolhido, incomunicável, ao quartel da Companhia de Fronteiras. Não se sabe, evidentemente, qual o ponto do processo que exige sua detenção. Versões há muitas, delas, entretanto, não sabemos se há, fundamentadas. A verdade deve estar perdida entre os boatos. Só Deus sabe!

Felizmente ela tem tido conforto de dedicadas amigas contudo, com tão formidável abalo, teve uma crise nervosa, felizmente, muito ligeira. Está bem.

Doutor Paulo Itamar conversará, como já nos disse, com José. Êle está ao par do depoimento do sr, Benarrós e creio que um parecer dele, constitui uma orientação valiosa.

Sabemos, infelizmente, que o dr. Daniel não sairá logo. Creio que há pontos delicados a esclarecer. Marlene, coitadinha, ignora tudo e não temos coragem de dizer-lhe a verdade. (JA137 carta citada).

Na segunda parte da carta é possível perceber que havia uma notícia difícil que deveria ser dada a Marlene sobre a prisão possivelmente de seu esposo, e esta informação é contada como informação e como uma revelação a destinatária em evidenciar o fato de Dr. Daniel, possivelmente próximo a família, está recolhido e incomunicável como é bem destacado na carta.

Fica no relato acima claro o quão preocupante era não saber quanto tempo ficaria preso dr. Daniel e não entendimento de sua detenção, “continuará preso por um bom período” é tudo que poderiam ter de certeza além de alguns contatos como o sr. Bernarrós que poderia orientá-lo. A narrativa da carta deixa evidente o período em que o país vivenciava, certamente, com presos políticos que nunca conseguiram sua liberdade, tampouco direito de ser ouvido em suas versões, não justificavam e tão pouco informavam o andamento dos processos para as

famílias. Os militares usavam de sequências estruturais de domínios dos corpos e impunham segundo uma análise historiográfica sobre o que permite e o que proíbe o lugar, “um complexo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros” (CERTEAU p.63, 2011), neste caso, os discursos produzidos pela rede militarista perseguia todos os que demonstrassem falta de afeição aos seus intentos e a ordem vigente. Este fragmento nos permite sentir o quanto a situação era de incerteza pautadas em buscas de talvez rede de pessoas que pudessem ajudá-los, porém, a própria remetente assevera que *só Deus sabe*, não havia como entender o que não se conhecia enquanto corriam muitos *boatos*.

No campo da história busco respostas para os acontecimentos que marcam a ditadura militar e em especial no Acre, quando observo que prisões eram efetuadas sem uma investigação, apenas por perseguições, “esse gesto consiste em isolar um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto proposto a priori” (CERTEAU p.69, 2011).

Ao buscar compreender o que se passava naquele momento, mesmo que entendendo o contexto, viajo nas entrelinhas e percebo o quanto corriam risco nas trocas de cartas, que assim como na Alemanha Nazista, se tornava cada vez mais difícil receber e enviar cartas sem sentir medo de ser vigiado e conseqüentemente punido, e as cartas neste processo são “fontes que o historiador não pode prescindir em seu ofício e que servem igualmente a outros estudiosos que se interessam por algum aspecto da vida humana, quer seja relacionada à linguagem, à escrita, à educação, às mentalidades ou aos costumes”(CASTILLO GÓMEZ, 2001, p. 16) pois, são relações que se estabelecem e se trocam a partir destes escritos e o conhecimento do outro através de si.

Intermezzo

o que se faz, o que se pensa e o que se diz na terra. Creio que ainda diz o que se poderia fazer.

Amigos devotados e leais vocês têm M^a Lúcia! Isto é um consolo, embora nada possa resolver por enquanto, por enquanto.

Êste “intermezzo” contribuirá, estou certa, para amadurecer um pouco a consciência popular. Ainda não conhecem a vantagem de estar desprendidos da tutela federal, como território. Talvez daqui a 10 anos haja melhor compreensão! E valorizam os elementos do Estado.

Lúcia, eu e Nonato continuamos aqui ainda inseguros, ainda em compasso de espera. O Govêrno de Rondônia deixou-nos ficar, até que conclua sindicância em torno dos enquadramentos feitos. Após, chamar-nos - á.

Estou trabalhando na Secretaria de Educação. Chefiando a Divisão de Ensino de Primário. Por enquanto, tenho feito apenas trabalhos de rotina. Ainda não me foi possível fazer algo de positivo pela educação, no sentido de fazer funcionar escolas, dar provimento de material humano às mesmas etc.(JA137 carta citada).

Diversos elementos estão presentes na terceira parte da carta, apesar do clima difícil, há uma leveza na escrita e a utilização de aforismo que deixa a narrativa atraente e elegante, o termo “intermezzo” palavra de origem italiana que quer dizer “breve espetáculo entre dois atos de um drama ou de uma ópera. Pequeno trecho que separa as partes principais de uma composição musical¹²”, possivelmente a remetente por expressar conhecimento vocabular além de termos menos usuais da população, expressava fortemente o quanto sua atividade poderia ser perseguida pela ditadura e a partir do clima de incertezas que era um drama vivido por todos. Na narrativa da análise pessoal é possível que Iatir também fizesse referência a situação do Brasil em relação ao que estava posto na política enquanto período de incerteza.

Nos escritos de Iatir não há referência ao governo militar, mas quando cita o termo enquadramento em que estavam envolvidos, fica evidenciado que enfrentava um processo que tramitava no meio

12. Pesquisado no Dicionário on line de língua portuguesa.

jurídico e que certamente causava anseios de que sua situação fosse resolvida, portanto, estavam no Estado de Rondônia aguardando ser convocada e vivendo num “exílio regional¹³” e onde recebeu autorização do governo para trabalhar, mas em seus relatos nos deixa a impressão que está de alguma forma descontente com sua condição, e enquanto mulher ativa demonstra uma relação afetiva com o trabalho e se preocupa com o fato de não está ajudando significativamente a melhorar a educação, diante da situação em que se encontrava não podia fazer mudanças estruturais, tampouco, positivos segundo sua visão.

A narrativa exposta por Iatir expressa a compreensão que tem sobre o quanto era importante o Acre ter se transformado em Estado autônomo estando com esta condição política a apenas 2 (dois) anos já que a carta foi escrita em 1964. O processo de autonomia do Acre foi exposto por Senador Guimard dos Santos que é de sua autoria e apresentou o “projeto de Lei nº 2.654-C/57, que originou legalmente a “emancipação política” do Acre. Este projeto foi apresentado em 1950, tendo sido aprovado e sancionado em 15 de junho de 1962 [...] após discussões acaloradas no Acre e no Congresso Nacional” (SILVA, 2012, p.67) em vez do velho título de território federal, a condição de Estado eleva-o a uma categoria política de independência e desenvolvimento onde a disputa política estaria no centro do debate, pois o que interessava não era o desenvolvimento do Estado mais sim, o predomínio do poder político que colocava num patamar elevado os que estivessem nesse centro, mas o governo militar veio mostrar e tensionar uma nova forma de governo centralizando todo o poder, neste sentido, é salutar o que a análise que nos traz Francisco Bento da Silva sobre o Acre, enquanto território sob a tutela federal, “o Acre era por definição esse espaço nacional das carências mais evidentes. Pois o decanto território, então o mais recentemente incorporado ao

13. Uso este termo já que Iatir estava no Estado de Rondônia mesma região do Acre. Norte do país.

Brasil, era geologicamente parte de uma terra nova nos dizeres de Euclides da Cunha” (SILVA, 2020. p.90).

O inconformismo representado com parte da população que ainda não entende que um estado livre seria melhor que um estado tutelado, é perceptível quando Iatir ressentido o atual estado de conformismo na sua escrita e fica claro que a população, e neste caso poderíamos fazer certas inferências de que pessoas próximas não valorizam um estado autônomo, não dão importância a esta condição de um estado com independência política pois neste sentido não podemos usar liberdade com seu significado literal, mas “podemos afirmar que o indivíduo não esquece os fatos dos quais foi ator ou vítima, mas esquece-se ou, ao menos, aferra-se bem menos às lembranças dos ressentimentos[...] quando não mais vividos e sentidos” (ANSART, 2004, p. 31) e o pluralismo de sentimentos permanecem na construção da última parte da carta onde fala de alguns amigos e familiares que estão sofrendo com a situação.

Despedida: A Gratidão da Pátria é o Esquecimento

Maria Luisa viajou dia 20 de maio. Ainda não nos escreveu. Creio que está bem.

Quem precisa sair de Feijó é tia Nair. Cansada, maguada, desiludida, seria tão bom que se convencesse da necessidade de ausentar-se de lá. Escrevi-lhe, mais de uma vez, tecendo comentários em torno das vantagens disso, mas ela tem resoluções firmes e não se deixou levar pelo meu “latim”. Seria ótimo que ela se ausentasse de lá. Cidade muito pequena, pouco maior que uma casa de família, sem distrações, fermenta problemas, sem dar uma válvula de escape, como vantagem!

Dinah não me tem escrito. Silente, ela por certo medita e remói, as incompreensões do homem!

Meus filhos, estão bem. Bem peraltas, bem satisfeitos. Abraça, ao Ricardo e enviam-lhe beijos carinhosos.

Nonato recomenda-se-lhes. E aqui estamos às ordens! Fé em Deus! Êle é pai de todos! Não se esqueça, José Augusto, a gratidão da Pátria é o esquecimento!

Recomende-nos a D, Lúcia, seu pai, Stela, vovó e demais. Aceite um especial abraço da Iati.

Ps. Soubemos da cassação dos D. Políticos do Prof.¹⁴

2. Imagino como Jovita não está angustiada! abraços, I. ¹⁵

É possível perceber que a carta tem uma estrutura muito característica de construções textuais com início, meio e fim, demonstrando por parte da autora domínio da escrita o que deixa o texto bem estruturado, neste sentido, a coerência textual nos prende a narrativa contextualizada onde é expressa os sentimentos da tia.

As preocupações de Iatir estão muito presente num misto de inconformismo e de sempre presente o ressentimento e conseqüentemente a situação a que todos ficaram expostos de humilhação, pois, precisaram todos adequar suas vidas a nova forma de governo.

No final da carta é bem nítido a incompreensão que Dinah personagem que não foi possível identificar, a mesma silenciosa ao refletir toda situação o que evidencia a humilhação vivida por todos. “A criação de situação de humilhação, a prática da humilhação é, portanto, uma arma de poder instalado, uma arma estratégica que visa à perfeita docilidade do cidadão”. (ARSART, 2005, p.18) O Fato de não poder mudar de alguma forma a situação a que estavam exposta a sua família, presente na escrita de Iatir, o sentimento de humilhação

14. A remetente apresenta dois pós-escrito e no primeiro ela coloca de forma abreviada o D. que diante do contexto entende-se como Direito Político e o 2º termo abreviado é o de Prof. Que quer dizer professor referido – se ao ex - governado José Augusto que era conhecido pela maioria dos amigos como Professor por ser formado no curso de História e Filosofia no Rio Janeiro.

15. No segundo pós-escrito Iatir que finaliza apenas com a primeira letra do seu nome “I” refere-se a Jovita uma única vez durante toda a carta, e não fica claro que seria, o que poderemos depreender é que posso ser alguém muito próxima a família.

e esquecimento por parte daqueles que já haviam desfrutado de um governo onde as vozes de alguma forma eram ouvidas e que agora poderiam ser silenciadas e tudo isso foi esquecido pelos apoiadores do regime. O esquecimento, neste sentido, seria o da própria pátria por seus cidadãos que talvez não houvessem entendido o verdadeiro significado de democracia, para Iatir que certamente ressentia desses sentimentos, o fato de José Augusto ex-governador ter tido seus direitos cassados fortalecia mais ainda o que todos ignoravam um governo eleito democraticamente em princípio, e tudo poderia desencadear mais autoritarismo e perseguições.

Segundo os argumentos no que tange o esquecimento, termo bem destacado nas escritas de Iatir e que pode nos esclarecer várias situações, Jacy Alves de Seixas nos traz sob o argumento de Pierre Nora que discute o processo histórico que identificam e veem a memória como esquecimento no olhar da história “ou seja, a memória e o esquecimento aqui também só existem sobre os olhares da história, investindo-se na reconstrução de novas identidades, a partir de um critério utilitário – político”. (SEIXAS, 2004. p.42), portanto, podemos nos assentir que o fato como afirma Iatir que a gratidão que porventura fosse ofertada por ter uma pátria de certa forma livre, era o próprio fato de esquecer do que um dia havia sido a recém federação do Brasil, o Acre, que lhe compreendiam certas liberdades, as mudanças estimuladas pela democracia agora eram lembranças.

Ainda de acordo com o exposto na carta julgo importante contextualizar o uso da memória, esta que em todos o relato da carta busca relembrar momentos enfrentados pela família, seja de saudade, dor, medo e de certa forma a incapacidade de não poder fazer nada para modificar o que estava imposto pelo regime autoritário, onde as discontinuidades democráticas eram claras. Neste contexto, “a memória é, portanto, algo que “atravessa”, que “vence obstáculos”, que “emerge”, que irrompe: os sentimentos associados a este percurso são ambíguos, mas estão sempre presentes” (SEIXAS, 2004. p. 47). Em toda

a narrativa é possível fazer uso da memória como elemento que se apropria de período que embora com suas dificuldades, eram lembrados como bons momentos em que se podia exercer e se utilizar dos recursos ao valorizar os elementos do estado que por certo seria o próprio direito de exercer cidadania com certas liberdades.

Considerações Finais

Diante de todo o processo que é acompanhado durante a leitura da carta, que funciona como um memorial entre tantas outras cartas de um período marcado por todas as relações autoritárias produzidas por um regime de exceção e exclusivamente pelo domínio político de civis que visualizaram o poder a qualquer custo e por conseguinte unindo forças ao regime militar repressor de uma sociedade que aos poucos conquistava seu espaço na política nacional como é o caso do Acre. Em um curto espaço de tempo o Acre enfrenta os reveses e esfacelamento de uma política democrática curvada ao que regia a constituição civil, no entanto, deslocada para a repressão com as instaurações dos atos institucionais que se comparava mais a um labirinto sem saída. Com toda a rigidez de um sistema, o próprio governador eleito democraticamente acaba deposto, secretários enquadrados em processos de corrupção e até presos, funcionários encurralados com a missão de servir a um regime que só perseguia, e tudo em detrimento dos direitos civis que foram substituídos pela repressão e perseguição do sistema de governo.

Ao buscarmos elementos de coesão da carta com o processo de ditadura, podemos destacar o quanto era necessário elementos que criassem dentro da historiografia brasileira numa perspectiva da escrita que não passa, que não envelhece com o tempo, mas passam por análise diante do que foi dito, do que foi escrito e estabelecem este ponto de referência com o que um dia havia sido o Acre enquanto território federal, e neste sentido, a coerência historiográfica diante o

que traz a carta além dos elementos tais como sentimento / ressentimento nos remete a uma escrita da história que fica contextualizado nas entrelinhas da carta, e nos apresenta como fundamental para entender esse processo de imposição mesmo que com a análise de uma única carta que nos remete a um tempo de bastante insegurança diante da queda da democracia no Brasil.

No Acre as disputas políticas no campo governamental corroboraram com a instalação do governo controlado pela ditadura, neste sentido, só podemos refletir no quanto era tendencioso os movimentos do novo governo em direção ao esquitejamento dos elementos democráticos da república, e as perseguições se instalaram efetivamente, não deixava escapar nenhuma situação que desse vazão para uma tentativa de contragolpe no início do processo ditatorial.

O que podemos neste íterim deixar evidente é que “em nenhum momento a sociedade brasileira deixou de manifestar seu sentimento de oposição, pelos mais diversos canais e com diferentes níveis de força”¹⁶ (comissão especial da verdade, 2007. p.23). É importante sempre lembrar o que não podemos mais aceitar, regimes que torturam, que buscam silenciar as vozes que dialogam com a democracia, elemento fundamental para a sociedade construir uma ordem pautada no desenvolvimento social, valorização das igualdades, busca por oportunidade de forma igualitária, portanto, ao valorizar a democracia no apoiamos nas liberdades garantidas e estabelecida pela Constituição Federal.

Os documentos segundo Paul Wayne não representam o que exatamente aconteceu, porém nos mostra certos pontos que precisamos dialogar, pois, “desse modo, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento”. (VEYNE, 1998. p. 18) Portanto, não tenho a pretensão de expor a

16. Documentos redigido pela Comissão da Verdade sobre Mortos e Desaparecidos da Ditadura no Brasil em 2007, busca respostas sobre os desaparecimentos de pessoas e mortos pela ditadura militar em 1964.

carta como única forma de representar o período de exceção no Acre nem de expor aqui tal qual como ocorreu, porém, o objetivo central é dialogar com modos de pensar, falar e agir de um período conturbado de nossa história e expor através do privado a prova incontestada de que todos sofreram com as imposições deste período, e a partir disso, publicizar aos poucos o comportamento que nascia de um núcleo familiar a partir do privado, comportamento que poderia também ser analisado a partir de outras famílias que sofreram tanto quanto a família do ex – governador José Augusto com traumas do exílio, distanciamento e silenciamento de um período que não podemos enquanto cidadãos deixar que se repita, e que possamos buscar sempre os caminhos democráticos para que os passos da construção de uma sociedade igualitária sejam sempre projetados em sentido amplo e irrestrito.

Bibliografia

ANSART, Pierre. “História e Memória dos Ressentimentos”, pp 18/34. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2004.

ANSART, Pierre. “História e Memória dos Ressentimentos”, pp 31/34. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2004

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/ Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 500p.

SEIXAS, Jacy Alves de. “Percurso de Memórias em Terras de História: Problemáticas atuais”, pp 47/58. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2004.

SEIXAS, Jacy Alves de. “Percurso de Memórias em Terras de História: Problemáticas atuais”, pp 52/58. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. Memória e (res)

sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2004.

SILVA, Francisco Bento. Autoritarismo e Personalismo no Poder Executivo Acreano, 1921 – 1964. Rio Branco: Edufac, 2012.

SILVA, Francisco Bento. Acre, Formas de Olhar e de Narrar: Natureza e História nas Ausências. Rio Branco: Nepan, 2020.

VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed.- Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

Artigos:

CASTILLO GÓMEZ, Antonio Un archipiélago desconocido. Archivos y escrituras de la gente común. Archivos. Revista Trimestral de la Asociación de Archiveros de Castilla y Leon, Castilla y Leon, v. 38, 2000.

SILVA, Francisco Bento; BERNARDO, Jadson da Silva. “Ecos do Golpe em 1964 no Acre: Ditadura, Intolerância e Perseguições Políticas”. Revista Tempo Amazônico. V.8, n.2, jan-jun de 2021.p.62-81.

SANTOS, VCC., collab. Leitura e escrita como espaços autobiográficos de formação [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

Documentos Oficiais

IPM – Inquérito Policial Militar. Fotocópia. 1964.

ANÍSIO TEIXEIRA E A DEFESA DO ENSINO PÚBLICO NO BRASIL

Pâmela Peres Cabreira (Universidade Nova de Lisboa)

Introdução - Nota Biográfica

Nascido a 12 de julho de 1900 em Caetité, no coração do sertão baiano, a 800 quilômetros de Salvador, capital do Estado da Bahia, Anísio Spínola Teixeira foi um decisivo estudioso e teórico sobre os processos educacionais no Brasil e integrou um dos mais importantes movimentos políticos educacionais: a Escola Nova.

Filho de Deocleciano Pires Teixeira, médico, fazendeiro e deputado provincial e de Anna de Souza Spínola, Anísio era originário da alta classe fundiária baiana. Frequentou o Colégio São Luís Gonzaga, ginásio preparatório pelos padres jesuítas e em 1914 iniciou estudos em Salvador - em uma iniciativa de jesuítas portugueses oriundos do colégio lisboeta de Campolide -, no Colégio Antônio Vieira, aumentando a sua admiração e interesse pela Companhia de Jesus (Nunes, 2010, p. 12).¹ Posteriormente, formou-se em Direito na Universidade do Rio de Janeiro, (Oliveira, s/d)² em 1922. A carreira política era

1. Este trabalho foi orientado pelo Novo Acordo Ortográfico e escrito em Português/Brasil, consoante a quinta edição do conjunto de normas estilísticas da APA, sigla original da Associação Americana de Psicologia, adaptada.

Anísio nesta altura buscou o consentimento do pai para o ingresso na Companhia, condição negada uma vez que seu pai via em seu filho um diplomata, político e continuador de uma linhagem patriarcal oligarca.

2. A Universidade do Rio de Janeiro (URJ) foi criada em 1920 e foi a primeira Universidade de cunho federal do país, resultado de uma fusão entre a Escola de Engenharia (criada a

uma realidade para Anísio que, em 1924, se viu nomeado a Inspetor Geral de Ensino, na Bahia e nesta função viajou e visitou Espanha, Bélgica, França e Itália na busca por novos modelos e inspirações sobre sistemas educacionais.

Foi na Bahia, como inspetor, que sentiu as diferenças entre o ensino do qual usufruía, e o que era ofertado nos poucos colégios da capital, nos quais não havia estrutura física e monetária nestas instituições. “Cabia ao aluno fornecer cadeiras e mesas improvisadas com barricas, caixotes, pequenos bancos de tábua, tripeças estreitas e mal equilibradas, cadeiras encouradas ou tecidas a junco” (Nunes, 2010, p. 17). Desde a primeira Constituição Estadual Baiana, de 2 de julho de 1891 foi prevista a gratuidade e a universalidade do ensino primário, o que na prática estava reduzido à alfabetização precária por uma classe docente despreparada.

Teixeira escreveu e teorizou mudanças estruturais para a educação, além de ter sido professor no estado da Bahia, em 1928, nas disciplinas de História e Filosofia na Escola Normal de Salvador. Sua carreira de político da educação continuou quando se mudou para o Rio de Janeiro, em 1931, e tornou-se funcionário do Ministério da Educação e Saúde Pública e posteriormente enquanto diretor-geral do Departamento de Educação do Distrito Federal. Idealizou o programa do Partido Autonomista do Distrito Federal, em 1935, destacando a necessidade do Estado em se assumir enquanto regulador à distribuição de bens e em repúdio à dinâmica populista, em postura claramente crítica quanto ao governo de Getúlio Vargas (Teixeira, (c) s/d). Em 1932, casa-se com Emília Teles Ferreira a quem chamava de “minha professora de afetos”, companheira de atividades e intelecto e

partir da Academia Real Militar em 1810), a Faculdade de Medicina (inaugurada em 1832 no antigo Colégio dos Jesuítas) e com a Faculdade de Direito (de 1891 que já era uma fusão entre a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e a Faculdade Livre de Direito da Capital Federal). Com diversas modificações e progresso na concepção da educação pública no Brasil, tornou-se o que hoje conhecemos como Universidade Federal do Rio de Janeiro.

com quem gerou duas filhas e dois filhos. Neste documento, Teixeira escreveu sobre a necessidade da valorização e difusão da cultura e da cidadania, da liberdade de imprensa e pela defesa da educação e da saúde. Escrito a próprio punho, o programa destacou a necessidade de se “assumir uma renovação e integrar o Brasil em uma coerência política, social e moral” (Teixeira, (c), s/d).

Nunes (2010) interpreta essa iniciativa de Teixeira como uma maneira de defender a construção de um sistema de ensino público que iria da escola primária até à Universidade, com foco na cidade do Rio de Janeiro. Passível de outras intenções e propostas políticas, fez de diversas facetas de sua vida pública e privada dedicadas à estrutura e às condições da educação brasileira. Teixeira foi perseguido pela ditadura *varguista* no início dos anos 40 e viu seu projeto ser tomado pelo ideal populista católico de uma educação destinada ao trabalho para os mais pobres e uma educação culta e reflexiva para as elites. Esse complexo paradoxo educacional, até aos dias de hoje, não está distante de ser resolvido; o sistema público de ensino cada vez mais atacado e criticado por uma elite política e econômica que visa a privatização da saúde e da educação sob a justificativa de se “eliminar impostos” e equacionar contas públicas.

Ao longo de sua vida, Teixeira foi Conselheiro de ensino superior da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi o responsável pela pasta da Educação do Estado da Bahia onde criou um novo modelo educativo para o ensino integral, a Escola Parque, em Salvador. De 1952 a 1964 foi diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, além de ter sido o fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e dos Centros Regionais de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco (Vianna Filho, 1989).

Junto ao pedagogo Darcy Ribeiro, Teixeira fundou a Universidade de Brasília, onde foi reitor entre 1963 e 1964, demitido do cargo pela perseguição e supressão da autonomia universitária com o

golpe militar de 31 de março de 1964, passando a assumir lecionação na Universidade de Colúmbia e na Universidade da Califórnia. Retornou à *pátria mãe* em 1966, quando se tornou consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e foi agraciado com o título de professor emérito da já então Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1970.

Sua morte data de 11 de março de 1971 e ainda é exposta como um trágico acidente onde supostamente teria caído no poço de um elevador. Supostamente, pois no âmbito da Comissão Nacional da Verdade (CNV),³ foi apresentado um relatório apontando que Anísio Teixeira foi torturado e jogado no fosso do elevador do Edifício Duque de Caxias, no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro,⁴ os militares teriam simulado um acidente, ou um suicídio. Teixeira era visto como um *comunista* que desafiava a ordem autoritária vigente através de seus planos e intervenções na política educacional. Foi covarde e brutalmente assassinado, vítima do autoritarismo militar e de uma elite conservadora e reacionária. O basbaque sistema fracassou ao assassiná-lo; suas ideias e feitos perduram, atualizam-se e mantêm-se como um exemplo de força e empatia, de determinação a ser seguido.

A trajetória de Anísio Teixeira foi marcada pela influência do filósofo e pedagogo John Dewey, sobretudo no período em que foi seu *discípulo* na Universidade de Colúmbia, em Nova York,

3. A Comissão Nacional da Verdade foi criada em 2011 e tem por finalidade “apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988”. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv/60-plano-de-trabalho-da-comissao-nacional-da-verdade.html>>. Acesso em: 22 de maio de 2022.

4. Laudo sobre a morte de Anísio Teixeira. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/laudos/laudo_%20documentoscopico_caso_anisio_teixeira.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2022. Importante destaque para a clareza sobre o assunto em Santos, Ednei O. P. (2020). *A proposta educacional de Anísio Teixeira para a Escola Parque da década de 1950 – aplicação a modelagem digital (DBR)*. Tese de doutorado em Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia, p. 119.

terminando o curso *Teacher's College* em 1928.⁵ Dewey defendia uma educação democrática, regida pela liberdade de pensamento e reflexão dos educandos face à capacidade de pensar, questionar, relacionar teoria e prática, de problematizar o meio em que se inserem, afinal, a vida e a educação não estão dissociadas; a prática torna-se uma regente do aprender (Amaral. 2007). Precursor da corrente filosófica conhecida como *pragmatismo*, ou *instrumentalismo*, doutor em Filosofia pela Universidade Johns Hopkins, em Baltimore, Dewey viajou para diversos países, interessado sobretudo na organização escolar desenvolvida na Rússia, Inglaterra, Turquia, Japão e México, cruzando ideias, perspectivas e políticas ligadas ao ensino, filtrando para concepções ligadas ao *pragmatismo*, ao *experimentalismo*, ao *princípio de continuidade* e a *verdade como práxis*, orientadoras em sua filosofia política e educacional. Dewey contribuiu, ainda que indiretamente, para a formação crítica da Nova Escola a partir de suas reflexões e também dos ensinamentos transmitidos a Anísio Teixeira: “o pragmatismo deweyano forneceu-lhe um guia teórico que combateu a improvisação e o autodidatismo, permitiu-lhe operacionalizar uma política e criar a pesquisa educacional no país” (Nunes, 2010, p. 19).

Ainda importa conferir o sentido e devir da educação enquanto um patrimônio cultural incutido na esfera do desenvolvimento da sociedade brasileira e aproximada pelas ações ao longo da vida de Anísio Teixeira enquanto propulsor e defensor de políticas de expansão e predomínio da educação enquanto uma ferramenta social.⁶

5. Anísio havia travado contato com Dewey no ano anterior, quando de sua viagem aos EUA em 1927.

6. Ainda que não seja objetivo deste artigo discutir as contribuições de Anísio e a Educação de forma expandida enquanto patrimônio cultural e imaterial, remetemos para a Constituição de 1988, Artigo 216: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à imagem, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

“Educação não é privilégio. Educação é um direito”: os preceitos pedagógicos de Anísio Teixeira

O percurso deste grande pensador brasileiro esteve incutido em uma atmosfera de conhecimento, rigor e relações estreitas com o ensino jesuítico, que de diversas formas contribuiu para suas reflexões no âmbito educacional. Enquanto colaborador do *Arquivo Mariano Acadêmico*, publicado no Estado da Bahia entre os anos de 1916 a 1927, Teixeira deixou registrado o zelo por sua formação: “Desde cedo, para felicidade minha, fui atirado para a atmosfera sadia dos seus colégios. Criança, e criança brasileira, não levava preconceitos, nem os recebia em casa” (Vianna Filho, 1989). Relata ainda que

durante os doze ou quatorze anos de discípulo dos jesuítas, entre 1911 e 1923, tive a experiência dos ardentes conflitos religiosos, participando, com paixão, da formação intelectual e religiosa que me proporcionavam os padres. Rendi-me ao catolicismo e fiz mesmo projeto de entrar para a Companhia de Jesus. Cristão novo, vivi ardentemente meu sonho Loyoliano, durante todo o curso acadêmico, em que fui destacado congregado mariano na Bahia e depois no Rio. (Vianna Filho, 1989).

Os preceitos do humanismo – apreendidos em seu percurso nos colégios jesuítas, afinando o domínio da escrita, exposto a diversos tipos de leituras e filosofias – foram fundamentais nos projetos educacionais a que Anísio se dedicou, com especial atenção à potencialidade dos alunos enquanto seres sociais e ao professor enquanto um atenuador da aprendizagem.⁷

A Educação, para Anísio ((b), s/d), tratava-se mais de uma concepção filosófica e política do que uma necessidade de técnica no educar,

7. Segundo Nunes (2010) os seus hábitos mais pessoais e estéticos também foram desdobramentos desta vivência religiosa com experimentação científica; “aprendeu a vestir-se, alimentar-se, viajar, preferir, organizar, suportar privações e adversidades, superar obstáculos. Construiu um estilo de andar, de expressão do rosto, o costume da concentração, do recolhimento interior, a regularidade na hora das refeições, do sono, do despertar (...)”.

seria preciso “se alimentar de filosofia, de pensamento e imaginação”. A cultura nacional deveria ser enaltecida a partir da educação escolar, não com base na economia e no desenvolvimento industrial, mas sim na realização “no campo das artes, das letras e da ciência”, sublinhando a importância dos livros e dos “recursos áudio-visuais do cinema, do rádio e da televisão”. Defendia o ensino universal para homens e mulheres.

Para além da tecnicidade de se ler e contar, Teixeira defendia uma educação participativa e com significado a partir do cotidiano. Desta feita, “o programa da escola será a própria vida da comunidade, com os seus trabalhos e contradições, as suas características, devidamente selecionadas e harmonizadas” (Teixeira, (d), s/d). Além disso, sua proposta objetivou a descentralização das normas e da direção do ensino, cabendo aos poderes locais e regionais decidirem, com base na realidade social e cultural de seus limites geográficos, o que deveria ou não constar em uma matriz curricular. Para tanto, Teixeira pesquisou e escreveu sobre o desenvolvimento histórico da educação no Brasil a partir do período da colonização portuguesa, sempre respeitando os limites e condicionantes deste processo de desenvolvimento e as possibilidades para o ensino básico ao superior (cf. Teixeira, 1989).

A germinação de ideias sobre os projetos criados por Anísio Teixeira foi amplamente influenciada por Dewey e por sua filosofia pragmática e experimentalista democrático-socialista sobre o ensino. Teixeira escreveu na apresentação do livro *Democracia e Educação* que a obra de Dewey

[...] é a mais sólida e a mais convincente das reivindicações do pensamento moderno, no sentido de demonstrar a sua inalterável continuidade com todo o pensamento da humanidade e a sua vigorosa capacidade de restaurar e revitalizar todos os valores morais e espirituais indispensáveis à vida do homem. (Teixeira, 1979).

Este elogio não se perde com palavras; o autor encontra na problematização de Dewey a visão base de a educação existir enquanto

um instrumento de continuidade da vida social, uma ferramenta *possibilitadora*. A certeza de que a teoria social conduz a um paradigma metodológico para a investigação, planejamento e execução prática. Para Teixeira, no contexto educacional, “a diversificação é a condição para o florescimento de uma cultura, e a uniformidade a condição para a sua petrificação e morte” (Teixeira, (a), s/d). Os quarenta anos de vida pública em diferentes contextos sociopolíticos foram determinantes para esta motivação de uma proposta de educação popular, inclusiva e cultural inserida em um *modus operanti* que privilegia a relação entre a população e um governo com senso crítico e consciente. Tinha, portanto, o objetivo de uma mudança estrutural que levasse uma educação para poucos a uma educação de “muitos para muitos”.

A educação como um todo inquietava Teixeira. Suas reflexões pedagógicas e filosóficas passam pelo ensino de crianças, adolescentes e adultos, com uma importante contribuição para o ensino público e gratuito que temos nos dias atuais nas universidades públicas brasileiras. Propôs a criação de bolsas de estudo no país e no exterior com uma “Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior”, o primeiro tijolo do que hoje concebemos como CAPES, o órgão mais importante na divulgação e financiamento da ciência no Brasil e, justamente por isso, o mais atacado nos últimos anos sob o governo do atual presidente, de orientação conservadora, Jair Bolsonaro. Teixeira escreveu fervorosamente sobre a necessidade de uma nova organização estratégica do ensino superior, sempre defendendo o seu *status* público.

Sob a condução da CAPES, Teixeira teria um pressuposto implícito, segundo Nunes,

[...] o de que não há país capaz de sobrevivência digna sem instituições, sobretudo universidades, capazes de produzir conhecimentos e propor soluções próprias às questões que o afligem. Mas o que gostaria de enfatizar, na sua defesa do ensino e da pesquisa, e que geralmente não tem merecido suficiente destaque, é a *liberdade de criação*. Graças a uma interlocução

ativa dentro do pensamento social brasileiro, com os nomes mais destacados da intelectualidade, Anísio colocou a educação em sintonia com os avanços das demais ciências humanas e sociais. (Nunes, 2010, pp. 33-34).

Para teorizar este objetivo com bases que fossem aplicadas na prática, Anísio adentrou na filosofia *deweyana* como forma de integrar a realidade brasileira da primeira metade do século XX com uma proposta educativa condizente: país explorado durante séculos, experienciava há pouco a Independência e a liberdade do sistema escravagista, com predominância de um sistema coronelista e profundamente desigual e desenvolvido. Entrelaçar esta realidade caracterizada pelo passado nacional enquanto um processo de reconciliação entre a tradição e o conhecimento científico, e da própria base sociocultural do passado e do presente foi um tipo de movimento teórico possibilitado pelo pensamento filósofo educacional de Dewey, adaptado com sentido no contexto brasileiro para a definição da busca do futuro da sociedade, baseado em uma democracia ainda embrionária. Para Teixeira (1969), “toda verdadeira crise humana é uma crise de compreensão do presente, [...]. Cabe-nos [...] tornar o presente compreensível, a despeito das contradições, por intermédio do que chamamos cultura”.

A Escola Nova e o Manifesto dos Pioneiros da Educação

Um sistema escolar público e gratuito para promover a formação de cidadãos críticos e o ensino de qualidade foram os pilares defendidos para a educação no Brasil por Anísio Teixeira. Junto de Fernando de Azevedo (o escritor na íntegra do documento, aprovado e assinado pelos demais), Lourenço Filho, Cecília Meirelles e outros 24 intelectuais, Teixeira colaborou na reflexão d’*O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* em 1932, um apelo à Escola Nova e à modernidade.⁸

8. O conceito de *modernidade* é aqui invocado muito embebido na então “recente” Semana de Arte Moderna, ocorrida em São Paulo em 1922 que lançou desafios à literatura, música,

O Manifesto foi publicado em um dos períodos de maior crise e de mudanças na história brasileira, período no qual vários movimentos se constituíam ainda atravessados pelas influências das oligarquias e do coronelismo e, mediante as mudanças sociais que corriam, tomaram forma contrária a estas influências, findando o período conhecido como *República Velha* ou *Primeira República* (1889-1930). A *Segunda República* (1930-1937) abarca o governo populista de Getúlio Vargas, é marcada pela instabilidade política e pela busca por uma construção efetiva de um projeto nacional capitalista, com disputas e confrontos internos na busca pela ordem “metabólica” (Mészáros, 2007) nacional.

É neste contexto que os *pioneiros* da Escola Nova – como ficaram conhecidos – romperam com a escola tradicional, baseando-se no ideal de uma educação democrática capaz de fomentar a aprendizagem crítica e partilhada. Segundo Santos (2020, p. 92), o Manifesto foi “redigido para responder ao questionamento feito pelo ministro da educação varguista, Francisco Campos, durante a quarta conferência da Associação Brasileira de Educação (ABE)”. Também foi fortemente influenciado como oposição aos conservadores católicos que defendiam a educação tradicional, religiosa e privada.

O documento lançado pelos *pioneiros* é importante para reconhecermos o pensamento e as influências que caracterizam a atuação de Anísio Teixeira. Os problemas na estruturação educacional nos tempos modernos, como acusava o manifesto, não são analisados e articulados para que haja uma resolução. O problema central da educação encontra-se, portanto, na desorganização, “na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação” (Azevedo, 1932).

poesia e arte visual. Vide Oswaldo de Andrade que com o seu *Manifesto Antropofágico* desejou “engolir” as técnicas e influências do exterior para incentivar a criação de algo local, focado, uma espécie de “canibalismo cultural”.

A explicação para tais falhas encontra-se na ausência de uma cultura geral (e aqui podemos rever o apelo de Teixeira para uma construção e valorização da cultura nacional), onde houvesse um pensamento de unidade para a construção da educação, dando-lhe seu devido valor. Uma das alternativas para melhorar esse desentendimento e desinteresse, seria a busca do educador por novos horizontes de conhecimento, em todos os aspectos que lhe for possível, não se restringindo ao básico ou ao mínimo. Vista a renovação e transformação nos diversos setores industriais e econômicos no Brasil, as iniciativas para obras educacionais encontravam-se em cheque. As bases para essa mudança seriam, portanto, “a força das ideias e a irradiação dos fatos” (Azevedo, 1932).

A determinação da educação varia de acordo com cada regime social e filosófico em que se encontra,

É evidente que as diferentes camadas e grupos (classes) de uma sociedade terão respectivamente opiniões diferentes sobre a “concepção do mundo”, que convém fazer adotar ao educando e sobre o que é necessário considerar como “qualidade socialmente útil”. (Azevedo, 1932).

As pretensões da sociedade refletem diretamente na forma que a educação será aplicada,

A questão primordial das finalidades da educação gira, pois, em torno de uma concepção da vida, de um ideal, a que devem conformar-se os educandos, e que uns consideram abstrato e absoluto, e outros, concreto e relativo, variável no tempo e no espaço. (Azevedo, 1932).

A proposta para essa nova educação, de acordo com Teixeira, deve-se desprender das antigas metodologias e dos velhos objetivos. A educação deve servir de acordo com as aptidões, e não com as condições de classes. O indivíduo tem “o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social” (Azevedo, 1932). Portanto,

a educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar a ‘hierarquia democrática’ pela ‘hierarquia das capacidades’, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de ‘dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento’, de acordo com uma certa concepção do mundo. (Azevedo, 1932).

Os valores atribuídos à Educação Nova, propõe-se a construir figuras humanas e não máquinas ou “instrumentos de produção”, bem como atender ao indivíduo e não aos grupos sociais (cf. Bourdieu, 1998). Apesar disso, é defendido que o trabalho “que sempre foi a maior escola de formação da personalidade moral, não é apenas o método que realiza o acréscimo da produção social, é o único método susceptível de fazer homens cultivados e úteis sob todos os aspectos” (Azevedo, 1932).

A escola como veículo público também é defendida. A vinculação do Estado com a família para a conclusão das pretensões educacionais mostra-se necessária e preferível. Além disso, cabe ao Estado criar e manter formas de acesso e estrutura social para que todos os indivíduos tenham acesso à educação, independentemente de sua classe social. Ainda nesse sentido, a “escola única” visa com que todas as crianças, de 7 a 15 anos de idade, tenham ensino público e de qualidade, comum e igual para todos.

Importa destacar que o Manifesto defendeu a laicidade, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação para o sistema de ensino brasileiro. A laicidade entra em plano para que a educação esteja sempre acima de qualquer crença religiosa; a gratuidade para que todos os cidadãos tenham direito à educação; a coeducação defende o ensino e igualdade de educação para ambos os sexos, sem separações. A autonomia de verbas financeiras para manter e construir a educação no

país deve caber a órgãos de ensino, geridos pelo Estado e sem influências partidárias ou de interesses secundários. A unidade nas escolas também deve existir para que todos os estados do Brasil consigam abranger seus cidadãos, sem centralizar a educação apenas em alguns pontos. Para os autores, “unidade não significa uniformidade. A unidade pressupõe multiplicidade” (Azevedo, 1932).

Em suma, o documento de fundação da Educação Nova pretendia e reivindicava uma organização social a partir da educação.

As ponderações refletidas no Manifesto tomam forma ao longo das décadas seguintes, sendo um dos documentos mais importantes para a educação no Brasil. Seus preceitos são fundamentais na obra e vida de Teixeira, que valorizava acima de tudo a concepção de uma educação *de todos para todos* e pela democracia, ainda que muito crítico sobre as relações que esta promulga.

[...] com a industrialização desapareceu a integração entre o homem e seu trabalho, que dividido e superdividido passou a ser esforço coletivo e impessoal. Depois, com o desenvolvimento do saber, também este passou a ser especializado e não oferecer senão algo muito reduzido de saber realmente comum. Com isso desfez-se a integração entre o homem e o saber. Com a democracia, por fim, entendida como processo de maior participação de cada indivíduo nos bens da vida, esses bens passaram a ser concebidos como bens materiais, únicos que eram possíveis ao acesso de cada indivíduo. E a democracia fez-se uma democracia de consumo, o homem se sentiu tanto mais importante quanto mais pudesse consumir. (Teixeira, (d), s/d).

Ao retornar de seu mestrado em Columbia, Teixeira afasta-se ainda mais dos preceitos institucionais da Igreja e integra-se mais à vida política, participando ativamente e entusiasticamente da Associação Brasileira de Educação (ABE). Para Teixeira (apud Santos, 2020, p. 94) “a democracia é, literalmente, educação. [...] A educação é, portanto, não somente a base da democracia, mas a própria justiça social”. É

com este fecundo pensamento de mudança e progresso fundado na concepção da Escola Nova que se idealizará e se concretizará o projeto da Escola Parque.

A Escola Parque

Anísio Teixeira ocupou o cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) em 1952, e concretizou um projeto focado na formação escolar no sentido mais amplo que integrou o desenvolvimento e intenção artística, focou-se no desenvolvimento físico e recreativo das crianças com o objetivo de uma educação *integral*. Teixeira transpôs o projeto do papel para uma iniciativa prática de uma escola de educação integral, no bairro operário da Liberdade, em Salvador, tendo como diretriz comum a relação entre as práticas de trabalho, o lado recreativo, lúdico e de socialização e extensão cultural, atrelados na maneira de se ensinar.

O primeiro centro educacional com esta base pedagógica foi inaugurado em 1950, a Escola Parque da Bahia no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, tendo a sua finalização enquanto projeto completo apenas no ano de 1962. Este modelo expandiu-se para diversas localidades brasileiras e para o Distrito Federal (DF), que atualmente mantêm 5 escolas-parque (a primeira surgiu em 1960⁹) identificadas com uma importante valorização e autonomia do indivíduo educando nas vias de uma visão arte-educação.

A conjuntura brasileira era conflituosa: por um lado o nacionalismo paternalista de Getúlio Vargas apoiado pela burguesia até 1945 e por uma elite conservadora e defensora das multinacionais, portanto, dependente do capital estrangeiro. Essa fração assume o poder em 1946 com o General Eurico Gaspar Dutra, “simpático a influência

9. Escola-parque 307/308 Sul. Em 1977 Escolas-parque 313/314 Sul e 303/304 Norte. Em 1980 Escola-parque 210/211 Norte e, em 1992 Escola-parque 210/211 Sul.

norte-americana e ligado aos partidos das velhas oligarquias tradicionais” Santos, 2020, p. 103). Na Bahia, governava Otávio Mangabeira que convidou Teixeira para ser Secretário de Educação e Saúde, que lhe possibilitou desenvolver um relatório sobre a situação destas componentes no estado. O relatório, entregue em 1949, viria a chamar-se Projeto Unesco e foi fundamental para mapear e fundamentar a situação crítica da saúde e da educação na Bahia.

Anísio Teixeira propôs a criação de Centros Educacionais em Salvador, e nos Centros Regionais de Educação para o interior – nunca materializados – e bibliotecas públicas, como a criada no bairro de Nazaré, a Biblioteca Monteiro Lobato, em homenagem ao seu amigo escritor (Santos, 2020, p. 105). O projeto original abrangia um conjunto de diversos centros nos bairros, denominados Escolas-Parque e Escolas-Classe, criando uma verdadeira teia de conhecimentos e trocas culturais. Idealmente teriam “as funções tradicionais da escola preenchidas em determinados prédios [nas escolas-classe] e as de educação física, social, artística e industrial em outro ambiente [na escola-parque]” (Teixeira, *apud* Santos, 2020, p. 109). O trabalho artístico, manual, intelectual e criativo eram incentivados; a escola ofertava seis refeições diárias e dispunha de um internato, gabinetes médicos, dentistas, biblioteca, teatro, anfiteatro ao ar livre, espaços verdes, quadras esportivas. Um verdadeiro *complexo* educativo.

A escola-parque é uma “pesquisa aplicada”, desenvolvida através da *Design Based-Research*, fundada por John Dewey, com complexos voltados para as diversas facetas da educação (artística, física, intelectual); é uma “verdadeira universidade mirim, com a participação da comunidade na utilização das escolas” (Santos, 2020, p. 92). A proposta de Teixeira era conceber uma escola que valorizasse o aluno, pautada em valores democráticos para formar alunos críticos e autônomos, “por meio de experiências e reflexões orientadas para um novo modelo de sociedade conciliável com o caráter construtivista e progressista” (Freitas, 2020, p.3).

Para Santos (2020, p. 100), Teixeira vai além dos princípios do *manifesto dos pioneiros* com uma inovadora teoria de educação que tem por princípio a democracia e a justiça social, uma escola voltada para “o mundo dos homens” voltada para a ciência, para o trabalho, a saúde física, bucal e mental, preocupa-se com a alimentação e o bem-estar no espaço escolar e na vida social.

A educação para o trabalho, das artes e ofícios, ele coloca oficinas da Escola Parque. E aí coloca o diferencial: a biblioteca, o teatro. Dali, a criança, o jovem não sairia pronto para a fábrica apertar o parafuso, como Chaplin demonstraria no filme ‘Tempos Modernos’ (1936). O jovem saberia o funcionamento daquele processo produtivo, o porque daquele processo. Como ele dizia, “não somente ser capaz de ensinar todos os nomes de geladeiras e toda a história da geladeira; ensinar como funciona a geladeira”. (Santos, 2020, p. 124).

Fazendo um paralelo a uma experiência de ensino universitário em Keele, Inglaterra, o *Education Yearbook* de 1959, Teixeira explicita que

com os nossos recursos técnicos modernos, estamos em condições de oferecer a cada jovem, antes de terminar o nível secundário de estudos, um quadro da cultura contemporânea, desde seus primórdios até os problemas e complexidades dos dias presentes. (Teixeira, 1963, p. 92).

E ainda que não existissem os professores especializados como apresentado em Keele, para Teixeira podíamos por exemplo compensar com a televisão, o cinema, os discos, “[...] podemos levar todos os jovens a ver e ouvir, ou pelo menos, a ouvir, esses especialistas e, a seguir, com o professor da classe, desdobrar, discutir e complementar as lições que grandes mestres desse modo lhe tenham oferecido”. Sua intenção era lidar com os meios disponíveis, com otimismo e resiliência, apostar na cultura popular e no incentivo ao ensino autorregulado a partir dos meios disponíveis.

O ideal pedagógico de Anísio Teixeira percorre uma visão de busca pela igualdade através da educação e da aprendizagem em seus diversos nichos, pois

não considerou as classes populares urbanas como obstáculos sociais e políticos e por esse motivo defendeu a educação como instrumento de superação de uma carência que não é do indivíduo, mas da cultura erudita que lhe faz falta. Pôde perceber que a desigualdade entre as pessoas não estava dada. Era feita. (Nunes, 2010, p. 23).

Podemos dizer que Teixeira é *nosso contemporâneo*. Suas propostas e reflexões ainda são necessárias e atuais, vislumbram mudanças, sacodem o nosso conforto diante do conformismo.

O Anísio que se torna referência está entre nós no resgate da memória e da história da nossa sociedade e da nossa educação; na generosa militância da cultura e no exercício digno da política; no diálogo da ciência com a arte; em projetos de educação que integrem a cultura e o trabalho; na força que nos move na defesa de que a educação não é privilégio!. (Nunes, 2010, p. 59).

Considerações Finais

“Anísio, em verdade, era um inconformado”, disse Luiz Vianna. Acrescento: foi um homem em permanente busca pelo aprimoramento e qualidade no que acreditava ser a força motriz para a mudança de uma sociedade: a educação. Soube relacionar a sua fé e sua crença religiosa com uma inquietante curiosidade pelo diferente e por questões que sentia ainda serem carentes de resposta. Disse em uma carta para sua irmã Sinssinha, em 1939:

A busca humana da verdade continuará, essa sim para sempre. A verdade religiosa quando não é pura verdade continuará, essa sim para sempre. A verdade religiosa quando não é pura verdade sobrenatural, mas toca o mundo natural, representa as grandes intuições do espírito

humano, os seus momentos de inspiração divina. Que prazer, porém, ver-se que essas intuições acabam por se provar verdadeiras diante da experiência e da ciência experimental! Esse é o caso da natureza humana. (Teixeira, *apud* Vianna Filho, 1989).

Percorrendo brevemente a trajetória do personagem histórico que foi Anísio Teixeira, e apenas uma ínfima parte de sua vasta produção intelectual, é fácil e compreensível reconhecê-lo como um eficiente administrador e um importante pensador político da educação, tendo deixado marcas positivas para o progresso educacional no Brasil. Vivenciou períodos de mudança e de diversas questões no âmbito educacional e da própria estrutura da administração pública, produziu dezenas de documentos que registraram as suas reflexões, inquietações e propostas de construir modelos organizativos no sistema educacional brasileiro ao longo de quarenta anos. Teixeira marca uma permanente atualidade na luta pelo direito à educação pública e de qualidade, atualmente e mais do que nunca ameaçada pelo conservadorismo da elite brasileira. A educação brasileira desalenta pela falta de comprometimento da sociedade e dos responsáveis dos poderes públicos, com uma visão egoísta e individualista que cega a senda da democracia. Esquadrinhar o seu pensamento e sua luta traz um cálice de ânimo e o vislumbre de alguma esperança, suas palavras, “são as sombras que põem relevo às luzes e às cores da existência”.

Referências bibliográficas

Amaral, Maria Nazaré. (2007). *Dewey: Filosofia e Experiência Democrática*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Bourdieu, P. (1998). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Editora Vozes.

Freitas, T. C.; Wiggers, I. D. (2020). Escolas-parque de Brasília: diálogos com a produção acadêmica. *Linhas Críticas*, Brasília, v.26.

Mészáros, István. (2007). *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico*. São Paulo: Boitempo.

Nunes, Clarice. (2010). *Anísio Teixeira*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.

Santos, Ednei O. P. (2020). *A proposta educacional de Anísio Teixeira para a Escola Parque da década de 1950 – aplicação a modelagem digital (DBR)*. Tese de doutorado em Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia.

Teixeira, A. (1969). *Educação no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional.

Teixeira, Anísio. (1963). Mestres de Amanhã. *Revista de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.40, p. 92.

Teixeira, Anísio. (1989). *Ensino superior no Brasil: Análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Teixeira, Anísio. Apresentação. In Dewey, John (1979). *Democracia e educação: introdução à filosofia da educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Vianna Filho, Luiz. (1989). Introdução. In Teixeira, Anísio. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Fontes

Brasil. Constituição Federal, 1988. Brasília, 1988.

Constituição do Estado da Bahia (1891). <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/224181>> Acesso em: 20 de maio de 2022.

Azevedo, Fernando. et. al. (1932). *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/manifesto_1932.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv/60-plano-de-trabalho-da-comissao-nacional-da-verdade.html>>. Acesso em: 22 de maio de 2022.

Laudo sobre a morte de Anísio Teixeira. Disponível em: <http://cnv.memorias-reveladas.gov.br/images/pdf/laudos/laudo_%20documentoscopico_caso_anisio_teixeira.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2022.

Laudo sobre a morte de Anísio Teixeira. Disponível em: <http://cnv.memorias-reveladas.gov.br/images/pdf/laudos/laudo_%20documentoscopico_caso_anisio_teixeira.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2022.

Oliveira, Antônio. *Uma breve história da UFRJ*. Disponível em: <<https://ufrj.br/acesso-a-informacao/institucional/historia>>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

Teixeira, Anísio. (a). *Diversificação: condição de florescimento cultural*". CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Anísio Teixeira, pasta AT pi Teixeira, A. 0000.00.00/15. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AT_prodInte&pagfis=5732>. Acesso em 20 de maio de 2022.

Teixeira, Anísio. (b). *Esboço de trabalho distinguindo a função dos políticos e pensadores de um lado e dos técnicos de outro, dentro da atividade educacional nacional*. CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Anísio Teixeira, pasta 0000.00.00/17. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AT_prodInte&pagfis=5747>. Acesso em: 24 de maio de 2022.

Teixeira, Anísio. (c). *Manuscrito de um partido político*. CPDOC/ Arquivo Fundação Getúlio Vargas. Pasta 1937/1946.00.00. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AT/textual/manuscrito-de-um-programa-de-partido-politico-s-l>>. Acesso em: 22 de maio de 2022.

Teixeira, Anísio. (d). *Trabalho criticando o modelo escolar brasileiro*. CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Anísio Teixeira, pasta AT pi Teixeira, A. 0000.00.00/12. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AT_prodInte&pagfis=5704>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

EIXO TEMÁTICO

**“DIÁLOGOS NEM TÃO (IN)
VISÍVEIS ASSIM ENTRE
HISTÓRIA, LITERATURA
E SOCIEDADE”**

A POEIRA EMBAIXO DO TAPETE: AS PALAVRAS DE SYLVIA RIVERA

Ruan Nunes Silva (UESPI)

Dizer que a literatura e a sociedade possuem relações próximas é permanecer na superfície. Como lembra Raymond Williams (2011), um dos grandes teóricos dos Estudos Culturais, a literatura é uma prática na sociedade. Aprofundando o assunto, ele ainda sublinha que tanto a literatura quanto a arte em geral “podem até ter características bastante específicas como práticas, mas não podem ser separadas do processo social geral.” (WILLIAMS, 2011, p. 61) Em outras palavras, seguindo o argumento do teórico galês, não se trata de pensar se a literatura reflete a sociedade ou se há um ato de reprodução: o importante é compreender a mediação e os efeitos em nossas vidas.

Ao tratar da mediação em *Marxismo e Literatura*, Williams (1979, p. 101) argumenta que “[n]ão devemos esperar encontrar (ou encontrar sempre), realidades sociais ‘refletidas’ diretamente na arte, já que estas (sempre ou com frequência) (sic) passam através de um processo de ‘mediação’, no qual seu conteúdo original é modificado.” Em outras palavras, a noção de que a literatura reflete a sociedade é controversa porque um reflexo esvaziaria a possibilidade de agência da qual está imbuída a mediação. Assim, “a cultura é uma mediação da sociedade.” (WILLIAMS, 1979, p. 102)

Maria Elisa Cevasco (2011, p. viii), professora da USP e estudiosa da obra de Williams, afirma que “[a] produção cultural é fundamental na reprodução da sociedade e está profundamente imbricada em

seus conflitos e lutas, cujas marcas moldam a própria estruturação dos modos de dar sentido à vida [...].” Cevasco (2011, p. viii) argumenta que o próprio ato de fazer crítica “é um instrumento de descoberta e interpretação da realidade sócio-histórica inscrita na produção cultural.” Compreendo, portanto, que o ato crítico de ler a cultura também perpassa os objetos que são problematizar nas áreas das artes como, por exemplo, discursos e ensaios autobiográficos. Pensando ensaios e discursos como obras literárias e culturais que nos dizem sobre a sociedade, quero enfatizar como esses mesmos artefatos podem desfazer “uma só cosmologia” reinante como sublinha a pesquisadora trans Dani Balbi (2019).

Quero pensar aqui as autorrepresentações de pessoas trans* a partir dos Estudos Culturais em suas interseções (nem sempre harmônicas) com os feminismos e a teoria *queer*. Ao observar essas representações, meu interesse é problematizar a demanda contemporânea por representatividade que, muitas vezes, apaga elementos complexos e problemáticos das histórias de sujeitos. O que quero dizer é que não leio as palavras de Sylvia Rivera, mulher trans estadunidense de ascendência porto-riquenha e venezuelana, como exemplo heroico ou modelo exemplar de como pessoas trans* são, se identificam ou deveriam ser. Pelo contrário, ao me aproximar de suas palavras, prefiro me ater ao conjunto de elementos políticos que circulam e aderem ao seu corpo e à sua história. Dito de outra forma, desfaço-me da perspectiva heroica de uma narrativa de um “ícone” pós-Stonewall e leio seus discursos e ensaios como exercícios de um a(r)tivismo que nos falam para além de um centro e uma margem. É nesse ponto que acredito ser útil compreender as estratégias dos Estudos Culturais como não só relevantes, mas profundamente atuais no exercício crítico de evitar construções teleológicas de como o passado nos chega.

Embora iniciado na Educação para Adultos, os Estudos Culturais se consolidaram em espaços críticos e acadêmicos especialmente a partir dos anos 1960 ao questionarem as concepções vigentes de

cultura. Orientadas por discussões marxistas nem sempre harmônicas ou homogêneas, as pesquisas de Raymond Williams, E. P. Thompson e Richard Hoggart se “distingue[m] por pensar as características da arte e da sociedade em conjunto, não como aspectos que devem ser relacionados, mas como processos que têm diferentes maneiras de se materializar na sociedade e na arte.” (CEVASCO, 2003, p. 64)

Para desenvolver um projeto de solidariedade, as pesquisas situadas nos Estudos Culturais destacavam seu desejo por uma “crítica engajada” que seria capaz de “estabelecer ligações orgânicas do trabalho intelectual com grupos sociais.” (CEVASCO, 2003, p. 74) Nota-se, portanto, o objetivo de criar espaços de crítica nos quais desenvolver-se-iam intelectuais orgânicos que, de acordo com Stuart Hall (2013, p. 228): deveriam não só “estar na vanguarda do trabalho teórico” e “conhecer bem e profundamente”, mas também e talvez principalmente “não pode[r] subtrair-se da transmissão dessas ideias, desses conhecimentos [...] aos que não pertencem, profissionalmente, à classe intelectual.”

Um dos nomes mais significativos da recepção brasileira dos Estudos Culturais, o teórico britânico-jamaicano Stuart Hall (2013) descreve em “Estudos Culturais e seu legado teórico” a complexidade de histórias, narrativas e desafios de participar do projeto. Buscando oferecer um ponto de vista sobre a formação passada da área, Hall (2013, p. 221) argumenta que os Estudos Culturais “abarcam discursos múltiplos, bem como numerosas histórias distintas.” Isso significa dizer que os Estudos Culturais atravessaram e ainda atravessam significativas mudanças que não só têm reorientado o debate, mas também as perspectivas críticas inscritas em seu seio teórico.

Hall (2013) descreve o projeto político dos Estudos Culturais como “o trabalho teórico da interrupção” e destaca a entrada dos feminismos e das questões de raça como mudanças paradigmáticas na forma de trabalho. A centralidade que tais perspectivas críticas assumiram dentro do projeto revitalizaram não apenas as formas de análise, mas

principalmente as bases teórico-críticas, mantendo em destaque a própria vocação mundana sobre a qual Hall demanda de pesquisas associadas aos Estudos Culturais.

Ao falar sobre vocação mundana, Hall (2013, p. 222) sugere que se deve devolver os Estudos Culturais não a um passado fechado, mas sim retirar o projeto “do ar límpido do significado, da textualidade e da teoria, para algo sujo, bem mais embaixo.” De formas distintas, as interrupções dos feminismos e dos estudos de raça revelaram algo que estava “mais embaixo”, que fugia do horizonte crítico de outras pesquisas dos Estudos Culturais. Quero aqui sugerir que pensar questões de/sobre sexo são demandas que não podem mais ser varridas para baixo do tapete da teoria. As questões trans* (discuto o termo mais à frente) podem ser lidas, em meu argumento, como partes do que Raymond Williams chamou de culturas residuais e emergentes.

De forma breve, Williams (2011) descreve que existem três noções que nos ajudam a compreender a cultura, a saber a dominante, a residual e a emergente. Compreendendo que a primeira é autoexplicativa em algum nível, cabe descrever a diferença entre o que seria uma cultura residual e uma cultura emergente. Nas palavras do teórico:

Por “residual” quero dizer que algumas experiências, significados e valores que não podem ser verificados ou não podem ser expressos nos termos da cultura dominante são, todavia, vividos e praticados como resíduos – tanto culturais quanto sociais – de formações sociais anteriores. (WILLIAMS, 2011, p. 56)

Ao sugerir que existem resíduos, Williams aponta que esta cultura está, em algum nível, distante da cultura dominante. Entretanto, como se deve notar nas formas pelas quais o capitalismo e a cultura dominante operam, essa cultura residual pode ser incorporada à dominante. Como exemplo aqui penso os exercícios de resistência de pessoas que desafiaram as normas de sexo, gênero e sexualidade da cultura dominante e cujas práticas foram cooptadas após *Stonewall*

nos Estados Unidos para criar um espaço para identidades gays e lésbicas a partir de signos de respeitabilidade. Isso significa compreender, por exemplo, quais histórias de pessoas trans* têm chegado à contemporaneidade e como elas têm sido interpretadas.

Se as culturas residuais têm sido lidas como, apropriando-me de Michel Foucault, pequenos focos de resistência, as culturas emergentes revelam “que novos significados e valores, novas práticas, novos sentidos e experiências estão sendo criados.” (WILLIAMS, 2011, p. 57) O autor ressalta ainda a importância de observar e analisar as formas como o residual e o emergente são ou não incorporados pela cultura dominante.

Um significado ou uma prática pode ser tolerado como um desvio e, ainda assim, ser visto apenas como mais um modo particular de viver. Mas à medida que a área necessária de dominação efetiva se estende, esse mesmo significado ou prática pode ser visto pela cultura dominante não apenas como desrespeitando-a ou desprezando-a, mas como um modo de contestá-la. (WILLIAMS, 2011, p. 58)

Dessa forma, é importante considerar as manipulações que seduzem culturas alternativas, tornando-as facilmente assimiladas e assimiláveis. Esse é o exemplo pelo qual *Stonewall* foi apropriado por mobilizações que mais tarde, à luz de discussões críticas, foi compreendido como um movimento embranquecido e de valores heteronormativos. *Stonewall* em si já era uma cultura alternativa de resíduos: inserida dentro de uma cultura dominante e que reconhecia as formas de manter a opressão em seu lugar a partir do domínio e controle das formas alternativas. Não é por acaso que nos relatos de Sylvia Rivera que analisarei aqui notar-se-á que era confortável para a cultura dominante reconhecer a existência de pessoas desviantes da norma enquanto as mantinha em espaços de controle e vigia. É essa compreensão de cultura alternativa inserida em contextos dominantes que me proponho a criticar aqui, afinal, a ação de pessoas que

contestavam ambas as culturas é o que possibilitou uma promessa de um futuro diferente.

As próprias palavras de Rivera (2022a, p. 80) sobre a cultura nos anos 1960 revela a organização de uma cultura alternativa que se mantinha sob as rédeas de uma cultura dominante: “[...] antes da libertação gay, era a mesma coisa: ‘drag queens ali, nós aqui’.” Isso significa reconhecer que, embora um marco importante na história de direitos LGBTQIAP+ dos Estados Unidos, *Stonewall* se revelou mais tarde também um sítio de crítica a ser interrogado e relido a partir de olhares que nem às margens poderiam ser destinados. Penso aqui na construção da hierarquia do sexo desenvolvida por Gayle Rubin (2017) e como a antropóloga coloca elementos como centro da cultura (heterossexual, monogâmico, em relacionamento, por exemplo) em oposição às margens (homossexual, promíscuo, casual). Mesmo sendo excelente trabalho analítico, a crítica de Rubin não discute, por exemplo, as formações de pessoas que não se encontram nos territórios do centro e da margem, o que revela uma tensão ainda maior em termos de visibilidade e existência. Se o círculo das margens é associado às pessoas envolvidas em *Stonewall* – logo a cultura alternativa – enquanto o círculo do centro é a expressão da cultura dominante, o que sobra para aquelas que foram varridas para baixo do tapete feito poeira? É a cultura dessa gente-poeira que quero pensar como impossível de ser invisibilizada: leio-as como culturas emergentes no sentido williamsiano e sugiro que seja uma forma de reconstruir experiências do passado.

Ao pensar a poeira como metáfora para a análise, não desejo reafirmar que os relatos de Sylvia Rivera seriam, por exemplo, inferiores ou menores. Tal qual uma politização do termo menor feita por Felix Guattari e Gilles Deleuze (2014), o adjetivo “menor” aqui assume a importância de reforçar o trabalho da cultura como mediação da sociedade. Como uma pessoa trans, Sylvia Rivera se inseriu em uma luta menor na qual sua atuação desfaz as demandas de uma visibilidade heroica ao mesmo tempo que agencia coletivamente a sua voz.

Dessa forma, leio que sua existência política e seu trabalho de ativismo não deveriam ser construídos como elementos paradigmáticos no sentido de criarem uma narrativa de um ícone para uma cultura alternativa, afinal, foi essa própria cultura que a invisibilizou e a destinau ao lugar além das margens. Ler seus relatos é uma tentativa de cobrar da História o seu lugar menor: há maneiras de levantar o tapete e sacudir a poeira.

Assim como a teórica trans Susan Stryker (2017) em *Transgender History*, eu utilizo o termo trans* da forma mais ampla possível. Stryker (2017) argumenta que os sentidos do termo “transgênero” continuam a ser construídos e desafiados, porém que trabalha com uma perspectiva guarda-chuva para descrever tanto pessoas que se distanciam do gênero designado no nascimento quanto pessoas que desafiam e atravessam as fronteiras culturais de gênero.

De forma semelhante, a teórica trans Letícia Nascimento (2021, p. 18) enriquece o debate apontando que o uso do termo trans* - com asterisco – é uma estratégia para “abarcas uma série de identidades não cisgêneras.” Dessa forma, usar o termo trans* é um exercício político de inclusão, visibilidade e reconhecimento de formas diversas de ser e estar no mundo: “De modo particular, as seguintes identidades estão contempladas no termo “trans*”: transexuais, mulheres transgêneras, homens transgêneros, transmasculines e pessoas não binárias.” (NASCIMENTO, 2021, p. 18-19) Assim, destaco que em respeito ao senso coletivo do termo, utilizo trans* como um exercício de agenciamentos dessas representações políticas. Volto minha atenção agora aos eventos pós-*Stonewall* para abordar as construções de Sylvia Rivera.

Após os eventos de *Stonewall* em 1969, a primeira parada, que se chamou Parada do Dia da Libertação (*Liberation Day Parade*), aconteceu na Christopher Street em Nova York. Nesse dia Rivera realiza um discurso que se tornaria um marco contra políticas assimilacionistas das culturas alternativas gays e lésbicas. Ao assumir

o microfone, Rivera cobra uma posição mais explícita e ativa dos participantes do protesto:

Estive aqui o dia todo, pelos irmãos e irmãs gays na prisão! Eles me escrevem a semana toda e pediram ajuda, e nenhum de vocês faz merda nenhuma por eles. Já foi espancado e estuprado na prisão? Pense sobre isso. [...] As mulheres gays lutam por essas mudanças, ou para se tornarem mulheres no movimento de libertação das mulheres. E escrevem para STAR, não para um grupo de mulheres. Não escrevem para os homens. Escrevem para a STAR porque estamos tentando fazer algo. (RIVERA, 2022b, p. 67)

Ao falar sobre STAR, Rivera se refere à organização criada e mantida por ela e Marsha Johnson chamada *Street Transvestite Action Revolutionaries* que, em português, pode ser traduzido livremente como Ação Revolucionária das Travestis de Rua. Fundada em 1970, o objetivo era ser um espaço de acolhimento de pessoas que se identificavam à época como gays, lésbicas e trans*. Nas palavras de Johnson (2022, p. 51), STAR era

um grupo muito revolucionário. Opinamos que, se necessário, vamos às armas para iniciar uma revolução. Nosso principal objetivo é ver os gays livres, libertos e com os mesmos direitos que todos os demais que vivem na América. Gostaríamos de ver nossos irmãos e irmãs fora da prisão e de volta às ruas.

Após o seu discurso em 1973, Rivera sentira que os comentários de outras pessoas envolvidas no protesto diminuía o poder de uma revolução. Ela destaca o papel de Jean O’Leary, uma ativista lésbica que se opunha aos usos da prática drag e excluía questões trans* do movimento à época. Rivera descreve em “Putas inabaláveis” a situação:

O mundo percebeu em 1969, e no quarto aniversário do Movimento Stonewall, dos motins de Stonewall, que a comunidade transexual foi silenciada por uma lésbica radical chamada Jean O’Leary, que sentiu que

a comunidade trans era ofensiva para as mulheres porque gostamos de usar maquiagem e minissaias. (RIVERA 2022a, p. 80)

Nota-se como expressões trans-excludentes já estavam presentes. A pesquisadora trans Beatriz Bagagli traça um paralelo entre as formas controversas assumidas pelo feminismo:

Estas posições feministas radicais antagonizam a luta pelo reconhecimento das identidades transgêneras e os interesses das mulheres cisgêneras, a ponto de associar a presença de mulheres transexuais ou transgêneras como um perigo para espaços feministas. (BAGAGLI, 2021, p. 57)

Bagagli critica como o uso de “estereótipo de gênero”, algo já presente nos anos 1970 como uma forma de crítica e exclusão de demandas trans*, é uma prática cisgênera de reforçar os próprios territórios. Cabe recuperar aqui os círculos de Gayle Rubin (2017) como uma experiência de compreensão da sociedade: a crítica de Jean O’Leary é uma forma de buscar inserção no círculo exterior das margens. Dito de outra forma, leio a crítica de Rivera à O’Leary como uma busca pela segurança do reconhecimento da cultura alternativa por parte da segunda e um movimento em prol da emergência de outras práticas por parte da primeira. Rivera afirma inclusive que sua expressão identitária e sua atuação na prostituição não são elementos que se complementam, mas sim que se chocam como evidências de uma sociedade que invisibiliza e destrói:

O que acontece é que as pessoas não percebem [...] que todos pensamos que queremos estar nas esquinas das ruas. Não queremos. Não queremos estar nas ruas chupando pica e colocando nosso traseiro para sermos fodidas. Mas é a única alternativa que temos para sobreviver porque as leis não nos dão o direito de escolher um emprego onde nos sentimos mais seguros. Não quero ir trabalhar parecendo um homem quando sei que não sou um. Tenho sido assim desde antes de sair de casa e estou por minha conta desde os dez anos de idade. (RIVERA, 2022a, p. 81)

Os problemas econômicos são também parte da base teórico-crítica na qual Rivera desvela suas questões identitárias. Ela revela, por exemplo, as cobranças para “vestir-se como homem” para arranjar um emprego, ou seja, assumir-se como aquilo que é esperado socialmente para cumprir com a rotina e linha paradigmática de desenvolvimento de uma vida. Rivera, contudo, recusa essa oferta e busca criar outras narrativas para si. Embora essa ideia pareça deslocada dos Estudos Culturais, ela está no seio das perspectivas críticas. Se o feminismo foi, como aponta Stuart Hall, um “ladrão na noite” nos anos 1960 e 1970, quero sublinhar a importância do transfeminismo como um movimento que nos permite indagar sobre as culturas dominantes, alternativas e emergentes.

Como lembra Bagagli (2021, p. 65), uma crítica transfeminista compreende que “[p]essoas trans, antes de tudo, querem habitar o espaço social sem terem constantemente seus gêneros avaliados.” Se os feminismos, como pensa a historiadora Margareth Rago (2013, p. 27), “criaram modos específicos de existência mais integrados e humanizados, desfazendo as oposições binárias que hierarquizam razão e emoção, público e privado, masculino e feminino, heterossexualidade e homossexualidade”, deve-se considerar a tarefa do transfeminismo como uma de avaliar criticamente as fundações cisgenerizantes da sociedade. Assim, penso como Miguel A. López (2015, p. 9): os feminismos podem salvar vidas porque “mudam nossa forma de estar no mundo, alterando nossa linguagem, afetam nossa relação com outros corpos, subvertem as maneiras de escrever história.” Talvez seja útil considerar como o transfeminismo assume a cena para não só visibilizar vidas trans*, mas também “salvá-las” do arquivo do esquecimento do passado.

Transfeminismo é, nas palavras de Letícia Nascimento (2021, p. 68),

uma corrente teórica e política vinculada ao feminismo, que se divide em variadas correntes exatamente pela compreensão [...] de que é

impossível permanecer insistindo em mulher, no singular, numa condição universalizante, como sujeita única do feminismo.

Aproveita-se, portanto, de “táticas para produzir epistemologias rumo à problematização das realidades sociais” (NASCIMENTO, 2021, p. 69). Dessa forma, pensar a cultura a partir de um viés transfeminista significa reconhecer os desafios impostos pela teia de significados herdados da heteronormatividade que, de forma resumida, pode ser descrita como “uma tendência de considerar as relações heterossexuais como uma norma, e as demais formas de relações como desvios da norma.” (LEOPOLDO, 2020, p. 26) Entretanto, o filósofo Rafael Leopoldo ainda destaca que não se compreende por heteronormatividade apenas a heterossexualidade como questão sexual, “mas como um *regime político e normativo*, onde quem não estivesse nessa matriz heterossexual seria o indivíduo abjeto, rechaçado.” (2020, p. 26, ênfase no original)

A heteronormatividade como questão se materializa nas palavras de Sylvia Rivera não apenas quando ela questiona a sua realidade social e econômica, mas também quando ela abre espaço, numa apropriação de Rago (2013), para “a aventura de contar-se”:

Agora querem me chamar de lésbica porque estou com Júlia, e digo: “não, de jeito nenhum”. Não sou lésbica. Estou cansada de ser rotulada. Não gosto nada da etiqueta transgênero. Estou cansada de viver com rótulos. Só quero ser quem eu sou. Sou Sylvia Rivera. Ray Rivera saiu de casa aos de anos de idade para se tornar Sylvia. E essa sou eu. (RIBERA, 2022c, p. 109)

Embora a afirmação de não desejar nem mesmo ser “rotulada” como trans* seja controversa ou despolitizante para alguns, é importante reconhecer nessa ação uma busca por uma política que mobilize para além de conceitos identitários fixos e imutáveis. Advindas de seu último ensaio escrito em vida, “Queens no exílio, as esquecidas”,

publicado postumamente pela primeira vez em 2002, as palavras que recusam uma identidade fechada são produto de uma vida de ativismo na qual as identidades que se solidificaram serviram apenas para reproduzir processos de exclusão já autorizadas e reconhecidos pelas culturas dominante e alternativa. Dessa forma, a busca por uma revolução a partir de *Stonewall* se revelou, infelizmente, uma ação de cooptação de discursos de grupos gays em lésbicos que reafirmaram suas identidades como signos de respeitabilidade para inserção na estrutura vigente. Não deveria ser, portanto, uma surpresa ler a recusa de Rivera em se identificar com alguns traços que a posicionaram para além das margens.

“Não preciso da operação para encontrar minha identidade,” afirma Rivera (2022c, p. 109), “[e]ncontrei meu lugar e estou feliz e contente com ele. Tenho meus hormônios.” Ela ainda ressalta que não precisa se reconhecer no centro ou na margem do mundo porque vive em um terceiro espaço intersticial: “Não estou no mundo heterossexual; não estou vivendo no mundo gay; estou apenas em meu próprio mundo com Julia e meus amigos.” (RIVERA, 2022c, p. 109) Revela-se aqui o poder revolucionário de uma crítica transfeminista aliada aos estudos *queer*: uma busca por um ser/estar no mundo por meio do qual outros sentidos de existência possam fluir, sem necessariamente uma estabilidade de sentidos. Talvez fosse esse o caminho explicitado por Michel Foucault (1994) ao pensar a amizade como modo de vida e uma forma de desafiar o jogo.

Ao falar abertamente sobre sua decisão de não realizar a operação de transgenitalização, Rivera revela sua admiração por outras pessoas que buscam a ação como parte de uma construção de si. De forma política, leio aqui as formas de reconhecimento de Rivera a partir de uma prática transfeminista: reconhecer-se como sujeita é o suficiente para ser. Bagagli (2021, p. 65) explica que pessoas trans* optam por “estratégias contraditórias de sobrevivência para navegar e habitar uma sociedade cisnormativa, ao invés de um mero apreço político

mesquinho pelo ‘reforço’ destes estereótipos.” Assim, afirmar sua existência independente de expectativas sociais, culturais e biológicas é uma prática ativista e deve ser reconhecida como tal nas palavras:

“Pensei em fazer a mudança de sexo, mas desisti. Sinto-me confortável do jeito que sou. Essa jornada até o fim, que a maioria dos homens e mulheres trans fazem, é uma grande jornada. É um passo enorme e as aplaudo, mas acho que nunca seguiria esse caminho.” (RIVERA, 2022c, p. 108)

Além de questionar a forma como corpos são construídos para satisfazer tanto a cultura dominante quanto a alternativa, Rivera ainda rechaça uma parte da história de *Stonewall* que tem sido contada para reafirmar uma política LGBTQIA+:

As pessoas não percebem que o Stonewall não era um bar de drag. Era um bar para homens brancos de classe média que procuravam meninos de diferentes raças. Pouquíssimas de nós tinham permissão para estar nele, porque se tivessem permitido que todas as drag queens entrassem no clube, teria sido a ruína do próprio clube. [...] Assim, as drags que permitiam entrar eram basicamente as que tinham contatos. Costumávamos ir lá traficar drogas ou nos prostituirmos. (RIVERA, 2022c, p. 112)

Como também sublinha Stryker (2017), existem distintas versões de como os eventos de *Stonewall* iniciaram, porém uma questão que não possui várias versões é como o legado dos eventos de 1969 apagaram determinadas sujeitas de sua historiografia. A crítica de Rivera revela tanto como o bar *Stonewall Inn* era um refúgio branco de classe média quanto como os grupos que se diziam aliados como GLT (*Gay Liberation Front*) ou GAA (*Gay Activist Alliance*) reforçaram sua agenda branca e heteronormativa. Nessa onda de recusas é que surgiu o já citado projeto STAR como uma forma de prática (ainda mais) política da cultura de “casas” já existente no seio de culturas negras e latinas. (STRYKER, 2017)

Ao trazer seu ponto de vista sobre os eventos em “*Queens* em exílio, as esquecidas”, Rivera traça outra genealogia para os eventos que têm sido apropriados. Ela reforça a ação do *sit-in*¹ realizado na Universidade de Nova York em 1971 como um catalisador para repensar a história:

Ocupamos o Weinstein Hall por três dias. Isto aconteceu porque haviam (sic) muitos bailes gays no campus e de repente as autoridades universitárias a proibiram porque as famílias ricas ficavam ofendidas com bichas e sapatões dançando e prejudicando seus filhos suscetíveis. (RIVERA, 2022c, p. 118-119)

Associar-se às bichas e sapatões seria, para as famílias, um insulto e, infelizmente, foi justamente essa a mobilização da história pós-*Stonewall*. Ao pensarem os pontos de encontro entre os Estudos Culturais e a teoria *queer*, Denise Portinari e Maria Rita de Assis César (2017, p. 287-288) assinalam que a segunda coloca “o problema de pensar um projeto de inclusão de todos os indivíduos que recuse criticamente os princípios de normalização que, tradicionalmente, estiverem envolvidos na definição das identidades e dos sujeitos de direitos.” Consequentemente, pensar a teoria *queer* como uma política anti-identitária não significa apagar os traços identitários, mas recusar que eles se fixem e moldem outras subjetividades a partir da articulação de algumas práticas culturais e sociais em detrimento de outras. Enxergo aqui pontes frutíferas entre os Estudos Culturais, os feminismos (incluindo o transfeminismo) e a teoria *queer* porque todos podem ser, na perspectiva de Chela Sandoval (2000), métodos de práticas de consciência de oposição. Em outros termos, eles seriam formas de desfazer muros teóricos sólidos em prol de terrenos comuns que permitem questionar estruturas de opressão, resultando, assim, em coalizões que, de formas distintas, buscam compreender e mudar o futuro.

1. Um tipo de protesto no qual as pessoas se sentam e ocupam espaços.

Reler o passado é um exercício de contar-se criticamente. É essa a tarefa que Rivera emprega ao dizer que o protesto em Weinstein Hall “é outro pedaço da história que é muito raramente contado, mesmo na história dos gays [...]. Talvez seja porque foi protagonizado pelas drags de rua, mais uma vez, que andavam por aí desde 1969 [...]” (RIVERA, 2022c, p. 119) Ciente de suas ações no passado, Rivera continuamente desafiou – ela faleceu em 2002 – os próprios moldes estabelecidos por espaços teóricos e ativistas após os eventos de 1969. Havia um sonho e uma promessa de dias melhores em seu último escrito e é com ele que encerro esse trabalho: “Antes de morrer, verei nossa comunidade receber o respeito que merecemos. Maldita seja a minha ida à sepultura sem ter o respeito que esta comunidade merece. Quero ir aonde for em paz com minha alma e tranquilamente dizer que finalmente venci.” (RIVERA, 2022c, p. 127)

Ser poeira é, a partir das palavras de Sylvia Rivera, um exercício de um futuro emergente, uma promessa de algo além das margens e algo além do que já existe.

Referências

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Abordando estereótipos de gênero e cisgeneridade: entre a subversão e resistência nos discursos transfeministas e feministas radicais trans-excludentes. *Leitura*, [S. l.], n. 69, p. 55–68, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/9689>. Acesso em: 31 jul. 2022.

BALBI, Dani. Prefácio: Qual a pertinência deste nosso livro?. In: BERLIM, Juliana; MARQUES, Jorge (Org.). *Transliteraturas*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. p. 9-23.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez Lições sobre os Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CEVASCO, Maria Elisa. Prefácio à edição brasileira. In: WILLIAMS, Raymond. *Política do Modernismo*. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Kafka**: Por uma literatura menor. Tradução de Cíntia Vieira da Silva. São Paulo: Autêntica, 2014.

FOUCAULT, Michel. Friendship as a Way of Life. In: RABINOW, Paul (Ed.). **The Essential Works of Michel Foucault: Ethics, Subjectivity and Truth**. New York: The New Press, 1997. p. 135-140.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. Tradução de Adelaide La Guardia Resende et alli. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

JOHNSON, Marsha P. Conversando com uma travesti revolucionária de rua. In: RIVERA, Sylvia; JOHNSON, Marsha P. **STAR - Ação revolucionária das travestis de rua**: Sobrevivência, revolta e luta trans antagonista. Tradução de Alexandre W. dos Santos Silva e Francisco Raphael Mauricio. Parnaíba: Editora Terra sem Amos, 2022. p. 49-66.

LEOPOLDO, Rafael. **Cartografia do Pensamento Queer**. Salvador: Editora Devires, 2020.

LÓPEZ, Miguel Ángel. Alianças de Corpos Vulneráveis. In: LÓPEZ, Miguel Ángel (Org.). **Alianças de Corpos Vulneráveis**: Feminismos, ativismo bicha e cultura visual. São Paulo: Edições Sesc, 2015. p. 9-15.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PORTINARI, Denise; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Estudos culturais e teoria *queer*: *queerizando* os Estudos Culturais e potencializando o *queer*. In: ALMEIDA, Júlia; PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do (Org.). **Estudos Culturais**: Legado e apropriações. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 277-299.

RAGO, Margareth. **A Aventura de Contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

RIVERA, Sylvia. Putas inabaláveis. In: RIVERA, Sylvia; JOHNSON, Marsha P. **STAR - Ação revolucionária das travestis de rua**: Sobrevivência, revolta e luta trans antagonista. Tradução de Alexandre W. dos Santos Silva e Francisco Raphael Mauricio. Parnaíba: Editora Terra sem Amos, 2022a. p. 71-88.

RIVERA, Sylvia. Caladinha é mais bonita. In: RIVERA, Sylvia; JOHNSON, Marsha P. **STAR - Ação revolucionária das travestis de rua**: Sobrevivência, revolta e luta trans antagonista. Tradução de Alexandre W. dos Santos Silva e Francisco Raphael Mauricio. Parnaíba: Editora Terra sem Amos, 2022b. p. 67-70.

RIVERA, Sylvia. Queens no exílio, as esquecidas. In: RIVERA, Sylvia; JOHNSON, Marsha P. **STAR - Ação revolucionária das travestis de rua**: Sobrevivência, revolta

e luta trans antagonista. Tradução de Alexandre W. dos Santos Silva e Francisco Raphael Mauricio. Parnaíba: Editora Terra sem Amos, 2022c. p. 89-127.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo. In: RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 63-141.

SANDOVAL, Chela. **Methodology of the Oppressed**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

STRYKER, Susan. **Transgender History: The roots of today's revolution**. Berkeley: Seal Press, 2017.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011a.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

HISTÓRIA E LITERATURA: A ESCRITA DE SI DE CAROLINA MARIA DE JESUS NA SALA DE AULA

Rosane Silva Ramires (UFPB)

Buscando a compreensão histórica através da Literatura

De que forma trazer o universo do letramento para as aulas de História? De que modo propiciar possíveis interpretações sobre um mesmo fato histórico ou época, por exemplo? De que maneira o professor pode sensibilizar os alunos para a apreensão histórica para além das memorizações? O caminho escolhido nesse projeto é o da leitura escrita, isto é, aliar História e Literatura em sala de aula. A literatura por todas sensibilidades e subjetividades nela contida e, por abrigar em si fatos históricos o que pode proporcionar mais elementos para o estudo comparativo dos discursos construídos no livro didático de História utilizado em sala de aula, por exemplo. Borges (2010) coloca a História enquanto processo social, e a literatura, como uma forma de expressão artística da sociedade possuidora de historicidade e na qualidade de fonte documental para a produção do conhecimento histórico” (BORGES, 2010, p. 94)

A literatura traz o sensível, as personagens, o enredo, as emoções algo que encontramos muito pouco na maioria das coleções de livros didáticos de História. Entre as coleções de livros didáticos pesquisadas foi encontrada apenas uma que possibilita em cada capítulo esse

diálogo entre a Literatura e a História e, que foi retirada de circulação: *História em Documento: imagem e texto* da autora Joelza Ester Domingues veiculado pela editora FTD. Nas outras coleções pesquisadas há alguns contos, poesias ou letras de música em algumas atividades, porém não há um uso contínuo de tais elementos. Por tais motivos me debruçarei na possibilidade de trazer História junto à literatura para sala de aula.

Logo, o projeto tem a intenção de trazer a interdisciplinaridade entre História e Literatura enquanto perspectiva para o aprofundamento da disciplina em sala de aula e também do letramento dos alunos. Possibilidades que podem se alargar a partir desse diálogo entre estilos diferentes, pois se uma abriga em si documentos históricos e tem a responsabilidade de analisar, refutar ou não determinadas fontes para construir sua percepção de passado assinalando que o historiador fala de um lugar social e possui subjetividades; a outra tem a licença poética de não ater-se tão somente ao real para construir suas percepções sobre algum momento vivido pela sociedade e, embora não haja a obrigação com fontes fidedignas para escrever personagens e histórias, a literatura é, em grande medida, uma fonte histórica no qual a História pode encontrar vestígios do modo que parte da sociedade pensava, por exemplo, o Brasil na década de 1950.

Dessa maneira, a interlocução entre História e Literatura na sala de aula pode trazer outras compreensões sobre os processos históricos que circulavam em torno do Brasil no período intitulado desenvolvimentista. Este projeto inicia-se na cidade de Pocinhos, município localizado no Cariri paraibano, na Escola Municipal Maria da Guia Hermínio Sales, situada na periferia da cidade no qual há um baixo letramento dos discentes, em parte devido aos dois anos de pandemia que dificultou a inserção dos alunos nas aulas à distância pois, boa parte não possuía recursos financeiros para ter internet de qualidade e acompanhar as aulas. Outros fatores se agregam: baixa escolaridade dos pais, falta de biblioteca escolar ou comunitária são alguns

exemplos. Além disso, nota-se diversas deficiências no tocante a maioria dos discentes, em especial, ao que se refere ao letramento no qual é perceptível a baixa interpretação textual dos mesmos, isto é, há a decodificação das palavras e, até considerável memorização, porém ao que se refere a interpretação percebe-se a grande dificuldade em atribuir inferências por boa parte dos discentes, por exemplo.

A História se reinventa igual a todas as ciências humanas. Com o passar do tempo foi possível verificar que apenas memorizar eventos não dava conta de toda complexidade das sociedades através dos tempos. Para compreender os eventos históricos era preciso mais que memória de datas e acontecimentos ou mesmo os feitos dos grandes homens fazia-se necessário questionar, comparar, dialogar com outros saberes logo, viu-se a Geografia, a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia contribuindo para entender melhor as complexidades históricas, assim como, visibilizar outros espaços e atores sociais. A História Cultural é um dos suportes do projeto pois ela discute a respeito de outros modelos explicativos sobre o vivido. Para Pesavento (2004), história e literatura são duas representações sobre o real que podem dialogar entre si e, trazer suporte para percepções outras sobre as histórias de homens e mulheres nas sociedades e, no tempo. Para endossar essa aproximação, ela também recorre a Paul Ricoeur e seu conceito sobre reconfiguração temporal no qual o mesmo afirma que não há a apreensão do passado tal qual ele foi e nem do tempo presente, porém a literatura possibilita um tempo histórico reconstruído pela narrativa. Assim sendo, a literatura é antes de tudo fonte das sensibilidades e, também de um determinado momento histórico. E, é através dessa interdisciplinaridade de olhares que se cruzam que é possível haver ressignificações para sala de aula. Segundo Ferreira (2009), a pesquisa histórica na literatura serve para verificar de que maneira as pessoas se apropriaram do que foi escrito e, de que forma ela contribuiu para influenciar as sociedades em diferentes épocas.

O diário (a escrita de si) enquanto possibilidade(s) de letramento histórico

Levar o diário para as aulas de História torna-se desafiador pois vivemos em tempos muito práticos no qual o dinamismo, a rapidez, a lógica, a praticidade, as redes sociais pedem instantaneidade nas informações o que pode prejudicar a formação leitora, por outro lado, tal gênero textual como a escrita de si pode proporcionar aos alunos a consciência de si e do entorno ao qual ele está inserido trazendo a reflexão e introspecção tão necessárias para análise de conceitos históricos. Também suscita outros dois elementos: a imaginação e a abstração pois, por não haver a visualização de imagens no texto escrito o mergulho em outra forma de pensar sobre o mundo se descortina, personagens de outras épocas que falam sobre suas emoções e, suas percepções e, que fizeram parte de um contexto histórico, social, cultural podem proporcionar um diálogo com o passado a partir de demandas da atualidade.

A escolha pela escritora negra, nascida em Sacramento, interior de Minas Gerais, Carolina Maria de Jesus que frequentou a escola por apenas dois anos (a autora produziu diversas escritas de si, a saber: Diário de Bitita; Quarto de Despejo: Diário de uma favelada; Casa de Alvenaria além de centenas de poemas, letras de música e algumas novelas. Sua literatura foi considerada marginal por muito tempo pois revela a pobreza e fome, contudo, traz a sensibilidade e um olhar aguçado e perspicaz sobre as questões políticas, sociais e históricas de seu tempo) ocorre, em especial, porque a intenção é discutir o porquê da invisibilidade feminina, negra e periférica no contexto histórico que a autora estava inserida e, no qual há tantas mulheres hoje em condições semelhantes e, também porque ainda é tímida a inserção dessas categorias nos livros didáticos de História.

Quarto de Despejo foi escrito em um período histórico brasileiro de promessas de industrialização no país voltadas ao crescimento econômico e propagado nas revistas e rádio da época além da construção

de Brasília, a bossa nova, a moda, as colunas da revista O Cruzeiro dirigidas para um público de classe média, branco, patriarcal no qual os papéis femininos e masculinos pareciam bastante definidos.

A reflexão na sala de aula sobre as condições sociais das pessoas que com pouca ou nenhuma instrução escolar, negras, mulheres, homens pobres entendendo esse movimento enquanto construção histórica faz parte do letramento e do letramento histórico. Segundo ROCHA (2020) o letramento inclui o conjunto de práticas (intencionais ou não) que propicia determinadas condições de inserção na cultura escrita de uma sociedade, para além da escolarização. Quais espaços sociais são divididos e, quais as nuances que existem colocadas de forma esporádica nos livros didáticos por esses atores sociais. Construir um projeto de nação sem refletir acerca das desigualdades sociais vividas no cotidiano de pessoas periféricas e, ao mesmo tempo, discutidas de forma tímida, geralmente no formato de box nos livros didáticos de História, escamoteia a realidade o que dificulta entrever nossa sociedade a partir de outros ângulos históricos, sociais, cul. Logo, é a partir do olhar de Carolina sobre si, sobre Brasil, sobre periferia, sobre o que é ser mulher, negra que gravita a intenção desse projeto que aborda essas duas áreas transpondo fronteiras entre os dois saberes e, buscando a interdisciplinaridade. Vejamos o que ela diz em um dos trechos do diário sobre a condição feminina na Favela do Canindé, zona norte de São Paulo em 1955:

18 de JULHO. Veio o peixeiro Senhor Antonio Lira e deu-me uns peixes. Vou fazer o almoço. As mulheres saíram, deixou-me em paz por hoje. Elas já deram o espetáculo. A minha porta atualmente é teatro. Todas crianças jogam pedras, mas os meus filhos são os bodes expiatórios, Elas alude que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmolas. São sustentadas por associações de caridade. (JESUS, 2020, p. 23)¹

1. A grafia das palavras obedece a escrita de Carolina Maria de Jesus em sua obra Quarto de Despejo: diário de uma favelada.

Em outro momento vemos a reflexão da autora no tocante à escravidão e, sua condição social no ano de 1958:

13 DE MAIO Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos.

[...] Nas prisões os negros eram os bodes expiatórios. Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça.

[...] Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos.

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome! (JESUS, 2020, p. 36)

Percebe-se, a partir da citação acima, que a escritora a partir de questões do cotidiano traz elementos que podem ser utilizados em sala de aula enquanto possibilidade(s) de perceber os vãos existentes para maioria da população. A sensibilidade de Carolina ao traçar um retrato a partir de sua escrita aparentemente simples, mas repleta de significados e significâncias.

Na citação que segue no mesmo ano – 1958 - a ponderação sobre a forma de se fazer política e sobre democracia no país:

21 de MAIO[...] quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere nossa sensibilidade.

[...] A democracia está perdendo seus adeptos. No nosso país tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia. (JESUS, 2020, p. 42)

Uma escrita do final da década de 1950 traz uma questão contemporânea. Portanto, percebe-se que Carolina não escreve apenas sobre si ou sua condição social, mas possibilita problemáticas sobre a sociedade e sua forma de poder: a democracia. Então esse olhar aguçado dela de observar a sociedade a partir dos mais variados ângulos é que pode sensibilizar o aluno leitor a perguntar-se o porquê de tantas décadas passadas e ainda há as permanências históricas que provocam abismos sociais traduzidos em feminização da pobreza, por exemplo.

Portanto, observa-se também em sua escrita a feminização da pobreza e da fome, conceito pensado pela socióloga norte-americana Diane Pearce (1978) e, que retrata tanto a realidade de Carolina de Jesus na década de 1950 quanto de parte das mulheres nos dias de hoje é relevante à medida que explica de que maneira a desigualdade social também é histórica e se mantém. Tal conceito volta-se para as consequências de mulheres que são provedoras de suas famílias por não dividir as finanças com um parceiro e, se adequam em subempregos, constata-se é que essas mulheres são pobres por serem mulheres. Dessa forma, o acesso à educação e à capacitação é dificultado para o gênero feminino, que, conseqüentemente, não se insere no mercado de trabalho formal. O que compromete uma das fontes de renda destinadas a mulheres chefes de família, a remuneração salarial.

Interseccionalidade, Decolonialidade no Ensino de História

Para discutir também em sala de aula sobre as diversas categorias imbricadas, a saber, gênero, raça e classe utilizaremos a interseccionalidade pois esta serve enquanto possibilidade analítica que atravessaram e, atravessam não apenas Carolina Maria, mas mulheres negras e periféricas do período que nos propomos analisar e, também do hoje. Traremos conjuntamente outras discussões que são pertinentes e necessárias para ressignificações sobre o feminino, sobre a questão étnico-racial, sobre a desigualdade social. Collins; Bilge (2021)

explicitam que a interseccionalidade mostra de que forma as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais marcadas pela diversidade portanto, todas variantes que acompanham o indivíduo passando pela raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária estão interligadas e, precisam

Lugones (2019) afirma que tais categorias se cruzam. Logo, ser mulher, preta em um país periférico e de periferia não cabe na ordem colocada apenas sob a ótica colonial de gênero, porém pensar a partir de outras visões é necessário para ir além da lógica moderna capitalista. Por isso, em suas palavras, o não moderno traz reflexões não dicotômicas, isto é, compreensões plurais e multifacetadas.

Nesse sentido, propiciar rodas de conversa dentro do ponto de vista de gênero na história através da literatura feita por mulheres negras, por exemplo; observando que elas abrigam interseccionalidades porque são diversas e, não tão somente mulheres, nos mostra um caminho possível para desconstrução nas escolas da normatização e, por conseguinte do questionamento do porquê do preconceito, da discriminação, da exclusão existentes e, de uma possível reconstrução, de novas concepções sobre si e sobre o outro e, sobre esse movimento temporal entre pontos do presente e do passado. Em suma, ressignificar segmentos sociais marginalizados levando leituras interseccionais e decoloniais precisam tornar-se um exercício constante na sala de aula.

É necessário perceber que o conceito de decolonialidade deve ser entendido enquanto subversão das leituras feitas a partir de percepções eurocêntricas, patriarcais e, normativas, substituindo-o pelo olhar feminino, étnico-racial e periférico sobre Brasil.

O ensino de História abriga particularidades e complexidades logo, é importante observarmos de que forma tais conteúdos podem ser problematizados. Para tanto, Circe Bittencourt (2008), lembra da relevância de ser considerado diversos fatores ao abordar conceitos históricos na sala de aula, pois há de considerar a maturação e/ou

as questões cognitivas e também as questões sociais e culturais. As noções de tempo e espaço devem ser estudadas para trazerem o entendimento das mudanças e permanências nas sociedades através dos tempos. Bittencourt ressalta que a consciência histórica não nasce com o indivíduo e é desenvolvida a partir de diversos fatores psicológicos e, também a partir da interação do aluno com conceitos e discussões a respeito do que é História, para que serve, de que maneira os discursos históricos são construídos pois quem fala sobre algo fala de determinado lugar social atendendo a certas expectativas sociais e, o ensino de História não se dá de forma ingênua, sem intenções, pelo contrário, guarda consigo a ideia de construção de nação e, as ideologias portanto, o aluno entender a dinâmica da diversidade de atores sociais de diversas classes e, que o mesmo objeto estudado pode ter diferentes traduções, dependendo do contexto no qual se encontram, é importante. As ciências humanas são construções contínuas e, falar sobre História não é apenas revisitar o passado é antes de tudo um movimento crítico e reflexivo sobre diversas narrativas que ajudam a entender acontecimentos e personagens da história da humanidade.

Ainda é importante salientar, ao considerarmos apenas o livro didático em sala de aula podemos estar reproduzindo uma ideologia e reforçando padrões ora do Estado, ora de algum setor da sociedade portanto, para utilizarmos o livro didático é preciso também questioná-lo, pois é a partir também das indagações e, dos estudos comparativos com outras fontes que podemos confrontar e, mostrar outra percepção aos nossos alunos. Segundo Schimdt (2002, p.57) *apud* Orço, Gandolfi e Tuzzi (2014 p. 94), “[...] ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais de vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de história, temas em problemáticas”.

Sendo assim, ao inserirmos estudos comparativos em sala de aula (buscando não cometer anacronismos), levando diversas fontes primárias além da literatura e, propondo reflexões sobre elas,

possibilitamos maior compreensão histórica, ou seja, estamos reunindo um conjunto de mecanismos para que os alunos possam refletir, comparar, analisar, investigar a partir de pontos de vista diferentes que não apenas o livro didático de História. Pois o livro didático traz uma linguagem buscando atender um currículo nacional, diretrizes, expectativas, por vezes, que não levam em consideração todas as nuances das sociedades possuindo muito do discurso de quem está no poder no qual, invariavelmente, tem um projeto de nação sendo mais conveniente falar sobre determinando grupo social em detrimento de outro. Por exemplo, a sociedade brasileira traz muitas contradições sociais, culturais, econômicas, históricas. Então privilegiar determinada classe social para nomear um período histórico (como foi da década de 1950 no Brasil) questionando sem o devido aprofundamento as desigualdades existentes nos traz apenas uma parte de nossa história e, as outras histórias, por vezes às margens, precisam ser evidenciadas para observar a sociedade enquanto palco de enfrentamento, antagonismos, discrepâncias, lutas, conquistas, derrotas, avanços e recuos.

Assim, se há alunos que possuem dificuldades na leitura e escrita de que forma podemos trazer o letramento para as aulas de História? A junção da História e Literatura é uma entre tantas possibilidades de entrever o cotidiano e de ponderações sobre um período histórico, por exemplo e, trazer tal vivência a partir das sensibilidades aliando-os aos fatos históricos. Logo, o letramento, também, em História deve transpor o exercício da memória e trazer a capacidade de argumentação, de reflexão. Houve um período de nossa história, década de 1940, que para considerar-se alfabetizado era necessário apenas assinar o nome. Hoje a ideia de letramento mudou, é necessário não apenas decodificar signos, mas compreendê-los, inferir, utilizar o conhecimento de mundo, buscar novos conceitos. Com o advento das novas tecnologias o mundo tornou-se mais gráfico mesmo assim não menos problemático do ponto de vista de interpretação de textos quer seja eles escritos ou imagéticos. A antropóloga francesa Michèle

Petit que coordena desde 2004 um programa internacional sobre a “leitura em espaços de crise” aponta alguns caminhos do porquê os jovens podem habituar-se à leitura de livros e, assim também interferir em seu espaço social:

Para os jovens, como constatarão, o livro desbanca o audiovisual na medida em que permite sonhar, elaborar um mundo próprio, dar forma à experiência. É um aspecto sobre o qual muitos insistem, principalmente nos meios socialmente desfavorecidos onde, frequentemente, se deseja que os jovens fiquem restritos às leituras mais “úteis”. Ora, para rapazes e moças que encontrei, a leitura representava tanto um atalho para elaborar sua subjetividade quanto um meio de chegar ao conhecimento. (PETIT, 2009, p.20)

Ainda Soares (2009) aponta que:

o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 2009, p. 39-40).

Portanto, trazer o aluno para trabalhos autorais (a saber, dissertação, tirinha, narrativas, HQ, jogos, entre outros) no qual esteja impresso seus pensamentos a partir não tão somente da leitura do capítulo do livro didático, mas confrontando com diversas fontes no qual possa perceber diversos aspectos de uma mesma realidade faz-se necessário para que o conhecimento histórico seja apreendido e, não tão somente decodificado ou memorizado.

Jorn Rüsen apud Cerri (2011) afirma que não podemos entender o aprendizado de história tão somente a partir de um conglomerado de fatos objetivos, mas o conhecimento histórico deve atuar de forma dinâmica enquanto parte integrante do cotidiano das pessoas. Logo a consciência histórica deve servir para uma leitura do mundo na contemporaneidade, avaliando às perspectivas de futuro sem perder de

vistas às experiências do passado. Por isso, o letramento histórico é necessário para que alunos não apenas memorizem eventos, mas dialoguem, reflitam e possam perceber as fissuras, as entrelinhas que há no fazer histórico e, a relação que há entre o hoje e o ontem.

A metodologia pensada para o produto final em sala de aula refere-se a um levantamento bibliográfico sobre Carolina Maria de Jesus e também a leitura de um dossiê de 2013 observando as estimativas atuais sobre mulheres negras periféricas.

Pesquisa antecipada feita pelos alunos sobre a autora do diário; leitura de trechos do livro, selecionados pela professora (pois, o livro possui 184 páginas o que torna inviável a leitura completa do livro) em sala de aula em um modelo de aula invertida; roda de conversa; estudo comparativo entre o que é exposto por Carolina, a revista *O Cruzeiro* e o livro didático que retrata a época, elaboração de texto argumentativo e, por fim desenvolvimento de um roteiro para feitura do podcast educativo.

O podcast tem servido de ferramenta pedagógica por ser de fácil acesso pois são áudios gravados no qual o aluno pode acessar em qualquer parte de seu dia em seu celular com fone de ouvido ou não. Pode promover a autoaprendizagem e, divulgar esse material pois, quando o aluno está também inserido na construção de tal material ele desenvolve a autonomia, a oralidade, a escrita e, o trabalho colaborativo. Também é um meio no qual pode haver rodas de conversas para alunos do 6º ano do Ensino Fundamental e, debates para alunos do 8º e 9º anos e Ensino Médio, por exemplo.

Para criar um podcast pode-se utilizar uma música de fundo e efeitos sonoros e após o roteiro é necessário transformar esse arquivo em MP3 e, então divulgá-lo. Para tanto existem programas específicos de fácil acesso pois são gratuitos o *Audacity* é um exemplo. A intenção é que os alunos produzam os podcasts e debatam a respeito dos temas que irão ser tratados a partir da escrita de si de Carolina. A intenção é que haja

a construção de um roteiro para as pautas sobre gênero, questão étnico-racial e de classe além de outras questões pertinentes a construção de Brasil que se pensava e a outro Brasil que havia durante o período abordado no diário que coincide com a gestão de Juscelino Kubistchek.

Considerações finais

Vale destacar que a pesquisa está em fase inicial. Portanto, a reflexão trazida neste artigo não é um retrato conclusivo, trata-se de considerações preliminares a respeito da interdisciplinaridade entre História e Literatura na sala de aula aliadas as discussões sobre gênero, raça e classe e, a feminização da pobreza tais aportes teóricos podem trazer olhares mais aguçados sobre os movimentos históricos no período que propus me debruçar - a segunda metade da década de 1950 - observando o que havia nas entrelinhas daquela sociedade que apresentava um plano de progresso mas que guardava em si as contradições sociais extremas relatadas por Carolina Maria de Jesus em Quarto de Despejo: diário de uma favelada, no qual é possível perceber uma escrita decolonial em vários momentos pois inverte a lógica eurocêntrica e androcêntrica pautada na ausência do Estado nas periferias. Além de suscitar um olhar sobre as lacunas que há nos livros didáticos que por atenderem demandas ora do Estado, ora do sistema capitalista - para poderem competir no mercado editorial - ainda é uma artefato cultural, sendo assim, abriga fissuras as quais várias vozes e modos de enxergar o passado tornam-se praticamente invisíveis pois são lembrados apenas enquanto apêndices não são enxergados em todas suas possibilidades para levar uma maior consciência do papel da História que é de revisitar o passado a partir de questões pertinentes do presente, sendo assim, a partir desse movimento observar de que maneira histórias são construídas e outras são convenientemente esquecidas e, de que forma podemos trazer á tona os atores/atrizes sociais que também construíram história(s).

Portanto, História e Literatura podem proporcionar autonomia aos jovens, no qual a partir de suas leituras os possibilita a construir suas próprias análises e interpretações sobre a realidade vivida e o já vivido.

Referências

- BILGE, Sirma; COLLINS, HILL Patricia. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008
- BORGES, Valdeci Rezende. **História e Literatura: algumas considerações**. Revista de Teoria da História. Ano 1, número 3, junho 2010.
- CERRI, Luís Fernando. **Ensino de História e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- COSTA, Simões Joana et al. A face feminina da pobreza: sobre representação e feminização da pobreza no Brasil. Brasília: Ipea, 2005.
- JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 1ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2020
- LUGONES, Maria. Por um feminismo descolonial. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, pp. 357-378.
- ORÇO, Cláudio Luiz; GANDOLFI, Gabriele Juli; TUZZI, Vivian. **O ensino de História na contemporaneidade: metodologias e linguagens**. Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba, v. 5, n. 1, p. 90-100, jan./jun. 2014.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, Pelotas, p. 31 - 45, 01 set. 2003.
- _____. **História & literatura: uma velha-nova história**, Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, Debates, 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>
- PETIT, Michele. Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- SILVA, Tatiane Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda pp. 109-132. In: MARCONDES, Mariana Mazzini (org.) [et all.] **Dossiê Mulheres Negras: retratos das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.
- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009

APRENDENDO A OLHAR ALÉM: UM DIÁLOGO ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA NO FILME *PANTERA NEGRA* (2018)

Gleicimara Meneses Silva (UESPI)

Ruan Nunes Silva (UESPI)

Considerações iniciais

O diálogo entre literatura e história não é algo da contemporaneidade. Como lembra o pesquisador Allan Valenza da Silveira (2011, p. 193), “essa relação já deu margem para discussões desde a Antiguidade e é, hoje, reavaliada de forma constante.” Em outras palavras, não se propõe pensar aqui como um campo se sobrepõe o outro: o interesse é compreender como tal diálogo é frutífero e pode nos mostrar que “história e literatura”, como sublinham Carla Lavoratil e Níncia Teixeira (2010, p. 54), “já apresentavam, em tempos remotos, amigáveis relações que em alguns momentos de tão íntimas até se confundiram”. Nessa perspectiva, a literatura e história estão inextricavelmente ligadas, uma vez que trabalhos literários pode nos dizer algo sobre determinados momentos históricos e, conforme mencionado por Lavoratil e Texeira (2010), essa relação entre ambas é tão forte que podem até mesmo se confundir.

Nesse sentido, a proposta deste trabalho é analisar a relação entre história e a literatura no filme *Pantera Negra* (2018) partindo de determinados pressupostos críticos sobre como a história e a literatura se

alimentam mutuamente. Esse filme, intitulado originalmente *Black Panther*, é uma película estadunidense dirigida por Ryan Coogler e lançada em fevereiro de 2018. Originado das histórias em quadrinhos da Marvel, o filme se desenrola em um país fictício chamado Wakanda, localizado no continente africano, que se mantém em segredo e escondido sob um escudo em volta de si. Dessa forma, protegida dos olhares externos, Wakanda é marcadamente um reino invisível que será palco de mudanças políticas controversas no filme.

Embora descrito como filme, *Pantera Negra* é aqui lido e problematizado como um texto que, por sua vez, nas palavras de Richard Johnson (2014, p. 55-56), é “um material bruto a partir do qual certas formas (por exemplo, da narrativa, da problemática ideológica, do modo de endereçamento, da posição de sujeito etc.) podem ser abstraídas.” Em outras palavras, não se quer aqui reduzir a complexidade artística de diferentes práticas, mas sim sublinhar a “vida subjetiva das formas sociais” (JOHNSON, 2014, p. 56), o que nos permite pensar que o termo texto pode descrever e nos dizer sobre a cultura. Por esse viés, cabe ressaltar que as tensões entre literatura e cinema continuam produtivas e nos levam a afirmar, com apoio em Anelise Reich Corseuil (2009, p. 371), que um filme também pode ser contemplado pela literatura, afinal, “[a] comparação entre literatura e o cinema pode ilustrar a dimensão intertextual das artes”.

Dito isto, este artigo seguirá pelos interstícios dos Estudos Culturais e dos Estudos Pós-Coloniais. Sobre o segundo, Thomas Bonnici (2009, p. 267) afirma que o termo “pós-colonial, portanto, abrange a cultura e a literatura, ocupando-se de perscrutá-las durante e após a dominação imperial europeia, de modo a desnudar seus efeitos sobre as literaturas contemporâneas”. Stuart Hall (2014), por sua vez, problematiza o termo “pós-colonial” ao apontar que existem divergentes interpretações que não permitem um encerramento do debate em si. Ao discutir as acusações de que o pós-colonial seria despolitizante ou universalizante, Hall aponta que o uso do conceito pode ajudar

quando desejamos “descrever ou caracterizar a mudança nas relações globais, que marca a transição (necessariamente irregular) da era dos Impérios para o momento da pós-independência ou da pós-descolonização.” (HALL, 2013, p. 117) Em outras palavras, falar sobre o pós-colonial significa compreender os rastros deixados pelo período colonial e como eles se perpetuam até os dias atuais. Os Estudos Pós-Coloniais oferecem lentes para que se possa enxergar como que esses contextos históricos ainda continuam ligados à produção artística contemporânea. Assim, *Pantera Negra* (2018), um filme produzido no século XXI, traz em seu enredo indícios históricos, especialmente no que diz respeito à colonização.

Considerando o percurso traçado até aqui, esta pesquisa visa responder a seguinte questão: Quais são os entrecruzamentos políticos entre literatura e história no filme *Pantera Negra* (2018) à luz de questões Estudos Pós-Coloniais? Queremos pensar aqui como o filme reatualiza debates políticos da História como disciplina a partir de perspectivas pós-coloniais e interrogar a construção de definições estanques e essencialistas.

No que tange à estrutura, esse trabalho está organizado da seguinte forma: Discorreremos na revisão de literatura sobre a relação entre a literatura e a história. Em seguida, explanaremos sobre os Estudos Pós-Coloniais, literatura e história. A seguir iremos analisar o diálogo entre literatura e história por meio das cenas e falas do filme *Pantera Negra* (2018) e, por último, as considerações finais e referências.

Literatura, artes e história

A arte tornou-se um meio pelo qual a história pode ser retratada de maneira diferente. Nesse sentido Lavoratil e Teixeira (2010, p. 56) enfatizam que “as fronteiras que delimitam o gênero histórico e o literário tornam-se mais permeáveis”. Ou seja, as fronteiras que separam o histórico e o literário podem ser problematizadas a partir do momento

que há esse diálogo entre ambos, para o qual a literatura oferece indícios de dados momentos históricos em que ela foi produzida.

Vale ressaltar que a literatura proporciona possibilidades de se contar a história de maneira diferente ou “mais livre”. Um exemplo dessa interação literária com o passado histórico é o exercício da metaficção historiográfica de Linda Hutcheon ou as apropriações políticas de práticas artísticas que reescrevem outras genealogias como o romance *Blonde Roots*, de Bernardine Evaristo, no qual se reescreve o passado da escravidão por outros olhares. Sobre a história e a literatura, Lavorati e Teixeira (2010, p. 58) defendem que “o fato histórico e os personagens da história são abordados pelo escritor de maneira mais livre e subjetiva, abrindo espaço para a construção múltipla de sentidos”. Nesse sentido, pode se apreender e questionar o contexto histórico de uma época nas entrelinhas de um objeto literário, e essa compreensão pode acontecer nos mais diferentes tipos de literatura, o que pode tornar a história mais “apreciável” para aquele que a lê ou assiste. Nessa mesma linha de pensamento, destaca-se que os Estudos Culturais colocaram “novas questões para a historiografia literária.” (FLORY, 2011, p. 209) Se a história tem sido compreendida como um bem cultural, o mesmo pode ser apreendido das relações artísticas, afinal, o legado desses textos tem produzido o reconhecimento (ou o apagamento) de determinadas compreensões de mundo.

Soma-se ao argumento anterior que a história não é contada apenas por livros, documentos, testamentos, registros e outros. Nesse sentido, Maria Teresa de Freitas (1984, p. 172) afirma que “[o]s textos literários fornecem material, da mesma forma que as correspondências, os testamentos ou os registros de cartório, sobre uma sociedade ou uma época”. Assim, a literatura também pode proporcionar informações relevantes e verídicas tanto quanto os outros meios citados, ressaltando-se o cuidado com a análise arquivística e as propostas de investigação.

Ademais, Freitas (1984, p. 172) acrescenta que “os textos literários não interessam por si mesmos, mas como documentos sobre a

psicologia de um povo, sobre o estado de espírito de uma sociedade, ou sobre a situação histórica de uma época”. Sob essa perspectiva, até o modo de vida de uma sociedade pode ser compreendido por meio de objetos literários, os quais podem ser subsídios para que faça uma análise do modo de pensar de um povo. Cabe pensar as formas pelas quais o texto artístico assume aqui uma condensação de formas sócio-históricas expressas de formas nem sempre harmônicas ou pacíficas. Pensa-se aqui, portanto, as “margens instáveis” entre o fazer artístico e o fazer crítico como um sítio de investigação desse acúmulo de formas.

Além de a literatura contar a história, ela também pode contar essa mesma história de *uma maneira* que inclua contextos que talvez até tenham sido esquecidos, pois “a literatura pode exprimir um passado mal acabado (sic), reprimido, e prolongar suas virtualidades” (FREITAS, 1984, p. 174). Assim, a literatura ainda conta, reconta, cria e recria histórias e, por meio dessa ação, pode até reconstruir novas possibilidades, incluindo o que antes ficou de fora ou que foi reprimido. Vozes previamente não escutadas se tornam audíveis e acessam outros espaços, tal qual sugerem muitos estudos ligados às questões pós-coloniais.

Conclui-se esta seção apontando que a literatura e a história possuem zonas intersticiais, pois podem caminhar juntas. Ao considerarmos que a literatura, além de proporcionar diversas maneiras de artes, ainda proporciona formas de compreender a história.

Estudos Pós-Coloniais, literatura e história

Os Estudos Pós-Coloniais se consolidam como um dos meios pelos quais vozes que foram silenciadas durante a colonização possam ecoar e serem ouvidas. Dessa forma, trazendo reflexões sobre os efeitos que ainda se enxergam dos processos coloniais. Parafraçando Bonnici (2009), os Estudos Pós-Coloniais buscam analisar os efeitos sobre as literaturas contemporâneas produzidas por povos que

outrora foram colonizados. Destarte, percebemos que o papel dos Estudos Pós-Coloniais é buscar enxergar os rastros que a dominação imperial causou em trabalhos que são produzidos por ex-colônias e discutir como esses mesmos rastros produzem interpretações de suas situações pós-coloniais.

Nesse sentido, a história e os Estudos Pós-Coloniais estão intrinsecamente ligados, uma vez que o contexto histórico por trás da literatura produzida por ex-colônias ou mesmo por aqueles que já foram colonizadores precisa ser levado em conta. Conforme mencionado acima, os efeitos do período colonial precisam ser analisados e, para tal, a história entra como principal fonte de pesquisa, gerando assim uma ponte.

A obra considerada inaugural dos Estudos Pós-Coloniais no meio acadêmico é o trabalho de Edward Said intitulado *Orientalismo*, publicado em 1978. Sobre isso, Bonnici (2009, p. 259) explica que “[d] desconstruindo a natureza do poder colonial, Said (1978) aprofunda a crítica pós-colonialista que se desenvolveu durante os últimos quarenta anos. Ele desconstrói a imagem que o mundo ocidental tem do Oriente”. Desse modo, percebemos a contribuição essencial de Said para o desenvolvimento dessa teoria, trazendo estudos inovadores que descontroem produções essencialistas do Oriente criadas e mantidas ao longo do tempo como formas de dominação. Para Said (1990, p. 19), o Orientalismo é, além de um estilo de pensamento, uma:

[...] ideia da Europa, uma noção coletiva que identifica a “nós” europeus em contraste com todos “aqueles” não-europeus, e de fato pode ser argumentado que o principal componente na cultura europeia é precisamente o que forma essa cultura hegemônica tanto na Europa quanto fora dele: a ideia da identidade europeia como sendo superior em comparação com todos os povos e cultura não-europeus.

À vista disso, Said critica os estereótipos que foram sobrepostos sobre a cultura oriental, estereótipos esses que enquanto inferiorizavam

o oriente, ao mesmo tempo, superiorizavam a Europa, colocando-a como centro. A questão do Orientalismo se torna central, por exemplo, para compreender as formações essencialistas e reducionistas da pluralidade do continente africano e as formas políticas que essa discussão assume em *Pantera Negra*.

Ademais, outros nomes que também são cruciais para os Estudos Pós-Coloniais são Homi Bhabha e Gayatri Spivak, teóricos nascidos na Índia e que migraram para os Estados Unidos. Suas contribuições revelam marcas paradigmáticas de epistemologias ocidentalizantes como sistemas de controle do pensamento, porém, por questões de espaço, não desenvolveremos suas proposições neste trabalho.

Sobre as literaturas pós-coloniais, Bonnici (2009, p. 268) explicita dois movimentos de consolidação: “(1) a progressão gradual da conscientização nacional e (2) a convicção de serem diferentes da literatura do centro imperial”. Sobre esses movimentos, é necessário ressaltar que a formação dessa consciência nacional contribuiu para a expansão da literatura pós-colonial em um processo no qual a nação colonizada começa a olhar para si mesma de forma a conscientizar-se, reconhecendo seus próprios traços. O ato de olhar para si engendra o movimento também de reconhecer aquilo que lhe é próprio e aquilo que lhe é externo, buscando, assim, enfatizar uma compreensão dos movimentos de produção de sentidos híbridos. Inicia-se, assim, um processo de descolonização que, segundo Bonnici (2005, p. 23), “não é apenas a luta pela independência política, mas, de modo especial, é o dismantelamento de todas as formas coloniais de poder e de controle.” Em outras palavras, é um meio pelo qual tenta-se conseguir essa independência em todos os âmbitos, inclusive através da literatura.

Assim, tanto a história pode ter a literatura como subsídio para entender as questões de colonização e pós-coloniais, como a literatura também pode valer-se da história para entender e produzir literaturas pós-coloniais.

Diálogo entre história e literatura no filme *Pantera Negra* (2018)

Inicialmente é crucial entendermos o contexto do filme *Pantera Negra* (2018). O enredo se desenrola principalmente em torno de dois personagens, T'Challa e Erick Stevens, também conhecido como Killmonger. T'Challa se torna rei de Wakanda após a morte de seu pai, porém, seu primo Erick Stevens reivindica seu direito ao trono, desafiando o rei T'Challa a lutarem em um ritual, no qual o vencedor se torna o novo rei da nação. Erick Stevens então vence e consegue assumir o trono. Com isso, o conflito gira ao redor de T'Challa buscando maneiras de assumir o trono e impedir que seu primo revele Wakanda para o restante do mundo. Aqui nota-se um diferencial entre ambos: tanto T'Challa quanto Erick Stevens desejam ser o rei de Wakanda, porém o primeiro T'Challa almeja resguardar Wakanda do restante do mundo, não compartilhando a tecnologia de sua nação com outras, enquanto o segundo deseja abrir as portas do país e revelar todo o poderio wakandano para o mundo. Abrir Wakanda para o mundo exterior seria um desafio, especialmente porque há no reino uma tecnologia avançada chamada *Vibranium*. Com essa abertura, Erick Stevens almeja usar as armas de Wakanda para equilibrar, segundo ele, as injustiças ainda existentes entre as diferentes raças/etnias.

Dito isto, o diálogo entre literatura e história pode inicialmente ser enxergado em uma cena do filme que se desenrola em um museu de Londres, *Great Britain*, no qual Erick Stevens e Ulysses Klaue estão em busca de um artefato que, segundo eles, é feito de *Vibranium*. Eles chegam ao museu fingindo serem apenas visitantes. A guia do museu então inicia o passeio e descreve a história dos objetos expostos nas vitrines.

Figura 01: Diálogo entre Erick Stevens e guia do museu



Fonte: Disney+, *Pantera Negra* (2018)

Analisando essa cena, podemos levar em conta o fato de o museu estar localizado em Londres que é a capital da Inglaterra. Historicamente, a Inglaterra foi uma das grandes colonizadoras de muitos países ao redor do mundo. Sobre o fato histórico da Inglaterra ter colonizado diversos países, Juliana Costa Meinerz Zalamena (2018, p. 05) ressalta que:

O continente africano foi fatiado pelas potências europeias que ambicionavam a posse de um território para ampliar seus domínios, os chamados “impérios coloniais”. Assim, a África Subsaariana foi repartida entre várias potências, predominantemente Inglaterra e França, que ficaram com a maior fatia do bolo.

Deste modo, a cena nos remete a esse contexto histórico do período colonial, uma vez que Wakanda está localizada na África Subsaariana. Além disso, a formação de questões pós-coloniais não se dá apenas no nível do discurso linguístico, mas também se dá no discurso imagético, pois a imagem também nos fornece representações.

Dito isto, na figura 01, podemos ver Erick Stevens olhando um objeto que está dentro de uma vitrine protegida por vidros. Nota-se, por exemplo, que tudo ao redor é branco – as paredes são brancas,

o museu é branco, as pessoas, ou seja, tudo ali é um *olhar* branco. Nesse sentido, o vidro separa o branco de fora limpo e higienizado daquilo que está dentro, o objeto escuro, sujo, que mancharia, ou que simbolizaria o perigo, ou seja, a representação do vidro não se dá apenas no sentido de proteção, mas de separação, divisão. Isto é, o *olhar* branco que está fora do vidro simboliza o olhar do colonizador enquanto o objeto que está dentro de uma vitrine cercada por vidros, pode significar o colonizado, como se estivesse numa posição inferior. Nessa cena, o diálogo entre a guia e Erick destaca essa presença de um olhar branco:

Guia do museu: Também é de Benim, século 7. Da Tribo Fula, se não me engano.

Erick Stevens: Não.

Guia do museu: O que foi que disse?

Erick Stevens: Soldados britânicos levaram de Benim, mas é de Wakanda e é feito de Vibranium. Não esquenta não, eu levo embora e está resolvido.

Guia do museu: Esses itens não serão vendidos.

Erick Stevens: Como acha que seus ancestrais conseguiram isso? Acha que pagaram um preço justo? Ou que eles tiraram igual tiram tudo o que querem? (PANTERA NEGRA, 2018, min. 00:15:20 – 00:16:45).

A fala de Erick Stevens se refere aos ancestrais da guia e reafirma que eles tiraram tudo dos povos que eram os verdadeiros donos do artefato em questão. Podemos observar indícios de uma informação verídica da história, algo óbvio, mas que ainda demanda reafirmações políticas e que permitem desfazer a noção do museu como espaço de preservação. Ele faz referência ao processo no qual os países colonizadores chegavam em outras nações, impunham suas regras e tiravam o que eles achavam necessário, como o personagem destaca em sua fala “Igual tiram tudo o que querem” (PANTERA NEGRA, 2018, min. 00:15:20 – 00:16:45).

Sob essa perspectiva, é de conhecimento comum a frase – *ficcional ou não* – sobre como “o sol nunca se põe no império britânico”: enfatizava-se nessa frase que sempre havia algum lugar no mundo no qual o sol tocava sob controle britânico. Assim sendo, evocamos a questão do colonialismo, o qual Bonnici (2005, p. 21) salienta que consistir “na opressão militar, econômica e cultural de um país sobre outro [...] devastou a cultura, às vezes milenar, de muitos povos, a qual foi substituída por uma cultura eurocêntrica e cristã”.

Dito isto, no filme podemos notar uma fala de Erick Stevens em que ele coloca a sua nação, no caso, o império wakandano ou mesmo africano no lugar de império britânico, na qual ele diz “É hora de saberem a verdade sobre nós. Somos guerreiros! O mundo terá um novo começo e, desta vez, nós estamos no comando. O sol nunca vai se pôr no império wakandano”. (PANTERA NEGRA, 2018, min. 01:30:35 – 01:30:47). Desse modo, Erick Stevens carrega em seu discurso exatamente o que Bonnici (2005) fala sobre o colonialismo, o que significa que o primeiro se apropria dessa frase de um senso comum e a subverte historicamente e politicamente. Lemos nessa breve afirmação uma forma de resistência, afinal, o discurso enfatiza que dessa vez o colonizado não vai se curvar diante da dominação do colonizador.

Outra cena em que podemos perceber uma referência à história acontece na sala do trono do Rei T’Challa. Nessa cena Erick Stevens reivindica o seu direito ao trono, desafiando o rei a participar de um ritual de luta no intuito de se tornar o rei para então cumprir o seu objetivo de revelar Wakanda para o restante do mundo. Segue o diálogo entre eles:

Erick Stevens: *Vocês estão aqui confortáveis, deve ser legal. Tem mais de dois bilhões de pessoas no mundo que se parecem conosco. Mas a vida delas é mais difícil. Wakanda tem o jeito para libertar todas.*

T’Challa: *E que jeito seria esse?*

Erick Stevens: *Vibranium. Suas armas.*

T'Challa: *Nossas armas não serão usadas para travar guerras no mundo. Não agimos assim, como juiz júri e executor para povos que não sejam o nosso.*

Erick Stevens: *Não sejam o seu? Mas a vida não começou aqui nesse continente?* (PANTERA NEGRA, 2018, min. 01:14:22 – 01:14:55).

Nesta cena, na qual os dois defendem seus pontos de vista, podemos observar uma fala que diz respeito a um dado histórico, que é o de que a vida do homem moderno começou no continente africano. Referente a isso, Bonnici (2009, p. 275) destaca que “Homo sapiens emergiu da África oriental cerca de 150.000 anos atrás; deixou o continente aproximadamente há 60.000 anos e aventurou-se subsequentemente para o resto do planeta”. Observando sob uma perspectiva pós-colonial, ainda que estudos mostrem que a vida do homem moderno começou na África, essa informação por muitas vezes é simplesmente ignorada por questões construídas pelo eurocentrismo. Isto é, a partir dessa fala de Erick Stevens e dessa informação histórica, constitui-se como um exercício do orientalismo no qual construiu-se um saber ocidental a partir da criação de um saber oriental. A África, embora seja um espaço problematicamente intermediário entre ocidente e oriente, é muito mais compreendida como oriente a partir de uma formação como o Outro. De forma simples, a ideia do berço como surgimento é deixada de lado em prol de outras narrativas nas quais a África é invisibilizada.

Ainda sobre um trecho da cena acima (diálogo entre T'Challa e Erick Stevens), é válido também analisar uma outra fala do personagem Erick Stevens, quando ele enfatiza que muitas pessoas que se parecem com eles têm uma vida difícil ao redor do mundo. Aqui, a referência entendida é que o personagem traz à memória as adversidades vividas ao longo da história por pessoas negras. Sobre isso Bonnici (2009, p. 262) sublinha:

Entre o colonizador e o colonizado havia o fator raça, que construía um relacionamento injusto e desigual. Os termos raça, racismo e preconceito racial são oriundos da posição hegemônica europeia. Esse tópico

transformou-se numa justificativa para introduzir o regime escravocrata a partir de meados do século XVI, quando se formou a ideia de um mundo colonial habitado por gente “naturalmente” inferior.

Em outras palavras, essa cena evidencia as injustiças e complexidades que pessoas negras ainda sofrem, pois, conforme a citação supracitada de Bonnici (2009), a hegemonia que foi construída ao longo da história pelos países colonizadores produziu e consolidou o preconceito racional. Essa é mais uma evidência de que o fictício, no caso, o filme, traz consigo problemas do mundo real que aconteceram ao longo da história ou que ainda acontecem e que, de certa forma, isso é uma tentativa de criticar ou mesmo promover reflexões. O filme se torna, portanto, um artefato cultural que, apesar de inserido no sistema capitalista de produção, pode nos ajudar a repensar as formas de produção e valorização de conhecimentos.

A última cena escolhida para ser analisada neste trabalho acontece já no final do filme. Antes de apresentarmos o trecho, é válido contextualizar a cena. No primeiro combate entre T'Challa e Erick Stevens, este último vence a batalha e joga T'Challa do alto de uma cachoeira, o que leva todos em Wakanda a acreditar que o rei está morto. Com isso Erick Stevens assume o trono. Todavia, um integrante de uma das tribos de Wakanda encontram T'Challa no rio e conseguem resgatá-lo. Dias depois ele retorna para o palácio e informa Erick Stevens que o desafio ainda não acabou e então os dois começam um combate novamente. Dessa vez T'Challa consegue derrotar seu primo. No final de tudo, T'Challa ainda oferece ajuda para Erick Stevens, porém ele recusa. Segue o diálogo:

T'Challa: *Talvez a gente ainda consiga curá-lo.*

Erick Stevens: *Curar? E então me prender? Não! Só me joga no oceano com meus ancestrais que saltaram dos navios, já que a escravidão era pior que a morte.*

(PANTERA NEGRA, 2018, min. 01:57:41 – 01:58:10).

Aqui, o personagem Erick Stevens rejeita a ajuda de T'Challa e faz questão de lembrar a história de seus ancestrais que eram tirados de seus territórios e levados para outros lugares. Nessa perspectiva, o personagem traz à memória histórias que de fato aconteceram e que dizem respeito à africanos que eram levados por colonizadores para outros países para serem forçados à escravidão. Sobre isso, Zalamena (2018, p. 05) enfatiza que “A África teve suas primeiras inserções dos europeus ainda no século XVI, com as incursões em busca de nativos para serem levados para outras colônias na América como escravos”. Tendo isso em vista, fica claro na fala do personagem que esse contexto histórico não é apenas um pano de fundo, mas peça central para a sua formação identitária e contextualização como sujeito em cena.

Ao falar da escravidão, o filme faz um convite aos seus telespectadores – sociedade - a enxergarem como funcionou a escravidão e como isso ainda possui implicações no presente, algo que aconteceu há mais de 400 anos e continua tendo efeitos na construção do mundo. O mundo ainda vive os rastros dos processos de colonização. Com isso conseguimos compreender o movimento de diáspora que Bonnici (2009, p. 277) define da seguinte forma:

A diáspora (do grego, dia = longe, distante, e speirein = espalhar) é o deslocamento livre ou forçado de populações fora de seu país para novas regiões. O colonialismo provocou as duas modalidades: milhões de europeus migraram para as colônias da América, da África e da Austrália para conquistar terras e garantir a manufatura e o comércio de produtos requeridos na Europa. Milhões de africanos, oriundos de várias tribos e nações, foram escravizados e involuntariamente foram transportados às fazendas do Novo Mundo como solução à escassez de mão-de-obra na produção de mercadorias para as metrópoles.

Logo, é evidente que o conceito de diáspora está relacionado a esse contexto mencionado no filme. A menção explicitamente relembra que os ancestrais são os seus antepassados africanos que foram

forçados a deixarem suas casas. Assim sendo, esse exercício de olhar para essa questão da escravidão é tentar compreender que isso foi feito de forma forçada e nós precisamos lidar com os efeitos hoje em dia. Fazendo um paralelo a cena, quando Erick Stevens fala que não quer ser curado é um exercício de resistência, afinal, sua escolha pela morte é uma recusa pela cura: ele prefere morrer porque reconhece que ser curado significa ser assimilado a um sistema com o qual ele não concorda. Escolher a morte é, portanto, uma rememoração das vidas ceifadas no Atlântico Negro.

Para encerrar, gostaríamos de válido salientar que, embora Erick Stevens tenha escolhido a morte como resistência, o filme parece escolher a vida. Ainda que um personagem tenha escolhido a morte como forma de recusar um sistema, o filme como material cultural – um texto que nos diz algo sobre as materialidades sociais – parece ser um exercício de escolher a vida como forma de luta. Pensamos dessa forma porque, no final do filme, Wakanda como nação faz a resistência pela vida, pensando e realizando o que justamente Erick Stevens almejava: abrir Wakanda para mudar a vida de outras pessoas fora dela. A morte de Erick Stevens não é, como alguns podem pensar, um exercício em futilidade.

Considerações finais

Retomando a indagação central deste trabalho que é de investigar quais são os entrecruzamentos políticos entre literatura e história no filme *Pantera Negra* (2018) à luz de questões Estudos Pós-Coloniais, entendemos como, por exemplo, questões pequenas do filme podem nos revelar traços importantes da cultura. Observamos como o vidro do museu não remete só à preservação de algo, mas que as cores ao redor de um objeto escuro guardado dentro de uma caixa de vidro podem significar muito mais no que diz respeito à imagem do colonizador ser tido como a referência dominante.

Pensamos também, no tocante à apropriação de Erick Stevens ao citar que o sol não vai se pôr em Wakanda, que o colonizado está se reafirmando em uma posição não mais de dominado, mas sim numa posição de alguém que também pode estar no controle.

De forma breve, este trabalho buscou sinalizar como o filme *Pantera Negra* (2018) retoma questões históricas profundamente explícitas, que a partir do estudos pós-coloniais, nos permitem ler de maneira política o conteúdo histórico. Em outras palavras, aprendemos a olhar além.

Referências

BONNICI, Thomas. **Conceitos-chave da teoria pós-colonial**. Maringá: Eduem, 2005.

BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica pós-colonialistas**. In: BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. ver. e ampl. Maringá: Eduem, 2009. cap.14, p. 257-285.

CORSEUIL, Anelise Reich. **Literatura e Cinema**. In: BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009. cap. 12, p. 369-378.

FERNANDES, Thaís. Homem moderno nasceu na África. **Instituto Ciência Hoje**, 2001. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/acervo/homem-moderno-nasceu-na-africa/>. Acesso em: 23 jul. 2022.

FLORY, Alexandre Villibor. Literatura e história. In: BONNICI, Thomas; FLORY, Alexandre; PRADO, Márcio (Org.). **Margens Instáveis**: Tensões entre teoria, crítica e história da literatura. Maringá: EDUEM, 2011. p. 197-228.

FREITAS, Maria Teresa de. A História na Literatura: princípios de abordagem. **Revista de História**, [S. l.], n. 117, p. 171-176, 1984. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61352>. Acesso em: 22 jul. 2022.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 101-127.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 7-132.

LAVORATIL, Carla; TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. Diálogos entre literatura e história: a construção discursiva no novo romance histórico. **Interfaces**, v. 1, n. 1, p. 54 – 60, set. 2010. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/viewFile/957/965. Acesso em: 22 jul. 2022.

PANTERA NEGRA. Direção de Ryan Coogler. Marvel Studios, Walt Disney Pictures. Estados Unidos: 2018. 2h 14 min.

SAID, Edward. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SILVEIRA, Allan Valenza da. Introdução. In: BONNICI, Thomas; FLORY, Alexandre; PRADO, Márcio (Org.). **Margens Instáveis**: Tensões entre teoria, crítica e história da literatura. Maringá: EdUEM, 2011. p. 193-196.

ZALAMENA, Juliana Costa Meinerz. Colonização e qualidade democrática na África segundo o Democracy Index. **Sinais**, v. 22, p. 04 – 27, jan. 2018. Disponível em: <https://clarksondiniz,+ARTIGO+Colonização+e+qualidade+democrática+Zalamena>. Acesso em: 23 jul. 2022.

PARA A HISTÓRIA, A RAINHA MALVADA; PARA A LITERATURA, UMA VILÃ NEM TÃO MÁ ASSIM: REGINA MILLS NA SÉRIE *ONCE UPON A TIME* (2011)

Lays Christine Santos de Andrade (UESPI)

Renata Cristina da Cunha (UESPI/IFPI)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Oh, I haven’t come here to ruin anything. On the contrary, dear, I’ve come to give you a gift.” (Once Upon a Time, 2011, episódio Pilot, temporada 1)

Você que está lendo este artigo certamente deve conhecer as vilãs dos contos de fadas, especialmente as que estão no universo da Disney, e suas terríveis armações para impedir o final feliz das princesas, geralmente as protagonistas dessas histórias encantadas. A epígrafe da abertura desta seção traz a fala de uma das personagens mais icônicas desses contos de fadas, a Rainha Má, madrasta de Branca de Neve, mais famosa princesa da Disney. Contudo, essa fala é proferida pela “versão atualizada” da personagem, interpretada pela atriz Lana Parrilla, na série de TV *Once Upon a Time* (2011-2018)¹, traduzida para a

1. Criada por Adam Horowitz e Edward Kitsis, a série estadunidense foi produzida pelo canal de TV ABC entre os anos de 2011 e 2018, contando com sete temporadas. Atualmente a série é distribuída pelo *streaming* Disney +, disponível para o Brasil (VALENZUELA, 2019).

Língua Portuguesa como Era Uma Vez. Ela é proferida por Regina no casamento de Branca de Neve, avisando que não veio fazer o mal, mas sim entregar um presente aos noivos. O presente em questão é uma maldição cuja motivação é descoberta ao longo dos episódios.

Pensando a Rainha Má da primeira versão da Branca de Neve da Disney, de 1937 (DISNEY, 1937) e a Rainha Má exibida em *Once Upon a time* (2011-2018) confirmamos que as histórias narradas pela literatura estão em constante transformação, sobretudo porque são inseparáveis do contexto histórico, social e cultural nos quais são produzidas. Nesta esteira, podemos inferir que os contos de fadas são adaptáveis à sociedade na qual está sendo contado ou escrito.

Diante disso, este artigo visa responder a seguinte pergunta: Como a personagem Rainha Má na série de TV *Once Upon a Time* (2011-2018) rompe com a representação histórica e estereotipada da vilã dos contos de fadas clássicos? Para responder a essa pergunta, formulamos o seguinte objetivo geral: analisar, à luz da Corrente Feminista, como a personagem Rainha Má na série de TV *Once Upon a Time* (2011) rompe com a representação histórica e estereotipada da vilã dos contos de fadas clássicos.

A fim de alcançar esse objetivo, realizamos uma pesquisa bibliográfico-exploratória, com abordagem qualitativa, fundamentada em estudiosos que discutem as concepções da Crítica Feminista e as implicações advindas do uso de estereótipos femininos, como Oliveira (2020), Zolin (2009). Além disso, nos debruçamos em discussões sobre as relações entre História e Literatura, utilizando as discussões de Alberti (2006), Borges (2010), entre outros. O *corpus* desta pesquisa é constituído por cenas em que a personagem Rainha Má aparece rompendo com os estereótipos históricos atribuídos às vilãs de

Em *Once Upon a Time* é realizada a releitura e a adaptação dos contos de fadas clássicos, em especial a personagem Rainha Má, do conto *Snow White*, dos irmãos Grimm, e do filme *Snow White and the Seven Dwarfs*, da Disney.

contos de fadas, na primeira temporada da série de TV *Once Upon a Time* (2011-2018).

Em termos de estrutura, este artigo contém três seções, além das Considerações Iniciais e Finais. Na primeira seção, discutimos a relação entre os estudos em História e Literatura. Na segunda seção, apresentamos brevemente a Crítica Literária, enquanto área de conhecimento, bem como a relação entre Movimento Feminista e Corrente Feminista, em especial os conceitos históricos de estereótipo. Na terceira seção apresentamos e discutimos os dados da pesquisa empreendida. Por fim, nas Considerações Finais retomamos o interesse deste artigo e as inquietações provocadas pelos achados do estudo.

DIÁLOGOS ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA

“There’s a new story in it. [...] To tell us something we need to know about the curse” (Once Upon a Time, 2011, episódio Mother, temporada 4).

O conceito e objetivos da Literatura dependem diretamente de aspectos sociais e políticos, pois a Literatura é uma produção cultural que se modifica a cada movimento histórico. Como a epígrafe que abre esta seção afirma, a Literatura serve não somente para nos entreter, mas também nos permite entender eventos históricos e como eles impactaram tanto nas sociedades hodiernas quanto nas sociedades futuras. Para os historiadores, o processo de reflexão acerca de um texto histórico ou literário merece atenção em diferentes aspectos, a saber: a sociedade, o momento histórico, as ideologias políticas vigentes e a cultura do local e período em que a narrativa foi escrita (BORGES, 2010).

Nessa esteira, as pesquisas dedicadas à relação entre Literatura e História vêm ganhando destaque no Brasil desde a década de 1990 (MARTINS, 2015). Embora saibamos que o escopo da Literatura de

ficção não são a fidedignidade dos eventos históricos, eles são fonte inspiradora profícua para seus autores cujos personagens e narrativas são criados considerando o contexto histórico, político e cultural da época em que são escritos. Um exemplo disso é o estilo de escrita dos Irmãos Grimm, que coletavam narrativas em suas viagens pela Europa do século XIX e as escreviam com o intuito de que seus consumidores, naquele momento, pudessem se reconhecer por meio dos contos e personagens (ALBERTI, 2006).

De acordo com Valdeci R. Borges (2010, p. 95), para que se possa utilizar um texto literário como fonte de pesquisa histórica, devemos considerar três elementos indispensáveis “[a] escrita, o texto e a leitura”. Em outras palavras, o historiador deve atentar para a forma como o texto está escrito e a biografia de quem o escreveu; com relação ao texto em si, que tipo de narrativa está sendo contada, e se isso faz menção às ideologias e valores que reforçam o preconceito e/ou injúria; e quanto à leitura, o historiador deve buscar entender como é a recepção dessa narrativa, a quem interessa e quem é o público-alvo desse texto. Esse processo é basilar para colaborar com a reflexão dos estudos históricos.

Nesse sentido, um autor que deseja escrever um texto literário, ficção ou não, deve levar em consideração um contexto social, político e histórico, mesmo que não seja o seu próprio contexto (BORGES, 2010). Ademais, para criar uma narrativa, o autor precisa situar os personagens em um tempo e lugar, construir uma estória/história² que reflita os eventos e questões sociais do momento escolhido. Esse planejamento facilita a compreensão do leitor, que consegue relacionar a narrativa criada com sua própria experiência.

2. No tocante à diferença de significados das palavras “história” e “estória”, este trabalho concorda com a perspectiva de Carla C. Gerhardt e Cristiane Fuzer (2020), ao afirmarem que aquela remete ao ato de documentar, por meio de fatos, eventos sociais. Por outro lado, “estória” denota textos e narrativas que normalmente não relatam eventos verídicos e que são exclusivamente formas de entretenimento.

A relação entre Literatura e História é simbiótica, como afirma Valdeci R. Borges (2010, p. 98), “A [L]iteratura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere”. Em outras palavras, a Literatura atua como um ‘diário’ dos acontecimentos históricos, permitindo que o historiador reflita sobre eventos sociais ao longo da história, bem como seus processos e resultados. Ao passo que a História enriquece os textos literários, que focam em narrativas construídas com base nos contextos sociais e políticos de diferentes momentos históricos. Diante disso, na próxima seção nos dedicamos à reflexão acerca da Literatura como objeto de estudo da Crítica Literária.

OS ESTEREÓTIPOS HISTÓRICOS PELAS LENTES DA CRÍTICA LITERÁRIA FEMINISTA

“They’re not fairy tales. They’re true. Every story in this book actually happened.” (Once Upon a Time, 2011, episódio Pilot, temporada 1).

Devido estar em constante transformação, a literatura é investigada por um campo de estudo chamado Teoria Literária. Embora esse campo atue analisando obras para definir seus elementos literários ou não literários, a Teoria Literária trabalha sob a perspectiva de pluralidade ao atribuir definições e conceitos acerca da literatura, pois considera a sua heterogeneidade, pluralidade e diversidade (OLIVEIRA, 2020).

Nesse sentido, para conectar a literatura a outras áreas do conhecimento emergiu um novo campo que não somente atuasse paralelamente à Teoria Literária, mas também que analisasse textos literários e produções artísticas. Pensando além dos princípios estabelecidos por esse campo de estudo, entra em cena a Crítica Literária (EAGLETON, 2006), que entende as produções literárias e artísticas além do texto propriamente dito, em outras palavras, as obras literárias passaram a ser analisadas considerando os eventos históricos, políticos e

culturais. Esse campo teórico emergente foi/vem ganhando cada vez mais espaço nos estudos de cunho literário, pois os críticos e teóricos perceberam/vêm percebendo a necessidade de interpretar produções literárias e artísticas considerando os contextos políticos, sociais e sociais nos quais os textos e demais objetos literários são produzidos (SOUZA, 2011).

Nessa perspectiva, se pensarmos a Crítica Literária como uma área de conhecimento que investiga os aspectos presentes nas entrelinhas dos textos e demais objetos literários, e que as produções são analisadas considerando o contexto em que estão inseridas, podemos inferir que os problemas sociais que as narrativas abordam não são apenas ficção, mas sim parte de uma estrutura social e real que precisa ser questionada, como explicitado na epígrafe que abre esta seção. Em vista disso, a função da Crítica Literária é discutir os diferentes tipos de problemas sociais presentes em produções literárias e artísticas, utilizando conceitos de teorias além da literatura, como na Corrente Feminista, objeto de estudo desta pesquisa, em que se utilizam conceitos do Feminismo para investigar as representações de personagens e escritas femininas (TYSON, 2006).

Em virtude da temática desta pesquisa, discutiremos, ainda que brevemente, a relação do Movimento Histórico Feminista com a Literatura. De acordo com Carla Cristina Garcia (2011), o Movimento Feminista surgiu como forma de mulheres reivindicarem sua posição na sociedade, buscando ressignificar os papéis sociais de homens e mulheres para alcançarem a igualdade entre os gêneros. Nessa perspectiva, desde a década de 1970, os estudos literários críticos vêm adotando a perspectiva de considerar o gênero da autoria das produções literárias e artísticas, bem como a representação das personagens femininas nas narrativas (BELLIN, 2011). Portanto, as investigações pelas lentes da Crítica Feminista são políticas, pois o seu objetivo é utilizar conceitos do Feminismo como embasamento para denunciar a subjugação dos corpos femininos, imposta pelo patriarcado (ZOLIN, 2009).

Destarte, o papel da Crítica Feminista é investigar como as produções literárias e artísticas estão, não somente representando as mulheres, mas também desconstruindo os ideais que a sociedade patriarcal impõe à mulher, seus corpos, ações e papéis (OLIVEIRA, 2020). Segundo Lúcia Osana Zolin (2009), o conceito de feminino faz oposição ao masculino e determina uma série de características físicas e sociais impostas às mulheres por meio de uma construção social e cultural, assinada pelo patriarcado. Nessa esteira, tanto na literatura, quanto em produções audiovisuais, as mulheres são, constantemente, representadas com estereótipos que as colocam em posição negativa em relação ao homem (ZOLIN, 2009).

Deste modo, os estereótipos são características físicas e comportamentais que a sociedade postula sobre grupos sociais específicos, fazendo com que um indivíduo perca sua individualidade (SANTOS, 2008). Por conseguinte, os estereótipos de gêneros determinam como o indivíduo deve agir ou ser enquanto cidadão, a depender do seu gênero e, nesse cenário, há mulheres sendo julgadas e condenadas por exporem suas identidades que vão contra os padrões sociais patriarcais (ZOLIN, 2009).

Diante do exposto, na seção seguinte apresentamos as cenas em que a personagem Rainha Má, Regina Mills em *Storybrooke*³, atua diferente do esperado para uma vilã dos contos de fadas.

REGINA MILLS, A RAINHA (MÁ?):

“Once Upon a Time... There was an enchanted forest filled with all the classic characters we know. Or think we know. One day they found themselves trapped in a place where all their happy endings were stolen. Our World. This is how it happened...” (Once Upon a Time, 2011, episódio Pilot, temporada 1).

3. A escolha de incluir a ambientação de *Storybrooke* se deu por entendermos no outro ambiente da série, *Floresta Encantada*, os estereótipos de vilã são apresentados. Por essa razão, a investigação numa cidade fictícia do mundo real seria mais interessante para a proposta desta pesquisa.

A epígrafe que abre esta seção marca o início da série de TV *Once Upon a Time*, que narra histórias dos personagens encantados, que conhecemos na infância por meio de contos de fadas, de uma forma diferente. Como antecipado nas Considerações Iniciais, o final feliz de Branca de Neve e de seu Príncipe Encantado é ameaçado pela maldição lançada pela, até então, Rainha Má. A maldição lançada provoca a mudança dos personagens clássicos dos contos de fadas que antes viviam no mundo da Floresta Encantada para uma cidade fictícia, chamada Storybrooke, no estado do Maine, EUA. Aprisionados nela, e para se adaptarem, os personagens são forçados a viver uma vida rotineira (quase) igual as nossas (VALENZUELA, 2019).

No entanto, a pergunta que fazemos quando começamos a assistir a série é: como essa cidade foi criada? Quem a criou? Por que eles não se lembram de quem são? As respostas vêm com eventos ocorridos na vida da Rainha Má, isso porque, de acordo com Olívia Pereira Tavares (2020), as produções cinematográficas⁴ estão explorando cada vez mais narrativas que apresentam os personagens de forma humanizada, especialmente os vilões e vilas.

Historicamente, os contos de fadas vêm retratando as vilãs, desde o século XIX, como antagonistas das princesas. As vilãs são as megeras feias, as mulheres que ninguém ama e as mulheres vingativas. Esses estereótipos são negativamente recebidos pela sociedade consumidora dessas narrativas, pois conotam a errônea ideia de que mulheres poderosas e independentes afetivamente são perigosas e não devem servir como modelo (TAVARES, 2020). Nesse sentido, a personagem Rainha Má rompe com esses estereótipos, como ilustrado na Figura 1.

4. Entendemos que as séries são colocadas nesse âmbito, pois se tratam de produções audiovisuais.

FIGURA 1 – Regina Mills em Storybrooke.



Fonte: (*Once Upon a Time* 2011)

No cenário de Storybrooke, em *Once Upon a Time*, a Rainha Má não só recebe um nome próprio, ausente tanto no conto dos irmãos Grimm quanto no filme lançado pela Disney em 1937, mas também rompe com a caracterização esperada para uma vilã de contos de fadas, como vestidos exuberantes e sensualidade ou caracterizada como velhinha com verrugas (CORSO; CORSO, 2006). A personagem Regina Mills é representada como uma mulher hodierna e real, não aparentando ser uma personagem mágica, criada pela literatura fantástica. Em outras palavras, ela está em desacordo com os perfis de vilãs propagadas ao longo das narrativas fantásticas ao longo do tempo.

O uso de estereótipos reforça os preconceitos e cria imagens que, na maioria das vezes, são negativas, e contribui para desigualdades sociais, raciais e de gêneros (SANTOS, 2008). Em outras palavras, a sociedade patriarcal dominante estabelece representações de personagens femininas em produções literárias e artísticas para impor ainda mais sua opressão, criando estereótipos que apresentam conotações negativas, como mulher sedutora ou perigosa e mulher megera,

quando se refere às mulheres independentes e seguras, e conotações positivas, quando apontam mulheres dependentes e inseguras, como mulher-anjo ou indefesa ou impotente (ZOLIN, 2009).

Notamos que os tipos de conotações positivas e negativas atendem aos interesses do patriarcado, pois à sociedade agrada mais as mulheres obedientes do que mulheres independentes. Diante disso, a figura abaixo representa Regina Mills desconstruindo esse pensamento patriarcal.

FIGURA 2 – Regina Mills como prefeita de Storybrooke, Maine.



Fonte: (*Once Upon a Time* 2011)

Ao construir Storybrooke e amaldiçoar os personagens, Regina se coloca como prefeita da cidade, como ilustra a figura 2, o que nos oferece a imagem de mulher líder que rompe com estereótipos e crenças da sociedade patriarcal: mulher não pode exercer cargos públicos ou de lideranças. O direito ao voto, bem como o direito a exercer cargos

públicos foi uma das inúmeras conquistas do feminismo, mais precisamente da primeira onda desse movimento, que lutou pelos direitos civis e políticos das mulheres, assim como afirmação desse grupo como sujeito em ambiente público (MARTINS, 2015).

No último episódio da primeira temporada, Regina Mills planeja agir da mesma forma que a personagem Rainha Má dos contos clássicos, atacar sua antagonista com uma maçã envenenada. Porém, para não ser tão óbvia, Regina resolve colocar o veneno misturado aos ingredientes de uma torta de maçã e oferece à Emma Swan, filha de Branca de Neve e mãe de Henry, filho adotivo de Regina. O que a “vilã” não esperava é que Henry fosse comer a torta para salvar sua mãe biológica. Com isso, o garoto é internado e a figura 3 ilustra esse momento.

FIGURA 3 – A preocupação com o estado do filho Henry.



Fonte: (*Once Upon a Time* 2011)

Essa cena da *season finale* representa a personagem como uma mulher maternal, além disso, Regina vivencia o sentimento de culpa, ausente nas vilãs de contos de fadas tradicionais. Patrícia B. Alberti (2006) chama atenção para essa renovação de personagens e histórias para que se adaptem ao nosso contexto histórico. A vilã atual não deve ser alheia ao sofrimento de um personagem que faz parte do seu convívio. Henry aí faz o papel de Branca de Neve dos contos clássicos, Regina seria a própria Rainha Má.

No entanto, ao contrário dos contos tradicionais, aqui Regina sente a culpa e a dor da possibilidade da perda de seu filho. Esse fato, além de romper com o esperado para a personagem, também a transforma em uma personagem mais humanizada. A humanização está cada vez mais presente nas narrativas adaptadas hodiernamente, temos como outro exemplo presente no imaginário de crianças: Malévola, a vilã do conto de fadas Rapunzel, rancorosa e má. A personagem ganhou nova personalidade na adaptação cinematográfica de 2014, quando foi interpretada pela atriz Angelina Jolie. No filme adaptado, o público fica sabendo os motivos pelos quais a personagem age como vilã, que de certa forma, a deixou mais próximo de uma pessoa real quando comparada com a própria protagonista do conto (TAVARES, 2020).

Ademais, a personagem Regina Mills não adota apenas uma personalidade na série. Nesse momento pedimos licença para discutir as representações de Regina Mills além da primeira temporada, pois ao avançar da série, outros personagens foram sendo apresentados e havia personagens, a exemplo de Robin Hood, que têm relações com a Rainha que impactam sua forma de ser vilã. Nesse sentido, não somente da primeira temporada, mas também da série como um todo, observamos diferentes representações além da vilã dos contos de fadas, como mostrada nas próximas figuras, a saber: Regina Mills mãe,

Regina Mills apaixonada, Regina Mills amiga e, até mesmo, Regina Mills rainha boa⁵.

FIGURA 4 – Regina mãe; apaixonada; amiga; Rainha boa.



Fonte: (*Once Upon a Time* 2011)

A primeira imagem da Figura 4 apresenta Regina e Henry, seu filho adotivo. Ao chegar ao mundo real, Regina sentiu que faltava algo, ela se sentia solitária e por isso não conseguia ser feliz. Ao contrário da crença popular e dos que nos mostram os contos de fadas clássicos, a vilã pode ter sentimentos maternos (TAVARES, 2020). Especialmente Regina Mills, que alcançou a independência e tem uma vida pública em um cargo político. Contudo, mesmo com sua vida profissional fluindo, a personagem ainda precisava de afeto para que sua

5. Fundamental ressaltar que essas categorias foram determinadas pelas autoras, pois são formas como a personagem Regina Mills interage em seus relacionamentos com os personagens conectados a essas categorias.

vida pessoal fosse completa, pois ao longo da temporada 1 a história da adaptação da Rainha, em *Storybrooke*, foi contada. Durante sua adaptação, a personagem se deu conta de que sua vida tinha virado uma rotina, todos os dias pareciam iguais e ela se sentia solitária. Portanto, sem saber a verdade, Regina adota Henry, neto biológico de Branca de Neve.

Na segunda imagem da Figura 4 estão Regina Mills e seu amor verdadeiro, Robin Hood. Antes da maldição lançada, a personagem tinha um amor que nos foi apresentado na primeira temporada da série. Por causa de uma conversa entre Branca de Neve ainda criança e Cora, mãe de Regina, o homem por quem a rainha era apaixonada foi assassinado por Cora, para que sua filha fosse esposa do rei e, por conseguinte, rainha. Esse foi o principal motivo da busca por vingança e criação da maldição. Anos depois, Regina descobriu que estava destinada a um homem com uma tatuagem no braço, mas não o encontrou na Floresta Encantada. Por sua vez, em *Storybrooke* a verdade foi revelada e Regina descobriu que o tal homem em especial era Robin Hood.

Mais uma vez percebemos um enredo que se distingue da estória esperada para a vilã. Um amor verdadeiro, impedimento de viver esse amor, reviravoltas e o encontro da pessoa amada tempos depois é uma aventura esperada para uma princesa ou protagonista de contos de fadas e não para uma vilã (BETTELHEIM, 2016). Porém, em *Once Upon a Time*, vemos essa desconstrução de narrativa, que é direcionada a uma vilã mais humana (TAVARES, 2020).

Na terceira imagem da Figura 4 estão Regina e Emma que, no início da série, são arquirrivais, aquela faz o papel da vilã e esta o papel de protagonista, a mocinha da trama. No entanto, com o desenrolar da narrativa percebemos que, constantemente, esses papéis são trocados, o que Bettelheim (2016) chama de dualidade. Em outras palavras, as duas personagens contêm tanto a bondade quanto a maldade em seu interior, e a personalidade externada depende diretamente das emoções

vivenciadas por cada uma. Ao longo da série, Regina e Emma se unem em determinados momentos para resolver conflitos ligados, principalmente ao filho Henry, e com isso, se tornam heroínas (VALENZUELA, 2019). Esse título é esperado para Emma, mas não para Regina, que mais uma vez rompe com os estereótipos de vilã.

A última imagem da Figura 4 representa o final da série quando Regina é finalmente reconhecida por sua complexidade e desconstrução. Ao contrário das Rainhas Más clássicas, o final de Regina Mills não foi o final esperado para uma Rainha Má. Ela é coroada Rainha Boa, e sua coroação é realizada pelos dois personagens mais prejudicados nos contos tradicionais pela Rainha Má clássica, Branca de Neve e Príncipe Encantado. Essa ação confirma os rompimentos de estereótipos na série *Once Upon a Time*, que utiliza os contos de fadas tradicionais como base para mostrar que as obras literárias podem ser atualizadas para que se encaixem nas sociedades a depender de seu contexto histórico e social (ALBERTI, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Regina Mills, I now crown you... The Good Queen. Long may she reign!”
(*Once Upon a Time*, 2011, episódio *Leaving Storybrooke*, temporada 7).

Como mencionado na epígrafe, os contos de fadas são narrativas literárias que expressam os eventos da sociedade e momento histórico em que são escritas ou contextualizadas. Em outras palavras, o enredo de uma obra literária está ligado ao contexto histórico e social ao qual se refere. Por essa razão, História e Literatura apresentam relação íntima, pois uma está ligada a outra, aquela fazendo o papel de contexto e demarcando as narrativas, ao passo que esta assume, entre outros, a função de fontes históricas para o auxílio de pesquisas no campo da História.

Pensando a potência de se adaptar obras literárias e, com isso, atualizar uma narrativa, bem como seus personagens, este artigo buscou responder a seguinte pergunta: Como a personagem Rainha Má na série de TV *Once Upon a Time* (2011) rompe com a representação histórica estereotipada da vilã dos contos de fadas clássicos?

Primeiramente, a série, *corpus* desta pesquisa, visa apresentar novas versões dos personagens encantados dos contos de fadas tradicionais. Regina Mills é uma vilã que, após sair do cenário da Floresta Encantada, se torna uma mulher moderna, diferente de uma vilã dos contos de fadas tradicionais. Em Storybrooke, ela não veste vestidos longos e escuros, nem se transforma em uma velhinha, vendedora de doces, lá Regina é uma mulher que transita entre ser mãe e ser prefeita da cidade. Ela não é somente uma Rainha que herdou o reino do marido, mas sim uma mulher no cenário político, rompendo com estereótipos esperados para esta vilã tantas vezes chamada de ranco-rosa, amargurada e invejosa nas narrativas tradicionais.

Nesta adaptação televisiva, a Rainha Má, que antes não tinha espaço e nem protagonismo nos contos sobre a história de Branca de Neve, é representada de forma mais humanizada a partir de revelações acerca de seu passado, seus conflitos e suas perdas. Os estereótipos históricos, que antes determinavam o perfil pessoal e social de uma vilã, bem como elas deviam pensar, senti e agir nos contos de fadas, vão perdendo espaço para personagens que têm suas trágicas origens contadas, fazendo que assim o público possa, entre outros, refletir e se identificar com seus dramas. Por fim, temos em *Once Upon a Time* a oportunidade de apreciar uma vilã com personalidades diferentes das vilãs clássicas, podemos ver uma Rainha Má amada e amorosa, uma Rainha Má amiga, uma Rainha Má mãe e uma Rainha nem tão Má assim.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Patrícia Bastian. **Contos de fadas tradicionais e renovados: uma perspectiva analítica**. 130 p. 2006. Dissertação apresentada ao programa de Pós

Graduação – Caxias do Sul, 2006. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/cp021154.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BELLIN, Greicy Pinto. A crítica literária feminista e os estudos de gênero: um passeio pelo território selvagem. **Revista FronteiraZ**, São Paulo, n. 7, dezembro de 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/fronteiraz/article/view/12201>. Acesso em: 17 fev. 2022.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fada**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História**, v. 1, n. 3, p. 94 – 109, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/download/28658/16073/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

CORSO, Diana Lichtenstein; CORSO, Mário. **Fadas no divã: psicanálise das histórias infantis**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DISNEY, Walt. **Snow white and the Seven Dwarfs**. Direção: David Hand, William Cottrell, Wilfred Jackson, Larry Morey, Perce Pearce e Ben Sharpsteen. Produção: Walt Disney. Walt Disney Productions, 1937. 83 min, cor.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. Tradução de Waltensir Outra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GERHARDT, Carla Carine; FUZER, Cristiane. Toda estória é uma narrativa? Gêneros de texto exemplu e episódio em livros didáticos de Língua Portuguesa. Trabalho de Linguística Aplicada, Campinas v. 59, n. 1, p. 746-776, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341581899_Toda_estoria_e_uma_narrativa_Generos_de_texto_exemplum_e_episodio_em_livro_didatico_de_lingua_portuguesa. Acesso em: 06 ago. 2022.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O Sujeito nas ondas do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista café com Sociologia**, v. 4, p. 231-245, 2015. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/443>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MARTINS, Geovana Maria Carvalho. O uso de literatura como fonte histórica e a relação entre Literatura e história. In: VII Congresso Internacional de História/XXXV Encuentro de Geohistoria Regional/XX Semana de História, 2015, Maringá. **Anais 2015**, 2015. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1318.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

OLIVEIRA, Silvana. **Teoria e Crítica Literária**. Curitiba: InterSaberes, 2020.

ONCE UPON A TIME. Criação: Edward Kitsis; Adam Horowitz. Intérpretes: Ginnifer Goodwin, Jennifer Morrison, Lana Parilla. [S. l.]: ABC, 2011. Disponível em: www.disneyplus.com/pt-br/. Acesso em 03 mar. 2021.

SANTOS, Rogério Fernandes. **A influência dos estereótipos no julgamento da veracidade de enunciados**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/rogerio_santos.pdf. Acesso em: 12 nov. 2021.

SOUZA, Roberto Acízelo. Crítica literária: seu percurso e seu papel na atualidade. **Floema** (UESB), v. 8, p. 29-38, 2011. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/floema/article/view/1803>. Acesso em fev. 2022.

TAVARES, Olívia. Pereira. **O corpo híbrido de Malévola como constituinte de identidades em trânsito**. São Paulo: Paco Editorial, 2020.

TYSON, Louis. **Critical theory today: a user-friendly guide**. 2. ed. New York: Routledge, 2006.

VALENZUELA, Sandra Trabbuco. *Once Upon a Time: a jornada do herói e a jornada da heroína na série de TV*. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019, Belém. **Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2019. v. 1. p. 1488-1492. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1488-1.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica Feminista. In: BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. **Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3. ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009.

MODA, IMPRENSA FEMININA E ENSINO DE HISTÓRIA: OS ANOS DE 1914 A 1918 POR MEIO DO JORNAL DAS MOÇAS

Letícia Fernochi (UEM)

No início do século XX a imprensa feminina ganhou espaço entre as publicações periódicas no Brasil, o público alvo, as mulheres, estava cada vez mais consumindo esse material pois ali se encontrava uma variedade de assuntos: conselhos amorosos, dicas de culinária, de como agradar o marido, sobre beleza, criação de filhos e sugestões de moda inspiradas nas tendências parisienses (centro da produção da moda mundial na época). O incentivo para as mulheres desenvolverem o hábito de leitura vinha da intenção do Brasil de se desenvolver e comparar aos países europeus, a leitura era considerada uma forma de disciplinar e civilizar o indivíduo (ALMEIDA, 2014, n.p). As mulheres obtiveram autorização para circular nos salões de leitura e as publicações para esse novo público aumentavam cada vez mais, porém existia a preocupação do que estaria escrito nesses materiais, as mulheres só eram permitidas a

[...] leitura solitária de romances e livros de civilidade; a leitura coletiva de folhetins encartados em jornais e revistas, durante serões de família; assim como a leitura de conselhos sobre moda, higiene, culinária, saúde das crianças e culinária, sonetos, crônica social, contos, piadas publicadas em revistas femininas. À mulher do novo século eram consentidas diversas leituras. [...] (ALMEIDA, 2014, n.p)

Nesse trabalho explora-se a revista *Jornal das Moças* nas suas edições entre 1914 e 1918. Essa revista ilustrada teve origem em 1914, era produzida no Rio de Janeiro e tinha circulação nacional, que no início foi quinzenal e depois se tornou semanal. Não foi encontrada uma explicação objetiva para a mudança de periodicidade, mas podemos evidenciar que o público leitor formado por mulheres de classe média e alta cresceu expressivamente no período. A valorização desse segmento em ascensão fez aumentar as publicações destinadas a elas no intuito de instruí-las e torná-las educadoras dos filhos da pátria (ALMEIDA, 2014, n.p). NA revista acabou em 1965 e, no momento (2022), a revista está digitalizada na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e estão digitalizados os exemplares até o ano de 1961.

Nessa pesquisa foram analisadas as edições de número 1 até a 184 do *Jornal das Moças* que vão do ano de 1914 até 1918, com enfoque voltado para as seções : “A arte de ser elegante” e “Modos e Modas”. No entanto, outros artigos da revista foram utilizados quando considerados relevantes para a discussão do tema proposto. As edições da revista *Jornal das Moças* que foram utilizadas como fonte desse trabalho foram dirigidas por seus fundadores: Álvaro Menezes (diretor e redator) e Agostinho Menezes (diretor responsável), mas não explicitam algumas informações que poderiam ser relevantes para identificar os seus autores dos artigos das seções, eles se identificam apenas por um nome (não utilizam sobrenome), que pode ser verdadeiro ou pseudônimo.. POR EXEMPLO, NÃO HÁ COMO SABER AO CERTO QUEM SÃO OS EDITORES, REPÓRTERES, OS RESPONSÁVEIS PELA IMPRESSÃO, QUAL AA tiragem das edições, muito menos por quais locais se dava a circulação da revista. Até mesmo os artigos escritos nas seções exploradas por essa pesquisa mudam constantemente de autores que se identificam apenas por um nome (não utilizam sobrenome), que pode ser verdadeiro ou um pseudônimo. eram publicadas com distribuição por todo território nacional, cobrindo assim as capitais. Chegava às mãos das leitoras todas às

quartas-feiras, nas bancas ou pelo correio para quem solicitasse sua assinatura. (SOARES; SILVA, 2013, n.p)

A análise da revista será baseada nos estudos de Ana Luiza Martins e Aline Maria Muller que produziram artigos e livros falando sobre o propósito da imprensa, o objetivo dos registros e a forma de escrever as matérias e como utilizar esse material como fonte para pesquisa histórica. Segundo Martins (2008, p. 22) na virada do século XIX para o XX houve um crescimento exacerbado do jornalismo visando o lucro, onde os periódicos, incluindo as revistas femininas, faziam a publicação de temas, serviços e propagandas que gerassem um retorno financeiro.

[...] a revista era o instrumento eficaz de propagação de valores culturais, dado seu caráter de impresso do momento, condensado, ligeiro e de fácil consumo. Acrescente-se a isso, por vezes, uma aparência luxuosa, divulgando, através da ilustração, propagandas e mensagens aliciadoras e pronto! Assim estava configurado o produto que subjugava corações e mentes, atingindo com presteza uma gama expressiva e diferenciada de leitores. Cada número publicado transformava-se em símbolo emblemático da transição vivida, expressando os conflitos do período e apresentando-se como porta-voz de múltiplas gerações. (MARTINS, 2008, p. 27)

Conforme Muller (2015) ressalta, os historiadores ao fazer a análise do jornal, revista, ou outro periódico devem se lembrar que o documento não é neutro e acaba carregando em seus escritos a opinião da pessoa que escreveu. Deve-se manter em alerta quando se tem uma revista como fonte de pesquisa para compreender que as reportagens, seções ou artigos publicados apresentam apenas fragmentos da realidade: “Não lemos realidades, lemos representações das realidades” (MULLER, 2015, p.282).

Ainda como coloca Martins (2008), muitas publicações no início do século poderiam ter um nome que se remete a um tipo de escrito e tem o formato de outro, como aconteceu com o Jornal das Moças, que leva no nome a palavra jornal, mas na verdade é uma revista.

Seu formato poderia se assemelhar a jornal ou revista, dependendo da edição pesquisada.

A produção da revista em formato de jornal, trazendo as folhas soltas, in folio, foi prática frequente no periodismo, dificultando singularizá-la a partir da sua configuração. Tanto quanto o uso indiscriminado da forma, o emprego ambíguo de sua nomenclatura, oscilando entre revista e jornal, gerou equívocos de concepção, relativizando sua definição, mutável no curso de seu processo histórico. A formulação do que vinha a ser uma revista, na concepção de seus próprios mentores – proprietário, editores, redatores, colaboradores – reforçava as dúvidas de entendimento. [...] (MARTINS, 2008, p. 69)

Algo que deve ser ressaltado é que na época a capital do país, Rio de Janeiro, passava por grandes transformações para se assemelhar a Paris, a influência francesa na cidade é inegável tanto pelas roupas, costumes, mas também pela organização social e urbana. O período conhecido como *Belle Époque* no Brasil estende-se de 1898 a 1914, engloba da eleição de Campos Salles a Primeira Guerra Mundial (NEDELL apud MACENA, 2010, n.p). Com a eleição de Pereira Passos como prefeito da capital federal a tentativa de “modernizar” o Rio de Janeiro ganha forma, o bota abaixo, a revolta da vacina, acontecimentos estudados na escola durante o 9º do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio estão entre acontecimentos relevantes do período.

O intercâmbio entre as línguas e as culturas francesa e brasileira resultou do contato entre elas, mas, principalmente, do arrebatamento manifestado pelo brasileiro face ao prestígio da cultura francesa. Os galicismos, palavras emprestadas do francês que foram incorporadas pelo português. Por exemplo: Bustier, boutique, cache-col, chanel, chic, escarpin, écharpe, évasé, fecho éclair, godet, jabot, lingerie, maillot, maquillage, mousseline, nécessaire, organdi, peignoir, pochette, prêt-à-porter, plissé, rouge, robe, soutien, tailleur, taffetas. (ZANON, 2005, p.20)

A derrubada dos cortiços e casebres do centro da cidade, a construção dos grandes *boulevards*, a marginalização da população de baixa renda e a vacinação obrigatória para extinção de doenças que atrapalhavam o turismo e os negócios internacionais estão no centro do período estudado e possuem impacto na imprensa feminina da época.

No séc. XX, as transformações que afetaram a sociedade brasileira, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, trazendo crescimento urbano, aumento da população e de suas camadas médias, melhoria no nível de instrução, entre outras modificações, refletiram-se na modernização da imprensa. Surgiu a grande imprensa, com maiores tiragens, sustentadas pela publicidade. Intensificou-se o hábito de leitura de jornais e revistas, conforme comprova o aumento das publicações. (LIMA, 2007, p.224)

As revistas femininas entre elas a *Jornal das Moças* têm suas publicações influenciadas por esses acontecimentos e claro pela constante influência francesa, além do princípio de reconhecimento da mulher como um indivíduo único, porém que deve tomar cuidado não só com o que veste, mas com a aparência em geral. Na edição 17 do dia 15 de janeiro de 1915 do *Jornal das Moças* foi escrito que “a elegância reside na Belleza, na perfeição das linhas, no contorno de um busto de lance deslumbrante, num rosto sem rugas, num movimento de andar, e num gesto”.

Outro acontecimento de grande impacto do período estudado é a Primeira Guerra Mundial, que logo de início não teve grande reflexo nas roupas pois a coleção de 1914 já estava em produção, no entanto no decorrer do conflito as vestimentas foram se transformando para se adequar ao período catastrófico que assolava a Europa, e os efeitos também foram vistos no Brasil. Por exemplo na edição 27 do *Jornal das Moças* foi dito que “a guerra tem influído muito nos novos modelos de vestuários não só femininos como masculinos. Os vistosos uniformes militares tem sido imitados, quase que copiados.”

No decorrer do conflito, as roupas foram se adaptando aos materiais que ainda estavam disponíveis, pois a grande maioria estava voltada para a fabricação de produtos a serem encaminhados para as frentes de batalha. Assim, tecidos sintéticos passam a ser uma nova saída para a produção de roupas. Como afirmam Teixeira e Silva (2018, p. 54), os tecidos sintéticos ajudaram a democratizar a moda, pois ela poderia atender todos os públicos, incluindo as operárias, constituindo uma moda mais acessível e barata. Os corpetes e os prendedores de cabelo não eram mais prioridades para a mulher trabalhadora alinhada com os esforços de guerra, pois, para fabricar esses itens era necessário metal – material precioso para a indústria bélica. Nesse sentido, ressaltam Jan Nielsen (2015), as mulheres foram substituindo as vestes elegantes de outrora, por outras mais práticas, como as calças e macacões. Já os cabelos curtos foram outra forma de viver em sociedade sem as restrições formais das relações anteriores à guerra.

Temos que lembrar que as mulheres, como afirma Michelle Perrot (2015), já ocupavam os espaços sociais de maneira bastante consistente, porém, as narrativas históricas, grosso modo, as invisibilizaram e não ressaltaram a presença feminina nos diversos espaços, dando ênfase apenas aos papéis sociais desenvolvidos no âmbito privado. Essas mulheres estavam nos campos fazendo as plantações e colheitas para prover os alimentos, no front de batalha participando da guerra como enfermeiras, motoristas e outras atividades essenciais em tempos de guerra. O fato é que as mulheres se tornaram chefes de famílias, a saber, aquelas que deveriam produzir e trazer para a casa o sustento de todos.

[...] elas se imiscuem em lugares e tarefas masculinas nas quais se saem muito bem. Conduzem arados, automóveis e bondes. As “municionetes” manipulam obuses nas fábricas de armamento. As mulheres gerenciam seu orçamento, aprendem a lidar com dinheiro, recebem melhores salários. Fazem greves por seu aumento: em 1915, em 1917, manifestam-se em Paris, por iniciativa própria. Vão e vêm, fumam, tomam liberdades.

Os homens criticam seus gastos, olham de esguelha para suas meias de seda, desconfiam de sua fidelidade. Ruptura de hábitos e de evidência, a sexualidade de guerra é problemática. (PERROT, 2007, p. 144)

A guerra teve uma continua influência sobre a moda não só pelos uniformes militares adaptados as vestimentas civis, como os *tailleurs*, a moda do *tailleur* tornou-se mais popular a partir de 1915, aproximava o corte da roupa feminina à masculina, compondo duas peças, com parte de cima, muitas vezes remetendo ao desenho de paletós femininos (TEIXEIRA; SILVA, 2018, p. 64). Esse traje já fora usado muitas vezes antes, como diz Rosane Feijão (2012, p. 17), quando uma primeira aproximação do vestuário feminino com o masculino se deu durante a década de 1860 com o surgimento do *tailleur*. O traje, considerado então apreensivamente masculino, só passou a ser efetivamente utilizado após 1880, quando as mulheres começam a ocupar espaços até então somente frequentados por homens.

Mas muitas mulheres se sentiam apreensivas de utilizá-lo pela semelhança com a roupa masculina. . No entanto, com a Grande Guerra acontecendo e as mulheres assumindo as posições masculinas na sociedade o ‘desconforto’ deixa de ser uma questão e finalmente o uso do *tailleur* passa a ser recomendado pelas revistas femininas. No Jornal das Moças edição n.47 datada do dia 16 de abril de 1916 a seção ‘Modas e Modos’ tratou sobre os *tailleurs* reforçando que:

“o costume *tailleur* continua a ser o grande favorito do momento: é pratico, simples, elegante e commodo. Muitas senhoras o adoptam exclusivamente. Dahi a sua superabundancia nos theatros, nos chás, nas visitas, nos passeios etc.”. [sic] (JORNAL DAS MOÇAS, 1916, n.47)

O luto também era uma realidade presente para as mulheres que perderam seus parentes e isso gerou coleções específicas para esse momento de profunda tristeza. Na revista na edição 111 foi colocado que “uma senhora não deve, mesmo no decurso de um longo lucto,

abandonar seus hábitos elegantes. O melhor é se conformar, quanto a severidade do lucto [...] e as exigências da vida que leva.” Os acessórios também ganharam nova roupagem com a guerra, a edição 37 publicou na seção Modas e Modos

A única novidade, actualmente em Paris, consiste no uso de joias feitas com estilhaços de granadas e outros projectos de guerra, e que tem tido um êxito completo. Não se trata de joias compradas ao acaso, mas de uma joia pessoal, uma espécie de relíquia que encerre uma recordação saudosa e grata para quem a possui. (Jornal das Moças, 1915, n.37)

A Primeira Guerra trouxe a escassez inclusive de tecidos pois havia a dificuldade de obtê-lo e também a demanda privilegiada era a do campo de batalha, as cores vibrantes deram lugar as cores neutras. As vestimentas femininas encurtaram e permitiram a mulher se locomover com mais facilidade, afinal agora a mão de obra delas era necessária nas fábricas de armamentos e também no cultivo do campo.

A guerra trouxe anos de sobriedade mais com o seu fim as roupas continuaram se encurtando, as mulheres se posicionaram como provedoras da família e exigiam o direito a participação política, afinal como destaca Teixeira e Silva (2018, p. 60) dos comportamentos escolhidos pela mulher, a indumentária se mostra como o melhor caminho para refletir a decisão feminina.

A moda nos traz a perspectiva de estudar as relações sociais e as características da sua evolução, as pernas das mulheres escondidas até a Primeira Guerra Mundial e depois exposta em saias de comprimento no joelho são fatos que trazem reflexões de como isso aconteceu, por que mudaram, qual o contexto envolvido para a mudança.

No livro de Daniela Calanca (2008, p. 16) foi verificado que a indumentária é um fenômeno completo porque, além de propiciar um discurso histórico, econômico, etnológico e tecnológico, também tem valência de linguagem. E a roupa a partir do momento que reveste o corpo pode ser compreendida como linguagem do corpo. Gilda

de Mello e Souza (1987, p. 130) complementa afirmando que a moda serve a estrutura social, acentuando a divisão em classe, exprime ideias e sentimentos pois é uma linguagem.

No período contemplado por este estudo a moda não é só um separador de classes mais também de sexos, as roupas masculinas e femininas a partir do momento que homem começou a usar calça e casaco tomou uma distância. A masculina manteve-se estável já a feminina sofre constantes transformações e é a mais impactada pelos acontecimentos mundiais descritos acima (transformações no Rio de Janeiro e Primeira Guerra Mundial). Segundo Daniel Roche (2007, p. 225) as roupas significam muito mais do que aparentam, as roupas são como as palavras de uma língua, que precisam ser explicadas e traduzidas, a dificuldade de fazer está em apreender em um mesmo movimento a estabilidade e as mudanças das aparências.

Após a Primeira Guerra Mundial, segundo Lipovetsky (2009, p.81), a confecção das roupas transformou-se devido a uma maior divisão do trabalho e a evolução da indústria química que possibilitou tecidos com um colorido mais rico. As coleções que anteriormente não tinham data fixa passam a se organizar pelas estações e apresentam desfiles nos salões, no entanto até os anos 1960 a moda continua dependente dos decretos da alta costura parisiense.

Alta costura essa que disciplinou a moda atraindo cada vez mais compradores estrangeiros que adquiriam as coleções produzidas em Paris com o direito de reproduzir em série nos seus países de origem, assim as tendências ditadas pelos grandes nomes da alta costura vão se disseminando pelo mundo e tornando-se cada vez mais acessíveis, como se houvesse uma uniformização mundial da moda. Ainda assim a moda também pode representar a individualidade observando os detalhes, os acessórios e modos de usar, a moda ligando não só o prazer de ver como o prazer de ser visto, a moda e seus códigos de elegância convidam a adaptação das novidades para cada corpo e personalidade (LIPOVETSKY, 2009, p. 43).

[...] a moda trabalhou no refinamento do gosto e no aguçamento da sensibilidade estética; civilizou o olho, educando-o para discriminar as pequenas diferenças, para ter prazer nos pequenos detalhes sutis e delicados, para acolher as formas novas. [...] Norbert Elias notava como o universo de concorrência da corte despertava a arte de estudar os comportamentos e os motivos dos homens, acrescentemos que a moda empenhou-se nisso paralelamente, através da aparência e do gosto. [...] (LIPOVETSKY, 2009, p. 42)

As revistas femininas que são responsáveis pela divulgação das transformações ocorridas nas roupas já alertavam no início do século XX para suas leitoras realizarem as adaptações para adequação da vestimenta a sua individualidade, levando em consideração seu tipo de corpo e as estações do ano, além da retirada dos exageros. Na revista *Jornal das Moças* de 1 de julho de 1915, o artigo alerta para “só é legítima a moda que procura realçar a beleza natural ou então corrigir os defeitos. As modas não variam só com os países e estações do ano: variam de indivíduo a indivíduo”.

Não só as roupas mudam mais os corpos chamados de belos também mudam com os imperativos da moda. No século XIX as mulheres elegantes eram as que possuíam um corpo ampulheta talhado por espartilhos e anquinhas que comprimiam ventre e costas projetando seios e nádegas. Já no início do XX o famoso costureiro francês Paul Poiret rompe com o modelo anterior e a moda passa a ser a magreza. Além do que após a Primeira Guerra as “exuberâncias adiposas” passam a ser contidas não mais pelo espartilho mais pela cinta elástica. (DEL PRIORE, 2000, p.65)

Essa nova moda do corpo e da roupa também tiveram muita influência dos esportes, no período tratado nesse trabalho a prática do golfe, tênis, bicicleta, banhos de mar, etc tiveram um papel preponderante para as mudanças que se aceleraram após a Primeira Guerra. Com a prática do esporte a mulher torna-se esguia, esbelta e moderna o que pode se relacionar com o movimento artístico nascente, o modernismo. (LIPOVETSKY, 2009, p.88)

Segundo Mary Del Priore (2000, p.65) no Brasil as mulheres passam a se exercitar no período da República acompanhando assim as mudanças ocorridas nas cidades para se assemelharem as capitais europeias. A prática dos exercícios vinha para combater o ócio e os hábitos mundanos da juventude, além da perseguição aos “quilinhos a mais”. Era escrito na revista *Sports* os exercícios que mais convinham as mulheres, que segundo eles são os que aumentam a flexibilidade e a destreza da coluna vertebral, práticas higiênicas e estéticas que desenvolvam a parte inferior do corpo. Nos periódicos também se exaltava e incentivava a prática esportiva, por exemplo na edição 25 do *Jornal das Moças* foi escrito que

os elegantes antigos sempre se entregaram com ardor a toda a sorte de sports. E nada mais natural. Os exercícios desenvolvem o corpo, tornando-o assim mais bello. Não há belleza sem saúde. D’ahi a elegância, nascida da saúde, portanto amiga dos sports. [...] (JORNAL DAS MOÇAS, 1915, n.25)

Pode-se destacar que as revistas femininas não só fizeram referência as roupas que deveriam usar como também ao corpo adequado para fazê-lo e o que seria necessário para alcançá-lo mantendo a feminilidade. Tudo o que na época poderia interferir ou melhorar, dicas em geral para a vida das mulheres estava contido nas revistas femininas em circulação no momento contemplado nesse estudo.

Utilizando as nuances da moda como possibilidade para estudar história espera-se conseguir estabelecer com alunos a relação entre os fatos estudados na disciplina de História e a modificação que as roupas sofrem nesse momento e que são traduzidas nos desenhos e artigos publicados em uma das revistas femininas em de grande circulação nacional que era a *Jornal das Moças*. A análise de fatos históricos a partir das mudanças ocorridas na moda é possibilitada pelos materiais que ficaram conservados, sendo eles as roupas propriamente ditas ou, no caso desse estudo, pela conservação dos periódicos que traziam

esse tipo de informação. Usar a moda para ensinar História é mostrar para os(as) estudantes uma nova linha de pensamento, aproximando a fonte histórica da sua aprendizagem sobre o tema. O objetivo é fazer com que ele(a) reflita que a História não é apenas composta de fatos oficiais, mas tudo que envolve a composição da sociedade em determinado período se torna relevante para compor a aprendizagem. Nessa perspectiva, investigamos vestígios não usuais do passado e dessa forma os(as) estudantes podem perceber que a História se desdobra de inúmeras formas e que todas elas são importantes para a reconstrução dos fatos a sua compreensão integral.

A moda tem muito a acrescentar devido a transformações das roupas ao longo dos anos, onde os mínimos detalhes podem levar a interpretações de ideias que circulavam na sociedade e impactavam na vida daquelas pessoas. E mais: Como foi possível a adaptação às mudanças, aceitando-as ou recusando-as. Como toda e qualquer experiência humana em sociedade, as transformações são fáceis para alguns e difíceis para outros. . A adaptação pode ser um desafio e os jornais deixam isso claro, muitas vezes retratando favoravelmente as novas tendências, mas em seguida criticando-as duramente.

Através dos jornais disponíveis da época podemos analisar sobre a mentalidade e as discussões que monopolizavam os corações e mentes. O Jornal das Moças deixa claro que a sociedade era machista e conservadora, contudo, as mulheres lutavam por espaço e a Primeira Guerra Mundial deu a elas a oportunidade de mostrar a sua capacidade diante de todo o mundo, o que tornava quase impossível não reconhecer o seu papel fundamental para cada país durante o desenvolvimento do conflito.

Poderíamos fazer nesse final de percurso uma pergunta derradeira: A guerra emancipou as mulheres? A resposta mais sincera seria 'não completamente' ou 'sim parcialmente'. Tanto faz. Porém, a intensidade do conflito e seus desdobramentos foram cruciais para uma reestruturação dos papéis sociais femininos no mundo todo. As mulheres ganharam força através das mudanças que se faziam

necessárias pelo contexto vivido e isso as impulsionou para conquistar cada vez mais, reivindicar sua liberdade. Tal movimento ficou claro nas posturas adotadas e nas roupas modificadas. Como a revista mostra, elas não aceitariam retroceder, as vestes continuaram seu processo de mutações para trazer à tona a nova postura feminina que se desenhou durante e pós Primeira Guerra Mundial. A guerra permitiu muitas mudanças, porém, a maioria não teve seguimento para as mulheres, não significa que após tais feitos em diversas esferas, as mulheres voltariam à estaca zero.

Com esse contato próximo com a fonte histórica o aluno teria mais interesse em interagir com ela (ECCO, 2007, p. 131) e esse contato seria transformado em investigação com observação voltada para aquilo que impacta a discussão e a produção do conhecimento. No artigo produzido pela professora Kátia Simioni Martins Bodan (2014) afirma-se que o uso da análise documental pode colaborar para que o aluno busque referências sobre o tema abordado, realize leitura qualificada do material, relacione diferentes temporalidades, demarque aspectos comparativos entre as fontes analisadas, e, assim estabeleça relações com seu cotidiano.

Nesse estudo partimos da perspectiva que a análise da vestimenta de um determinado período pode trazer ao aluno a curiosidade de refletir também sobre a constituição da sua própria roupa, como surgem os estilos que estão em alta, onde ele se inspira e qual a origem dessa roupa e inspiração, podendo assim elaborar seus pensamentos para seu contexto de vida e o da sociedade que habita.

Encarando a moda como um princípio de leitura social podemos usar suas gravuras e artigos publicados no *Jornal das Moças* para analisar e tentar interpretar os conflitos decorrentes de 1914 a 1918. O uso de imagens em sala de aula traz a possibilidade de interpretação da história com riqueza de informações e detalhes, afinal as imagens não devem ser consideradas simples reflexos de sua época, mas extensões de contextos sociais em que foram produzidas (LITZ, 2008, n.p).

Como produto desse estudo originou-se uma sequência didática que nada mais é que: “Um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual, oral ou escrito”. (DOLZ, NOVERRAZ, SCHNEUWLY, 2004 apud ZAQUEU, 2015, p.9). Com este recurso pedagógico, os estudantes poderão perceber como eles mesmos também são fruto da História e como a influência de diversas culturas e conflitos se aplicou para a constituição da sociedade em que vivemos.

Há muito tempo se discute como estimular o interesse dos(as) estudantes pelo conteúdo das disciplinas, como aproximar o científico do cotidiano, trazer o contexto vivido pelos(as) estudantes para dentro da sala de aula e, a partir disso, ensiná-lo. A moda é uma dessas opções, uma fonte histórica rica que está presente no dia a dia de todos e que muda na velocidade que a própria sociedade se transforma. Discutir esse tema, que parece banal para alguns, pode trazer valiosas percepções que devem ser aproveitadas e incorporadas pelo(a) professor(a) na discussão do tema trabalhado em sala de aula. Os(as) estudantes têm muito a acrescentar se os caminhos do conhecimento lhe parecerem mais próximos. A escola sempre será um espaço profundo para a produção de saberes históricos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Nukácia Araújo de. **Revistas femininas e educação da mulher: o jornal das moças**. Anais do Simpósio ALB, 2014.

BONDAN, Kátia Simioni Martins. **Metodologias diversificadas para o ensino de História: cotidiano, formas de vestir, comer e narrar na antiguidade romana**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE: Produção Didático-pedagógica, 2014. Curitiba: SEED/PR., 2016. V.2. (Cadernos PDE).

CALANCA, Daniela. **História social da moda**. Tradução de Renato Ambrosio. São Paulo: Editora Senac, 2008.

DEL PRIORE, Mary. **Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

ECCO, Idanir. **O ensino de história: evidências e tendências atuais**. R. ciências humanas, v.8, n.10, p. 123-141, jun. 2007.

FEIJÃO, Rosane. **Moda feminina e imprensa na Belle Époque carioca**. IARA – Revista de moda, cultura e arte, v.5, n.1, p. 5-21, mai. 2012.

JORNAL DAS MOÇAS. Rio de Janeiro. Menezes, Filho & C. Ltda. 1914-191820.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. **Imprensa feminina, revista feminina: a imprensa feminina no Brasil**. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 221 – 240, dez, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e o seu destino nas sociedades modernas**. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LITZ, Valesca Giordano. **O uso da imagem no ensino de história**. In: PARANÁ. Secretária de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Curitiba: SEED/PR, 2009.

MACENA, F. F. *Madames, mademoiselles, melindrosas: “feminino” e modernidade na revista Fon-Fon!*. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890 – 1922)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.

MULLER, Aline Maria. **O jornal como fonte de pesquisa histórica e antropológica: entre o monologismo e a polifonia**. Imprensa da Universidade de Coimbra, n.1, p. 269 – 286, 2015.

NIELSEN, Jen. **Women and the First World War**. In: Socialist Review. United Kingdom, Mar. 2015. Disponível em: <http://socialistreview.org.uk/400/women-and-first-world-war> Último acesso em: 30 de março 2021.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M.S Córrea. São Paulo: Contexto, 2007.

ROCHE, Daniel. **A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)**. Tradução de Assef Kfourri. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

SOARES, Diego dos Santos; SILVA, Ursula Rosa da. **O Jornal das Moças: uma narrativa ilustrada das mulheres de 30 a 50 & sua passagem por Pelotas nas décadas.** XVII SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA ARTE, n.3, 2013, Universidade Federal de Pelotas.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas: a moda no século dezanove.** São Paulo: Companhia das letras, 1987.

TEIXEIRA, D.P; SILVA, S.R.A. **A moda em tempos de guerra: da saia sino à androgenia.** Revista eletrônica de moda, vol.6, n.1, p.49-68, set. 2018.

ZANON, M. C. **Fon-Fon!: um registro da vida mundana no Rio de Janeiro da Belle Époque.** Patrimônio e Memória, v. 1, n. 2, p.18-30, 2005.

ZAQUEU, Aline Aparecida Pereira. **Proposta de uma sequência didática que trate da história rural do Brasil e da formação da consciência histórica.** 2015. 28f. Dissertação – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências. Bauru, 2015.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Samylla de Sousa Pereira

Possui graduação nos cursos de Bacharelado em Direito e Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI. É especialista em Educação, Ética e Política pela mesma instituição. Atualmente, é mestranda em História pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA. E-mail: samylladesousa@gmail.com

Francineila Lima Miranda

Graduada em História pela UESPI, professora na escola Crescer Parnaíba. Email: miranda1997f@gmail.com

Fernando Bagiotto Botton

Doutor em História pela UFPR, Professor Adjunto II na Graduação na Licenciatura Plena em História da UESPI Campus Parnaíba e Professor do Mestrado Profissional em História (ProffHistória UESPI/UFRJ): Email: fernandobotton@phb.uespi.br.

Luís Carlos Albano Duarte Sousa (UFPI)

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista Capes.

Membro do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista (CNPq). E-mail: luis-albano@hotmail.com

Johny Santana de Araújo (UFPI)

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com Pós-doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no Departamento de História (DH), no Programa de Pós-graduação em História do Brasil (PPGHB), e no Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP). E-mail: johnysant@gmail.com

Idelmar Gomes Cavalcante Júnior

Doutor em História Social pela UFC. Mestre em História do Brasil pela UFPI. Professor de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: idelmargomes@phb.uespi.br

Francisca Janaína Silva de Souza

Mestranda em Ensino de História na Universidade Federal do Acre e Professora substituta do Ensino Básico do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre. E-mail: janaina.francisca@ufac.br

Pâmela Peres Cabreira (Universidade Nova de Lisboa)

Doutoranda em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa. Mestra em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestranda em Ensino da História, Universidade de Lisboa. Pesquisadora Integrada ao Instituto de História Contemporânea (IHC-NOVA). Email: cabreiraperes@gmail.com

Ruan Nunes Silva

Professor de Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa da Universidade Estadual do Piauí (Campus Parnaíba). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UESPI. Desenvolve pesquisas relacionando Estudos Culturais e teoria queer. Email: ruan@phb.uespi.br

Rosane Silva Ramires

Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Paraíba (2006). Especialista em Produção de Material Didático e Formação de Mediadores de Leitura para a Educação de Jovens e Adultos pela Universidade Federal da Paraíba (2016). Mestranda em Ensino de História (UFPB). Professora do Ensino Fundamental II e Médio. E-mail: rosanneramires@gmail.com

Gleicimara Meneses Silva

Possui Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal do Piauí. Atualmente é acadêmica do curso de Licenciatura Plena em Letras Inglês pela Universidade Estadual do Piauí. E-mail: gleicimarasilva@aluno.uespi.br

Lays Christine Santos de Andrade

Graduada em Biomedicina pela Universidade Federal do Piauí (2014). Atualmente cursando Licenciatura em Letras Inglês na Universidade Estadual do Piauí. É membro do grupo de pesquisa Entre Saberes docentes, linguísticos e literários. Foi bolsista CNPq por 3 anos consecutivos. Atualmente atua como professora de Inglês na escola de idioma Wizard by Pearson. E-mail: laysandrade24@gmail.com

Renata Cristina da Cunha

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em Língua Inglesa pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e em Docência do Ensino Superior pela UFPI. É graduada em Pedagogia pela UFPI e em Letras-Inglês pela UESPI. Atua na Educação Básica como professora de inglês no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) e no Ensino Superior no curso de Letras-Inglês da UESPI. É professora do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do IFPI (PROFEPT) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHistória) da UESPI. Email: renatacristina@phb.uespi.br

Letícia Fernochoi

Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Londrina (2009). Especialização em Metodologia do Ensino Superior (2010) pela Universidade Norte do Paraná e especialização em Educação Especial: atendimento às necessidades especiais (2012) pela Faculdades Integradas do Vale do Ivaí. Mestre em Ensino de História pelo programa ProfHistória polo da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: le_fernochoi@hotmail.com

Este livro foi composto em
Dante MT pela Edupe.
